

Programa POSEI de Portugal

**No âmbito do Regulamento n.º
228/2013, do Parlamento Europeu e do
Conselho, de 13 de março**

Programa POSEI de Portugal

Ano 2016

O Regulamento (CE) n.º 228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março de 2013, estabelece medidas específicas no domínio agrícola a favor das regiões ultraperiféricas da União Europeia, para compensar o afastamento, a insularidade, a ultraperifericidade, a superfície reduzida, o relevo e o clima, assim como a dependência de um pequeno número de produtos, que em conjunto constituem condicionalismos importantes à atividade agrícola destas regiões.

Estas medidas encontram-se enquadradas em dois grupos, de acordo com a sua finalidade, tal como definido nos Capítulos III e IV do referido Regulamento:

- **Capítulo III – Regime Específico de Abastecimento**
- **Capítulo IV – Medidas a Favor das Produções Agrícolas Locais**

De acordo com o n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento em questão, compete aos Estados-Membros a elaboração de um programa global de apoio, ao abrigo da dotação financeira prevista nos n.ºs 2 e 3 do artigo 30.º, no qual seja apresentada uma estimativa de abastecimento, indicando os produtos abrangidos, quantidades envolvidas, e o respetivo montante de ajudas, assim como um programa de apoio às produções locais, para apresentação à Comissão Europeia, tendo em vista a sua análise e aprovação.

Tendo em consideração que em Portugal existem duas Regiões Ultraperiféricas: as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, com diferentes especificidades quanto às medidas a implementar, foi opção deste Estado-Membro proceder à apresentação de um programa POSEI dividido em subprogramas, para cada uma destas regiões seguidamente apresentados como Anexos I e II deste documento:

- **ANEXO I - Subprograma da Região Autónoma dos Açores – Adaptação da Política Comum à Realidade Açoriana;**
- **ANEXO II - Subprograma da região Autónoma da Madeira – A Política Agrícola da Região Autónoma da Madeira Reconhecida e Apoiada pela União Europeia.**

O quadro financeiro global dos recursos anuais a mobilizar por medida, é o seguinte:

Subprograma	Regime Específico Abastecimento	Apoio Produção Local	Total MEUR
R.A. Açores	6,30	73,73	80,03
R.A. Madeira	10,80	18,63	29,43
Total Global	17,10	92,36	109,46*

* Este valor resulta do reforço orçamental de 3.250.000 EUR assegurado através de fundos regionais, como auxílio estatal, segundo o procedimento estabelecido no artigo 23.2 do Regulamento (UE) n.º 228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho.

As medidas propostas e respetivas justificações, enquadramento, impacto e pormenorização de aplicação, assim como uma caracterização da situação em cada região autónoma, encontram-se descritas no respetivo subprograma, seguindo assim a estrutura de base definida no Regulamento.

ANEXO I

SUB-PROGRAMA

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Ano 2016

**Adaptação da Política Agrícola Comum à
realidade Açoriana**

**APLICAÇÃO DO REGULAMENTO (UE) 228/2013 DO
PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO,**

DE 13 DE MARÇO DE 2013

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	7
2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE BASE	8
3. ESTRATÉGIA	10
4. MEDIDAS PROPOSTAS	13
4.1 Prémios às Produções Animais	13
4.1.1 Prémio à Vaca Aleitante	13
4.1.2 Prémio ao Abate de Bovinos	15
4.1.3 Prémio aos Produtores de Ovinos e Caprinos	16
4.1.4 Prémio à Vaca Leiteira	17
4.1.5 Ajuda ao Escoamento de Jovens Bovinos dos Açores	18
4.1.6 Ajuda à Inovação e à Qualidade das Produções Pecuárias Açorianas	19
4.1.7 Prémio aos Produtores de Leite	21
4.2 Ajudas às Produções Vegetais	22
4.2.1 Ajuda aos Produtores de Culturas Arvenses	22
4.2.2 Ajuda aos Produtores de Tabaco	23
4.2.3 Ajudas à Produção de Culturas Tradicionais	24
4.2.4 Ajuda à Manutenção da Vinha Orientada para a Produção de Vinhos com Denominação de Origem e Vinhos com Indicação Geográfica	25
4.2.5 Ajuda à Produção de Ananás	26
4.2.6 Ajuda à Produção de Hortofrutícolas, Flores de Corte e Plantas Ornamentais	27
4.2.7 Ajuda à Banana	27
4.3 Ajudas à Transformação	29
4.3.1 Ajuda à Armazenagem Privada de Queijos “Ilha” e “São Jorge”	29
4.3.2 Ajuda à Transformação das Beterrabas em Açúcar Branco	31
4.4 Ajudas à Comercialização	31

4.4.1 Ajudas à Comercialização Externa de Frutas, Produtos Hortícolas, Flores e Plantas Vivas, Chá, Mel e Pimentos	32
4.4.2 Ajudas à Melhoria da Capacidade de Acesso aos Mercados	33
4.4.2.1 Fileira da carne bovina - Ajuda à promoção e acesso aos mercados da carne bovina	34
4.4.2.2 Fileira do leite e produtos lácteos de qualidade - Apoio ao reforço de imagem e apresentação	35
4.4.2.3 Outros Produtos Agrícolas Produzidos na Região Autónoma dos Açores	36
4.4.2.4 Ações plurissectoriais - Estudos, assistência técnica e implementação das ações	37
4.5 Regime Especifico de Abastecimento	37
5. CALENDÁRIO DE APLICAÇÃO E QUADRO FINANCEIRO INDICATIVO	40
6. COMPATIBILIDADE E COERÊNCIA	41
6.1 Perfil Ambiental da Aplicação do POSEI nos Açores	51
7. DISPOSIÇÕES ADOTADAS PARA ASSEGURAR UMA APLICAÇÃO EFICAZ DO NOVO PROGRAMA	52
7.1 Controlo	53
7.2 Avaliação	60
8. AUTORIDADES COMPETENTES, CONSULTA DOS ORGANISMOS ASSOCIADOS E DOS PARCEIROS SOCIOECONÓMICOS	61
ANEXOS	63

1. INTRODUÇÃO

A situação socioeconómica estrutural da Região Autónoma dos Açores, agravada pelo grande afastamento, pela insularidade, pela pequena superfície, pelo relevo e clima difíceis e pela sua dependência económica em relação a um pequeno número de produtos, condiciona gravemente o seu desenvolvimento.

Para compensar estes fatores é necessário adotar medidas específicas no domínio agrícola. Medidas estas devidamente enquadradas numa perspetiva de respeito pelas boas práticas agronómicas, pela conservação do ambiente, pela sanidade animal e vegetal, pela segurança alimentar e pelo bem-estar animal.

O prosseguimento do contributo comunitário, suportado em medidas a favor das produções agrícolas locais, constitui assim um elemento fundamental para a manutenção do equilíbrio ambiental, social e económico e consubstancia-se num apoio na forma de ajudas à produção, à transformação e à comercialização. Apoio este estabelecido com base numa estratégia regional própria, tendo em vista assegurar o desenvolvimento das produções agrícolas locais, convenientemente enquadrado e em coerência com as restantes políticas comunitárias.

Além disso, fatores objetivos ligados à insularidade e à ultraperifericidade impõem aos operadores e produtores das regiões ultraperiféricas condicionalismos suplementares, que dificultam fortemente as suas atividades. Em certos casos, os operadores e produtores são sujeitos a uma dupla insularidade. Essas dificuldades podem ser atenuadas diminuindo os preços daqueles produtos essenciais. Para garantir o abastecimento das regiões ultraperiféricas e minorar os custos adicionais decorrentes do afastamento, insularidade e ultraperifericidade dessas regiões é, portanto, adequado assegurar um regime específico de abastecimento.

Finalmente, os produtores agrícolas da região devem ser incentivados a fornecer produtos de qualidade e a comercialização desses produtos deve ser favorecida. Para tal, será útil utilizar a marca “AÇORES”.

2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE BASE

Em termos de desenvolvimento agrícola a Região está condicionada por fatores de diversa ordem, podendo ser agrupados em fatores de ordem estrutural e fatores ligados ao ambiente e aos recursos naturais.

Dentro dos fatores de ordem estrutural assumem especial relevância, aqueles que se relacionam com a estrutura agrária; produção animal e vegetal; padrão de especialização produtiva das ilhas; população, emprego agrícola e valor económico.

No que concerne aos fatores ligados ao ambiente e recursos naturais, o clima e a orografia; o tipo de solo; os recursos energéticos; a biodiversidade; a qualidade da paisagem e os modos de produção; são aqueles que mais influência exercem na agricultura regional.

É pois possível identificar os principais pontos fracos e fortes e as potencialidades da região em termos de desenvolvimento agrícola:

PONTOS FORTES	LIMITAÇÕES
<ul style="list-style-type: none">• Clima atlântico, com temperaturas médias moderadas e uma pluviosidade média anual superior a 1000 mm, razoavelmente distribuída ao longo do ano. Razoável produtividade dos solos, com limitações em altitude. Excelentes condições para produção pecuária.• Importantes áreas com pastagens permanentes, favoráveis do ponto de vista da conservação do solo.• Povoamento predominantemente rural, possibilitando alguma autossuficiência.• Tendência de crescimento da área média das explorações.• Predomínio de uma agricultura do tipo familiar, que permite que o rendimento agrícola se reflita na comunidade.• Presença de produtos agrícolas específicos e de elevada qualidade, nomeadamente ao nível da apicultura, vitivinicultura, horticultura, fruticultura e floricultura.• O desenvolvimento turístico em curso incrementa o valor destes produtos específicos de origem agrícola.• Produção de grande parte do leite nacional.	<ul style="list-style-type: none">• Elevado grau de imprevisibilidade climática e frequente presença de ventos fortes.• Grande distância do arquipélago aos continentes europeu e americano e respetivos mercados.• Dispersão territorial por nove ilhas, algumas muito afastadas, outras de muito pequena dimensão, o que coloca dificuldades à existência de economias de escala, à transformação e comercialização dos produtos agrícolas e florestais locais, bem como ao abastecimento de fatores de produção.• Multiplicação de infraestruturas.• Debilidade do sistema de transportes em consequência dos volumes de carga e da dispersão geográfica das ilhas do arquipélago.• Ruralidade com fraca diversificação económica, o que limita o rendimento da exploração e consequentemente as oportunidades de fixação da população rural.• Tendência para desertificação humana de algumas ilhas pequenas.• Reduzida população residente e flutuante, com poucos e pequenos polos urbanos, o que

<ul style="list-style-type: none"> • Crescente preocupação ambiental, traduzida em instrumentos legislativos, como o Plano sectorial da Rede Natura 2000, o Plano Regional da Água, Planos de ordenamento das bacias hidrográficas, designação de Zonas Vulneráveis. • Potencial energético endógeno através de energias renováveis, como a geotermia e a energia eólica. 	<p>condiciona o escoamento a nível regional dos produtos do setor agroflorestal.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Isolamento de muitos agricultores face à informação, aos mercados e ao enquadramento institucional, técnico e administrativo. • Baixo nível de instrução da população agrícola familiar, o que dificulta a diversificação económica das atividades. • Envelhecimento dos produtores familiares. • Explorações com apicultura, vitivinicultura, horticultura, fruticultura e floricultura com custos especiais de produção, devido à sua muito pequena dimensão e às condições de produção. • Acentuada especialização produtiva na pecuária de leite. • Pequena dimensão das explorações agrícolas em área e excessiva fragmentação, o que coloca dificuldades à existência de economias de escala.
---	---

No decurso do tempo, o reforço das relações entre a produção primária e a agroindústria tem constituído uma condição base à criação e conseqüente consolidação de fileiras produtivas com capacidade competitiva, no quadro da concorrência do mercado global.

Nos últimos anos tem-se vindo a verificar uma tendência para a organização da produção em fileiras. Em termos de composição das atividades agrícolas tradicionalmente o setor do leite tem dominado a estrutura da produção primária e agro-transformadora da Região, observando-se uma forte concentração e especialização em torno da pecuária (lacticínios e carne), de referência a nível nacional.

No entanto, também se tem assistido a um crescente interesse e potencial de outras atividades primárias, mas ainda sem a conotação de fileira devido à sua mais reduzida organização e representatividade em termos de número de produtores e de volume de negócios, como sejam: horticultura e fruticultura (tradicional e biológico), floricultura, vinha, culturas industriais e mel, mas em relação às quais se perspectiva existir um potencial de desenvolvimento futuro.

Quanto a outras potencialidades crescentes do território em matéria de desenvolvimento rural, tendo em conta a realidade dos Açores, salienta-se a extrema importância que a gestão do território e as características da sua paisagem (claramente determinada pela ocupação agropecuária dominante) têm relativamente ao turismo,

que constitui uma das poucas atividades económicas, em algumas ilhas, para além da agricultura.

3. ESTRATÉGIA

A estratégia para o futuro assenta agora em 3 orientações essenciais:

- Estabilização do regime extensivo da produção pecuária, com a consequente estabilização da produção leiteira aos níveis das potencialidades produtivas deste sistema de produção e dos limites de produção disponíveis, bem como da produção de carne e dos rendimentos dos agricultores;
- Criação de um novo impulso no setor das culturas vegetais tradicionais, criando condições para o seu desenvolvimento e tornando-as uma alternativa e um complemento credível ao rendimento proveniente da produção pecuária nomeadamente a vinha, a beterraba, a chicória o chá e frutas, legumes, plantas e flores.
- Redução dos custos de produção das explorações açorianas;

O pano de fundo desta estratégia é a garantia do desenvolvimento de uma agricultura sustentável de qualidade, que proteja a viabilidade a longo prazo das 2 maiores riquezas do arquipélago: as suas comunidades rurais e o seu património natural.

O principal objetivo do Programa POSEI apresentado à Comissão Europeia, de acordo com o previsto no Regulamento (UE) n.º 228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março, no que aos Açores diz respeito, é, precisamente, poder contribuir para esta estratégia, compensando de algum modo os elevados sobrecustos que atingem as diversas fileiras agrícolas numa região fortemente marcada pelos *handicaps* permanentes da ultraperifericidade.

A avaliação que é feita das atuais medidas em vigor leva-nos a apresentar para inclusão no presente Programa, uma medida para aplicação do regime específico de abastecimento e, no que se refere às medidas de apoio às produções locais, à definição quatro grupos distintos de medidas (Prémios às Produções Animais, Ajudas às Produções Vegetais e Ajudas à Transformação e Ajudas à Comercialização) de acordo com o setor específico a que se destinam, desagregadas nas seguintes ações, sendo estas agrupadas consoante os objetivos a que se propõem:

Com o objetivo de aprofundar a diversificação da base produtiva regional e de aumentar a produção e a qualidade dos produtos alternativos à produção predominante da pecuária local e favorecer a sua comercialização, estabeleceram-se as seguintes ações:

- Ajudas à Comercialização Externa de Frutas, Produtos Hortícolas, Flores e Plantas Vivas, Chá, Mel e Pimentos, de modo a permitir o reforço da competitividade da produção local face à concorrência externa em mercados mais prometedores, responder melhor às expectativas dos consumidores e dos novos circuitos de distribuição e melhorar a produtividade das explorações e a qualidade dos produtos;
- Ajuda aos Produtores de Culturas Arvenses;
- Ajuda à Produção de Hortofrutícolas, flores de corte e plantas ornamentais;
- Prémio aos Produtores de Ovinos e Caprinos;
- Melhoria da capacidade de acesso aos mercados;

Com o objetivo de apoiar as atividades económicas predominantes e a melhoria qualitativa da produção de carne de bovino e dos produtos da criação animal tradicional, foram estabelecidas as seguintes ações:

- Prémio às Vacas Aleitantes, Prémio às Vacas Leiteiras e Prémio aos Produtores de Leite, dentro de um limite máximo proporcional aos direitos e à quota local disponíveis;
- Prémio ao Abate e Ajuda ao Escoamento de Jovens Bovinos excedentários que não encontram uma saída normal no arquipélago e que devam ser expedidos para o resto da Comunidade com consideráveis custos de transporte adicionais, dada a situação geográfica excecional da região;
- Ajuda à Armazenagem Privada de Queijos “Ilha” e “S. Jorge”, promovendo a qualidade e garantindo a segurança alimentar;
- Ajuda à Inovação e à Qualidade das Produções Pecuárias Açorianas;

Com o objetivo de contribuir para a manutenção da produção interna e satisfazer os hábitos de consumo locais, estabeleceram-se as seguintes ações:

- Ajudas à Produção de Culturas Tradicionais;
- Ajuda aos Produtores de Tabaco;
- Ajuda à Banana;
- Ajuda à Transformação da Beterraba em Açúcar Branco;
- Ajuda à Manutenção da Vinha Orientada para a Produção de Vinhos com Denominação de Origem e Vinhos com Indicação Geográfica;
- Ajuda à Produção de Ananás.

4. MEDIDAS PROPOSTAS

4.1. PRÉMIOS ÀS PRODUÇÕES ANIMAIS

4.1.1. Prémio à Vaca Aleitante

Beneficiários

Produtores que possuam na sua exploração vacas aleitantes inscritas na base de dados do Sistema Nacional de Identificação e Registo Animal (SNIRA).

Condições de elegibilidade

O prémio baseia-se num esquema de quotas individuais, até ao limite de **31.099,51 direitos**.

O número de animais a considerar para o pagamento do prémio será limitado por um fator densidade (relação n.º de animais/hectare de superfície forrageira) de 2 CN/ha SF.

Os agricultores ficam dispensados da aplicação do fator de densidade sempre que o número de animais da sua exploração a ser considerado na determinação do fator de densidade não exceda 15 CN.

Para o cálculo do fator de densidade na exploração, devem ser tidos em conta as vacas em aleitamento e as novilhas determinadas para efeitos de pagamento, durante o período de retenção, na base de dados SNIRA, bem como as vacas leiteiras determinadas para efeitos de pagamento ao Prémio à Vaca Leiteira.

Animal Elegível

Por definição, vaca aleitante será a vaca pertencente a uma raça de vocação "carne" ou resultante de um cruzamento com uma dessas raças, e que faça parte de uma manada destinada à criação de vitelos para produção de carne. O prémio será concedido ao produtor que detenha, na exploração declarada para o efeito e durante pelo menos os 6 meses consecutivos do período de retenção obrigatória, compreendido entre 1 de fevereiro e 31 de julho, um número de vacas em aleitamento pelo menos igual a 60%, e um número de novilhas igual, no máximo, a 40% do número em relação ao qual pretende beneficiar do prémio (este último valor poderá ser anualmente ajustado em função dos objetivos a atingir).

Raças Leiteiras

As vacas e as novilhas de raças leiteiras não serão elegíveis para o prémio das vacas aleitantes, mesmo que tenham sido cobertas ou inseminadas por touros de raças produtoras de carne.

A lista de raças leiteiras que discrimina as que não se podem inscrever para este prémio é a seguinte:

- Angler Rotvieh (Angeln), Red Dansk Maelkerace (RMD);
- Ayreshire;
- Armoricaïne;
- Bretonne Pie Noire;
- Fries-Hollandsd (FH), Française Frisonne Pie Noire (FFPN), Friesian-Holstein, Holstein, Black and White Friesian, Red and White Friesian, Frisona Española, Frisona Italiana, Zwartbonten van Belgie/Pie Noire de Belgique, Sortbroget Dansk Maelkerace (SDM), Deutsche Schwarzbunte; Schwarzbunte Milchrasse (SMR);
- Groninger Blaarkop;
- Guernsey;
- Jersey;
- Malkeborthorn;
- Reggiana;
- Valdostana Nera;
- Itasuomenkarja;
- Lansisuomenkarja;
- Pohjoissuomenkarja.

Montante unitário da ajuda

O valor do prémio é de:

- **300 EUR** por fêmea elegível.

Montante previsto para a ação

O número total de direitos para os quais o prémio pode ser pago será limitado por um máximo orçamental previsto de **9.329.854 EUR**.

4.1.2. Prémio ao Abate de Bovinos

Beneficiários

Os produtores que tenham possuído bovinos na sua exploração, poderão beneficiar, nas condições adiante descritas do Prémio ao Abate desses animais, quando eles forem abatidos em matadouros da Região Autónoma dos Açores e desde que tenham manifestado tal intenção.

Condições de elegibilidade

Animais Elegíveis

- Bovinos a partir dos oito meses de idade
- Bovinos com mais de 30 dias e menos de 8 meses de idade

Desde que tenham estado na posse do produtor por um período mínimo de dois meses consecutivos, cujo termo tenha tido lugar menos de um mês antes do abate. No caso de bovinos abatidos antes dos dois meses de idade, o período de retenção é de quinze dias.

Montante previsto para a ação

O número máximo de animais que poderão beneficiar deste prémio é limitado por um máximo orçamental previsto de **13.689.909 EUR**.

Se este limite for ultrapassado, será feita uma redução percentual, proporcionalmente ao número de animais elegíveis, durante o ano em causa.

Ficam excluídos do rateio inicial no prémio ao abate todos os animais que sejam certificados no matadouro como “Carne dos Açores – IGP” ou “Modo de Produção Biológico”. Caso o número de candidaturas de animais nestas condições ultrapasse o limite máximo orçamental definido, será feito um segundo rateio entre os mesmos.

Montante unitário da ajuda

O valor do prémio, é de:

- Bovinos a partir dos oito meses de idade: **105 EUR**
- Bovinos com mais de 30 dias e menos de 8 meses de idade: **75 EUR**

Será atribuído um suplemento ao prémio no montante de:

- **180 EUR** para o abate de bovinos machos com idade igual ou superior a 7 meses e inferior a 12 meses;
- **220 EUR** para o abate de bovinos machos com idade igual ou superior a 12 meses.

Os bovinos que sejam certificados no matadouro como "Carne dos Açores - IGP" ou "Modo de Produção Biológico" receberão, para além dos montantes previstos anteriormente, um suplemento de 40 EUR por cabeça.

4.1.3. Prémio aos Produtores de Ovinos e Caprinos

Beneficiários

Produtores que possuam na sua exploração ovelhas e/ou cabras.

Condições de elegibilidade

Para se candidatarem ao Prémio, os beneficiários terão de declarar, pelo menos dez animais elegíveis ao Prémio.

São elegíveis as ovelhas que no último dia do período de retenção tenham pelo menos, um ano.

São também elegíveis as cabras que no último dia do período de retenção tenham pelo menos, um ano.

As ovelhas e cabras declaradas ao prémio ficam obrigadas a um período de retenção nos locais declarados pelo requerente e terão de estar identificadas eletronicamente.

O período de retenção é de 100 dias, contados a partir do dia seguinte ao último dia do período de apresentação dos pedidos de ajuda.

Montante unitário da ajuda

O prémio por ovelha e por cabra são concedidos sob a forma de um pagamento anual por animal elegível, por ano civil e por produtor.

Os montantes do prémio:

- Por ovelha de carne: **40 EUR**
- Por ovelha de leite ou cabra: **35 EUR**

Montante previsto para a ação

O número total de animais para os quais o prémio pode ser pago será limitado por um máximo orçamental previsto de **112.000 EUR**. Se o número total de pedidos para o prémio exceder o montante disponível, tal facto dará origem a uma redução proporcional aplicável a todos os requerentes.

4.1.4. Prémio à Vaca Leiteira

Beneficiários

Produtores que possuam na sua exploração vacas leiteiras, inscritas na base de dados do Sistema Nacional de Identificação e Registo Animal (SNIRA).

Condições de elegibilidade

A concessão do prémio está subordinada ao compromisso do beneficiário de:

- Deter na exploração durante pelo menos os 6 meses consecutivos do período de retenção obrigatória, compreendido entre 1 de fevereiro e 31 de julho, um determinado número de vacas leiteiras.

Animal elegível

Para efeitos do presente prémio é considerada vaca leiteira, toda a fêmea pertencente a uma raça leiteira, ou resultante de um cruzamento com essas raças, desde que não tenha sido considerada no cálculo de apuramento ao prémio à vaca aleitante.

Raças Leiteiras: Angler Rotvieh (Angeln), Red Dansk Maelkerace (RMD); Ayreshire; Armoricaire; Bretonne Pie Noire; Fries-Hollandsd (FH), Française Frisonne Pie Noire (FFPN), Friesian-Holstein, Holstein; Black and White Friesian, Red and White Friesian, Frisona Española, Frisona Italiana, Zwartbonten van Belgie/Pie Noire de Belgique, Sortbroget Dansk Maelkerace (SDM), Deutsche; Schwarzbunte; Schwarzbunte Milchrasse (SMR); Groninger Blaarkop; Guernsey; Jersey; Malkeborhorn; Reggiana; Valdostana Nera; Itasuomenkarja; Lansisuomenkarja; Pohjoissuomenkarja.

Montante unitário da ajuda

O montante da ajuda é de **190 EUR** por vaca elegível.

Montante previsto para a ação

O número máximo de cabeças para as quais o prémio pode ser pago será limitado por um máximo orçamental previsto de **15.461.000 EUR**.

Se o número total de pedidos para o prémio exceder o montante disponível, tal facto dará origem a uma redução proporcional aplicável a todos os requerentes.

4.1.5. Ajuda ao Escoamento de Jovens Bovinos dos Açores

Beneficiários

Esta ajuda é concedida aos produtores dos Açores que tenham expedido bovinos jovens para o exterior da Região.

Condições de elegibilidade

São elegíveis os bovinos fêmeas expedidos com o máximo de 8 meses e bovinos machos até aos 18 meses, nascidos e criados na região por um período mínimo de 3 meses.

Os produtores que antes da expedição tenham procedido, em último lugar, à criação dos bovinos durante um período mínimo de 3 meses, poderão beneficiar da ajuda ao escoamento desses animais desde que tenham manifestado tal intenção.

A intenção de beneficiar do prémio para o ano civil a que se candidata mantém-se válida até ao último dia do ano civil seguinte, desde que o produtor não manifeste vontade em contrário.

Montante unitário da ajuda

O montante da ajuda concedida é de **40 EUR** por cabeça expedida. Será atribuído um suplemento ao prémio no montante de:

- **100 EUR** aos bovinos machos expedidos com idade igual ou superior a 8 meses e inferior a 12 meses;
- **120 EUR** aos bovinos machos expedidos com idade igual ou superior a 12 meses e inferior ou igual a 18 meses de idade.

Para além dos montantes previstos anteriormente, aos animais expedidos para as regiões Madeira e Canárias será atribuído um suplemento de **30 EUR** por cabeça.

Montante previsto para a ação

O número total de animais para os quais o prémio pode ser pago em cada ano civil será limitado por um máximo orçamental previsto de **1.079.319 EUR**. Se o número total de pedidos para o prémio exceder o montante disponível, tal facto dará origem a uma redução proporcional aplicável a todos os requerentes.

4.1.6. Ajuda à Inovação e à Qualidade das Produções Pecuárias Açorianas

Beneficiários

Associações, Agrupamentos de Produtores e Cooperativas que implementem programas de qualidade e inovação.

Condições de elegibilidade

São consideradas elegíveis as despesas que visam apoiar a implementação e manutenção das ações comuns dos Associados destinados à qualidade e à inovação das produções pecuárias açorianas, através das seguintes submedidas:

- Ações de Reforço/melhoria no Contraste Leiteiro: Apoiar a atividade de contraste leiteiro desenvolvido pelas associações agrícolas, que consiste na avaliação

quantitativa e qualitativa do leite produzido por cada uma das fêmeas da exploração no decurso das sucessivas lactações. Os resultados do contraste permitem proporcionar aos produtores elementos que visam nomeadamente a melhoria da qualidade do leite produzido, o suporte da gestão técnico-económica das explorações leiteiras, e, no âmbito do melhoramento animal, a avaliação de reprodutores.

- Ações de Reforço/melhoria de qualidade laboratorial: Apoiar o reforço e a melhoria da qualidade laboratorial dos produtos e produções pecuárias açorianas (leite, carne e outros), através de ajudas à aquisição de material laboratorial.

- Outras ações de reforço/melhoria na inovação e qualidade da produção pecuária: Apoiar a realização de estudos e caracterização das produções pecuárias açorianas, que tenham por objetivo, práticas inovadoras de manejo e nutrição animal ou o aproveitamento dos efluentes das explorações pecuárias, com vista a uma melhoria da eficiência energética e de redução do impacto da atividade pecuária sobre o ambiente.

As autoridades regionais responsáveis pela elaboração e apresentação do futuro Programa de Desenvolvimento Rural, de acordo com o previsto na regulamentação comunitária em vigor, assegurarão que não haverá sobreposição entre as medidas e as ações a estabelecer no programa de desenvolvimento rural e as medidas e as ações aprovadas de acordo com o estabelecido neste Programa POSEI apresentado à Comissão Europeia ao abrigo do Regulamento (UE) n.º 228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março de 2013.

Montante unitário da ajuda

No que se refere à submedida 1 “Ações de Reforço/melhoria no Contraste leiteiro” o valor da ajuda é de 24,5 EUR por animal em contraste leiteiro considerado elegível.

No que se refere às restantes submedidas, a ajuda assume a forma de subsídio não reembolsável, no valor de 70% das despesas consideradas elegíveis.

Montante previsto para a ação

A ajuda será paga até um limite máximo orçamental previsto de **539.000 EUR**. Se o número total de pedidos exceder o montante disponível, tal facto dará origem a uma aprovação de candidaturas de acordo com prioridades definidas legalmente.

4.1.7. Prémio aos Produtores de leite

Objetivos

Garantir um rendimento mínimo aos produtores de leite dos Açores e assegurar a continuidade da atividade na Região Autónoma dos Açores (RAA).

Beneficiários

Produtores de leite, cuja exploração se situe na RAA.

Condições de elegibilidade

O Prémio aos Produtores de Leite é concedido por ano civil, por exploração e por tonelada de leite objeto de entregas e vendas diretas.

Os transformadores de leite cru da Região Autónoma dos Açores têm que comunicar às autoridades competentes as quantidades de leite entregues por produtor.

As Autoridades Portuguesas asseguram que não ocorrerá qualquer outro financiamento, ou sobrecompensação, relativos à mesma produção de leite.

Montante unitário da Ajuda

O montante do prémio é calculado multiplicando a quantidade de leite objeto de entregas e vendas diretas, expressa em toneladas, por **35 EUR**.

Montante previsto para a ação

O prémio a ser pago em cada ano civil será limitado por um máximo orçamental previsto de **20.785.147 EUR**.

Se o número total de pedidos para o prémio exceder o montante disponível, tal facto dará origem a uma redução proporcional aplicável a todos os requerentes.

Caso o montante disponível não venha a ser atingido, o valor remanescente será redistribuído proporcionalmente por todos os requerentes.

Controlo

O controlo será administrativo e no local.

O controlo administrativo será exaustivo e incluirá cruzamentos de informações, nomeadamente com a base de dados de entregas de leite comunicadas pelos transformadores de leite cru.

Com base numa análise de riscos, as autoridades competentes efetuarão ações de controlo no local, por amostragem, em relação a, pelo menos, 5% dos pedidos de ajuda. A amostra deve representar também, no mínimo, 5% das quantidades objeto de ajuda.

4.2. AJUDAS ÀS PRODUÇÕES VEGETAIS

4.2.1 Ajuda aos Produtores de Culturas Arvenses

Beneficiários

A ajuda será concedida aos agricultores cuja exploração se situe na RAA.

Condições de elegibilidade

Reunir uma área total mínima elegível de 0,30 hectares de culturas arvenses.

As culturas elegíveis, para efeitos de apoio aos produtores, dividem-se em cinco grupos – cereais (trigo mole, trigo duro, cevada, milho, sorgo de grão, centeio e aveia), proteaginosas (ervilhas, favas, faveta e tremçoço doce), oleaginosas (soja e amendoim), linho (linho não têxtil e linho têxtil) e leguminosas forrageiras (luzerna, sulla, trevos e fava).

Para beneficiarem do regime de apoio, os agricultores devem respeitar as seguintes condições:

- Semear integralmente as superfícies declaradas;
- Utilizar práticas culturais que garantam uma emergência normal das culturas e um povoamento regular em condições normais de crescimento das plantas, até pelo menos ao início do período de floração.

Montante unitário da ajuda

O valor da ajuda é de **500 EUR/ha**.

Montante previsto para a ação

O prémio a ser pago em cada ano civil será limitado por um limite máximo orçamental previsto de **4.308.100 EUR**. Se o número total de pedidos para o prémio exceder o montante disponível, tal facto dará origem a uma redução proporcional aplicável a todos os requerentes.

4.2.2. Ajuda aos produtores de Tabaco

Objetivos

Garantir um rendimento mínimo aos produtores de tabaco dos Açores, assegurando a continuidade da cultura na Região Autónoma dos Açores (RAA).

Beneficiários

A ajuda será concedida aos agricultores cuja exploração se situe na RAA.

Condições de elegibilidade

A ajuda é paga uma vez por ano civil, em relação às superfícies de tabaco que tenham sido cultivadas e nas quais todos os trabalhos normais de cultura se encontrem efetuados e que tenham sido objeto de um pedido de ajuda.

As superfícies elegíveis para a ajuda devem corresponder, por produtor, a, pelo menos, 0,2 hectares.

A produção de tabaco tem que ser entregue numa empresa de primeira transformação. A empresa de primeira transformação tem que comunicar às autoridades competentes as quantidades de tabaco entregues por produtor.

Caso o agricultor não atinja a produtividade mínima anual definida pela Região, a superfície elegível será reduzida proporcionalmente em função das entregas efetuadas.

Montante unitário da ajuda

O valor unitário da ajuda é de:

- **5.740 EUR/ha** em 2015;

- **4.680 EUR/ha** em 2016;
- **3.620 EUR/ha** em 2017;
- **2.560 EUR/ha** em 2018;
- **1.500 EUR/ha** a partir de 2019.

Montante previsto para a ação

A ajuda a ser paga em cada ano civil será limitada por um máximo orçamental previsto de **333.200 EUR**.

Caso venha a ser excedido o montante máximo da ajuda total atribuída, haverá uma redução linear sobre o valor final da ajuda.

Se o montante disponível não for atingido, as verbas remanescentes poderão ser canalizadas para outras ações do programa.

4.2.3. Ajudas à Produção de Culturas Tradicionais

Beneficiários

Produtores de Beterraba Sacarina e Chá estabelecidos nos Açores que se candidatem a essas ajudas.

Condições de elegibilidade

As ajudas são pagas uma vez por ano civil, em relação às superfícies que tenham sido cultivadas e nas quais todos os trabalhos normais de cultura se encontrem efetuados e que tenham sido objeto de um pedido de ajuda.

As superfícies elegíveis para as ajudas devem corresponder, por produtor, a, pelo menos, 0,3 hectares.

Além disso, relativamente à ajuda por hectare à produção de beterraba sacarina é necessário:

- A produção de beterraba por hectare tem que ser entregue num transformador;

- O transformador tem que comunicar às autoridades competentes as quantidades de beterraba entregues por produtor de beterraba;
- Caso o produtor não atinja a produtividade mínima anual definida pela Região, a superfície elegível será reduzida proporcionalmente em função das entregas efetuadas.

Montante unitário da ajuda

	Montante (EUR/ha)
Beterraba Sacarina	1.500
Chá	1.500

Montante previsto para a ação

O prémio a ser pago em cada ano civil será limitado por um máximo orçamental previsto de **529.914 EUR**. Se o número total de pedidos para o prémio exceder o montante disponível, tal facto dará origem a uma redução proporcional aplicável a todos os requerentes.

4.2.4. Ajuda à Manutenção da Vinha Orientada para a Produção de Vinhos com Denominação de Origem e Vinhos com Indicação Geográfica

Beneficiários

Agrupamentos, Organizações de Produtores ou produtores individuais que detenham superfícies orientadas para a produção de Vinhos com Denominação de Origem e Vinhos com Indicação Geográfica e que apresentem pedido de ajuda.

Condições de elegibilidade

A ajuda será concedida em relação às superfícies nas zonas de produção legalmente definidas, plantadas com castas aptas à produção de vinhos com Denominação de Origem e Vinhos com Indicação Geográfica que:

- Tenham sido inteiramente cultivadas e colhidas e nas quais tiverem sido realizados todos os trabalhos normais de cultivo;

- Tenham sido objeto das declarações de colheita previstas;
- No caso de vinhos com Denominação de Origem respeitem os rendimentos máximos previstos na regulamentação em vigor.

Montante unitário da ajuda

O montante da ajuda é fixado em 1.400 EUR por hectare e por ano para a produção de Vinhos com Denominação de Origem e 1.050 EUR por hectare e por ano para a produção de vinhos com Indicação Geográfica.

Montante previsto para a ação

O prémio a ser pago em cada ano civil será limitado por um máximo orçamental previsto de **290.000 EUR**. Se o número total de pedidos para o prémio exceder o montante disponível, tal facto dará origem a uma redução proporcional aplicável a todos os requerentes.

4.2.5. Ajuda à Produção de Ananás

Beneficiários

Produtores de ananás.

Condições de elegibilidade

É concedida uma ajuda anual por superfície ao ananás produzido nos Açores segundo o modo de produção tradicional.

Montante unitário da ajuda

O montante da ajuda de referência é de **6,53 EUR/m²** de superfície em produção sob área coberta.

Montante previsto para a ação

O montante da ajuda será limitado por um máximo orçamental previsto de **3.443.900 EUR**.

Se o número total de pedidos para a ajuda exceder o montante disponível, tal facto dará origem a uma redução proporcional aplicável a todos os requerentes.

4.2.6. Ajuda à produção de Hortofrutícolas, Flores de Corte e Plantas Ornamentais

Beneficiários

Produtores estabelecidos nos Açores de culturas hortícolas, frutícolas e florícolas.

Condições de elegibilidade

A ajuda é paga uma vez por ano civil, em relação às superfícies horto-flori frutícolas cultivadas, nas quais todos os trabalhos normais de cultura se encontrem efetuados e que tenham sido objeto de um pedido de ajuda.

As superfícies elegíveis para as ajudas devem apresentar uma área mínima de 0,2 ha por produtor.

Não se consideram para efeito da presente ajuda as áreas ocupadas com as seguintes culturas: Ananás, Banana, Beterraba Sacarina, Batata de Semente, Chicória e Chá, Leguminosas para alimentação animal e Vinha para produção de vinho.

Montante unitário da ajuda

O montante da ajuda será de **1.300 EUR/ha**.

Montante previsto para a ação

O prémio a ser pago em cada ano civil será limitado por um limite máximo orçamental previsto de **1.183.886 EUR**. Se o número total de pedidos para o prémio exceder o montante disponível, tal facto dará origem a uma redução proporcional aplicável a todos os requerentes.

4.2.7 Ajuda à banana

Objetivos

Garantir um rendimento mínimo aos produtores de banana dos Açores, assegurando a continuidade da cultura e a manutenção de uma produção comercializável.

Beneficiários

Produtores de banana, cuja exploração se situe no território dos Açores, que entreguem a sua produção para comercialização numa entidade com meios técnicos adequados para o acondicionamento e comercialização de banana, reconhecida pelas autoridades competentes da Região Autónoma dos Açores.

Todavia, a ajuda pode ser concedida a produtores individuais nas ilhas em que não existam condições para a criação de entidades do tipo mencionado.

Condições de elegibilidade

A ajuda é paga ao produtor de banana através da entidade que acondiciona e comercializa a banana, ou diretamente ao produtor individual, tendo por base a quantidade de banana entregue (peso líquido) com características mínimas para ser comercializável.

As entidades que acondicionam e comercializam devem registar por produtor as quantidades entregues.

Os produtores devem apresentar anualmente uma declaração das superfícies de banana em produção.

As quantidades de banana objeto de ajuda têm de possuir um certificado de conformidade, com indicação do produto e peso líquido discriminado em quilogramas.

Caso o produtor ultrapasse a produtividade máxima anual definida pela Região, as quantidades entregues acima desse valor não serão consideradas elegíveis.

Montante unitário da ajuda

O montante de ajuda será de **0,60 EUR/kg** de banana.

Montante previsto para a ação

O prémio a ser pago em cada ano civil será limitado por um máximo orçamental previsto de **700.000 EUR**. Se o volume total de pedidos de ajuda exceder o montante disponível, tal facto dará origem a uma redução proporcional aplicável a todos os requerentes.

Se o montante disponível não for atingido, as verbas remanescentes poderão ser canalizadas para outras ações do programa.

Gestão das Ajudas

Os beneficiários deverão apresentar até 31 de janeiro do ano seguinte ao da comercialização, um pedido de pagamento da ajuda para toda a banana comercializada entre 1 de janeiro e 31 de dezembro.

Após verificação dos pedidos de pagamento e dos documentos comprovativos, e uma vez determinado o montante da ajuda as autoridades competentes pagarão a ajuda até 30 de junho.

Controlo

O controlo será administrativo e no local. O controlo administrativo será exaustivo e incluirá cruzamentos de informações. Com base numa análise de riscos, as autoridades competentes efetuarão ações de controlo no local, por amostragem, em relação a, pelo menos, 5% dos pedidos de ajuda. A amostra deve representar também, no mínimo, 5% das quantidades objeto da ajuda.

4.3. AJUDAS À TRANSFORMAÇÃO

4.3.1 Ajuda à Armazenagem Privada de Queijos “Ilha” e “São Jorge”

Beneficiários

Podem beneficiar desta ajuda os agentes que armazenem queijos "Ilha" e/ou "S. Jorge" nos Açores.

Condições de elegibilidade

A ajuda à armazenagem privada de queijo da "Ilha" e "S. Jorge" é uma medida de apoio a atividades económicas tradicionais essenciais no setor de produtos lácteos nos Açores, sendo concedida aos agentes que queiram armazenar a produção.

O certificado de qualidade deverá ser emitido por uma entidade independente, externa ao armazenista, e deverá ter por base análises que comprovem, por amostragem, que

o lote de queijo em causa cumpre os requisitos legais obrigatórios em termos de parâmetros microbiológicos, nos termos da legislação aplicável.

A ajuda é concedida a:

- Queijo "São Jorge" com, pelo menos, 90 dias de maturação (antes da data de armazenagem);
- Queijo "Ilha" com, pelo menos, 45 dias de maturação (antes da data de armazenagem);

Que tenha sido submetido a um exame prévio que permita a emissão do certificado de qualidade, para cada lote de queijo.

Os lotes terão que ser constituídos por queijos facilmente identificáveis através de uma marca específica, individualizados por pedido de ajuda.

Os beneficiários deverão comprometer-se a:

- Manter uma contabilidade de existências;
- Manter em armazém os lotes com peso nunca inferior a duas toneladas e por um período mínimo de 60 dias, a temperatura igual ou inferior a 16°C;
- Não alterar a composição do lote de cada pedido de ajuda sem autorização da autoridade competente.

O período mínimo de armazenagem é de 60 dias sendo o máximo de 120 dias.

Montante unitário da ajuda

O valor da ajuda é de **4,5 EUR/tonelada/dia**.

Montante previsto para a ação

As quantidades máximas que poderão ser objeto de ajuda em cada ano civil são limitadas por um máximo orçamental previsto de **500.000 EUR**. Se o número total de pedidos para o prémio exceder o montante disponível, tal facto dará origem a uma redução proporcional aplicável a todos os requerentes.

4.3.2. Ajuda à Transformação das Beterrabas em Açúcar Branco

Beneficiários

Empresas transformadoras de beterraba sacarina, produzida e colhida nos Açores, em açúcar branco.

Condições de elegibilidade

É concedida uma ajuda específica à transformação em açúcar branco da beterraba produzida e colhida nos Açores.

Os beneficiários deverão efetuar uma comunicação da data do início de receção e da transformação da beterraba produzida e colhida na Região Autónoma dos Açores - “Declaração Prévia”.

Os beneficiários deverão, posteriormente, efetuar a comunicação da data do final do período de laboração da beterraba produzida e colhida na Região Autónoma dos Açores - “Comunicação Final”.

Montante unitário da ajuda

O montante da ajuda está fixado em **49 EUR por 100 quilogramas** de açúcar refinado.

Montante previsto para a ação

No limite de produção global anual de 10.000 toneladas de açúcar refinado previsto no n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento (UE) N.º 228/2013 do Parlamento e do Conselho, de 13 de março, as quantidades máximas que poderão ser objeto de ajuda em cada ano civil são limitadas por um máximo orçamental previsto de **600.000 EUR**. Se o número total de pedidos para o prémio exceder o montante disponível, tal facto dará origem a uma redução proporcional aplicável a todos os requerentes.

4.4. AJUDAS À COMERCIALIZAÇÃO

4.4.1 Ajudas à Comercialização Externa de Frutas, Produtos Hortícolas, Flores e Plantas Vivas, Chá, Mel e Pimentos

Beneficiários

Produtores individuais ou agrupados, ou organizações de produtores estabelecidos nos Açores.

Condições de elegibilidade

A ajuda é concedida à comercialização dos produtos frescos ou transformados - Frutos, Produtos Hortícolas, Flores e Plantas Vivas, Chá, Mel, Pimentos e Batata de Semente produzidos nos Açores e destinados à comercialização no exterior da Região.

Para beneficiarem da presente ajuda, os beneficiários devem:

- Expedir os produtos elegíveis para fora da RAA e comercializá-los, exclusivamente no mercado da União Europeia;
- Manter uma contabilidade de matérias da qual constem as quantidades globais de produtos adquiridos e comercializados;
- Possuir os documentos de venda das transações realizadas e os documentos de transporte específicos, nomeadamente, a carta de porte aéreo ou conhecimento de embarque marítimo.

Montante unitário da ajuda

- O montante da ajuda será de **10% do valor da produção comercializada** entregue na zona de destino.
- O montante da ajuda será elevado para **13% do valor da produção comercializada** no caso em que os beneficiários sedeados na Região Autónoma dos Açores sejam Produtores agrupados ou organizações de produtores.

Montante previsto para a ação

As verbas disponíveis para esta medida serão limitadas por um máximo orçamental previsto de **180.000 EUR**. Se o número total de pedidos para o prémio exceder o

montante disponível, tal facto dará origem a uma redução proporcional aplicável a todos os requerentes.

4.4.2 Ajudas à Melhoria da capacidade de acesso aos mercados

Os produtores agrícolas da região devem ser incentivados a fornecer produtos de qualidade e a comercialização desses produtos deve ser favorecida.

Para tal, serão apoiadas as ações destinadas a melhorar o conhecimento e o consumo dos produtos agrícolas de qualidade, em natureza ou transformados, específicos da Região Autónoma dos Açores.

O incentivo agora criado deverá ser atribuído preferencialmente, aos produtos de qualidade certificada DOP, IGP, ETG, Vinhos com Denominação de Origem Protegida (DOP) e Vinhos Licorosos com Denominação de Origem Protegida (DOP) e produtos agrícolas biológicos, servindo como complemento aglutinador da sua valorização.

As condições de utilização dos apoios agora criados serão propostos em parceria com as organizações profissionais interessadas.

As autoridades regionais responsáveis pela elaboração e apresentação do Programa de Desenvolvimento Rural (Direção Regional do Desenvolvimento Rural), de acordo com o previsto na regulamentação comunitária em vigor, assegurarão a não sobreposição entre as medidas e as ações estabelecidas no programa de desenvolvimento rural e as medidas e as ações aprovadas de acordo com o estabelecido neste Programa POSEI apresentado à Comissão Europeia ao abrigo do Regulamento (UE) n.º 228/2013, do Parlamento e do Conselho, de 13 de maio de 2013.

Na preparação deste Programa POSEI e do PRORURAL+, foi dada especial atenção à necessidade de garantir a complementaridade e coerência entre as medidas dos dois programas assegurando o cumprimento do disposto no artigo 4º do Regulamento (UE) n.º 228/2013, no artigo 5º do Regulamento (CE) n.º 1698/2005 e no artigo 2º do Regulamento (CE) n.º 1974/2006.

As ações relativas às Ajudas à Melhoria da Capacidade de Acesso aos Mercados, designadamente as ações 4.4.2.1 e 4.4.2.2, seriam as que poderiam ter equivalência nos apoios previstos no artigo 16º do Regulamento (UE) 1305/2013. Deste modo, serão efetuados controlos cruzados com o programa PRORURAL+ para excluir o risco de

duplo financiamento.

Atividades e medidas abrangidas:

4.4.2.1. Fileira da carne bovina - Ajuda à promoção e acesso aos mercados da carne bovina

Beneficiários

Entidades públicas, entidades Certificadoras e outras entidades privadas ou Organizações de Produtores que operem no mercado.

Objetivos

Apoiar o reforço de capacidade de acesso aos mercados, melhorando a imagem e notoriedade das marcas e produtos, com vista a sustentar e valorizar de forma duradoura e estável o consumo de carne bovina produzida localmente junto dos consumidores, bem como dos operadores de distribuição.

Condições de elegibilidade

Ajudas para o estudo e conceção de rótulos, embalagem, logotipos, à realização de catálogos, folhetos, filmes e *sites*, bem como para a organização e/ou participação em feiras, certames, apresentação dos produtos em locais de venda e realização de ações de prova e degustação, bem como a implementação e ações promocionais.

A concessão da ajuda, designada “Rótulos e embalagens”, abrange ações:

- de renovação/criação de rótulos/logotipos,
- bem como, o estudo das embalagens mais adequados à apresentação dos produtos.

Montante previsto para a ação

As verbas disponíveis para esta medida serão limitadas por um máximo orçamental previsto de **90.000 EUR**. Se o número total de pedidos para o prémio exceder o montante disponível, tal facto dará origem a uma aprovação de candidaturas de acordo com as prioridades a definir.

4.4.2.2. Fileira do leite e produtos lácteos de qualidade - Apoio ao reforço de imagem e apresentação

Beneficiários

Entidades públicas, entidades Certificadoras, Organizações de Produtores, Uniões e Cooperativas Agrícolas e outras entidades privadas que operem no mercado.

Objetivo

Apoio ao reforço da conceção e desenvolvimento de formas de apresentação e embalagem dos produtos lácteos de qualidade que beneficiem de denominação de origem e indicação geográfica, de certificado de especificidade ou de reconhecida vinculação ao território regional ou ao saber fazer tradicional ou que possam também vir a beneficiar da utilização do símbolo gráfico previsto no artigo 21.º do Regulamento (UE) n.º 228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março de 2013. Apoiar o reforço da capacidade de acesso aos mercados dos produtos lácteos açorianos.

Condições de elegibilidade

Ajuda ao estudo e conceção de rótulos, embalagem, logotipos, bem como à realização de catálogos, folhetos, filmes e *sites*, bem como para a organização e/ou participação em feiras, certames, apresentação dos produtos em locais de venda e realização de ações de prova e degustação, bem como a implementação e ações promocionais.

A concessão da ajuda, designada “Rótulos e embalagens”, abrange ações:

- de renovação/criação de logotipos dos produtos lácteos açorianos, quer nas marcas comerciais próprias de cada operador, quer eventualmente no reforço do logotipo/marca *umbrella* de todos os produtos lácteos açorianos.
- bem como, o estudo das embalagens mais adequados à apresentação dos produtos açorianos.

Montante previsto para a ação

As verbas disponíveis para esta medida serão limitadas por um limite máximo orçamental previsto de **260.000 EUR**. Se o número total de pedidos para o prémio

exceder o montante disponível, tal facto dará origem a uma aprovação de candidaturas de acordo com as prioridades a definir.

4.4.2.3. Outros Produtos Agrícolas Produzidos na Região Autónoma dos Açores

Beneficiários

Entidades públicas, entidades Certificadoras, Organizações de Produtores, Uniões e Cooperativas Agrícolas e outras entidades privadas que operem no mercado.

Objetivo

Apoiar o reforço de capacidade de acesso aos mercados, melhorando a imagem e notoriedade das marcas e produtos, com vista a sustentar e valorizar de forma duradoura e estável o consumo de produtos agrícolas produzidos na região Autónoma dos Açores junto dos consumidores, bem como dos operadores de distribuição.

Condições de elegibilidade

Ajudas para o estudo e conceção de rótulos, embalagem, logotipos, à realização de catálogos, folhetos, filmes e *sites*, bem como para a organização e/ou participação em feiras, certames, apresentação dos produtos em locais de venda e realização de ações de prova e degustação, bem como a implementação e ações promocionais.

A concessão da ajuda, designada “Rótulos e embalagens”, abrange ações:

- de renovação/criação de rótulos/logotipos,
- bem como, o estudo das embalagens mais adequados à apresentação dos produtos.

Montante previsto para a ação

As verbas disponíveis para esta medida serão limitadas por um máximo orçamental previsto de **180.000 EUR**. Se o número total de pedidos para o prémio exceder o montante disponível, tal facto dará origem a uma aprovação de candidaturas de acordo com as prioridades a definir.

4.4.2.4. Ações Plurisectoriais - Estudos, assistência técnica e implementação das ações

Beneficiários

Entidades públicas, entidades Certificadoras, Organizações de Produtores, Uniões e Cooperativas Agrícolas e outras entidades privadas que operem no mercado.

Objetivo

Apoiar o reforçar as ações de realização de estudos de mercado e de caracterização de produtos e modos de produção particulares, bem como de formação, assistência técnica e gestão das ações e dos programas.

Condições de elegibilidade

Apoio a fundo perdido à realização de estudos de caracterização de produtos e modos de produção particulares, à realização de estudos e ações de prospeção de mercados, formação de pessoal destinado a aplicar os sistemas de auto controle e garantia da qualidade.

Montante previsto para a ação

As verbas disponíveis para esta medida serão limitadas por um máximo orçamental previsto de **130.000 EUR**. Se o número total de pedidos para o prémio exceder o montante disponível, tal facto dará origem a uma aprovação de candidaturas de acordo com as prioridades a definir.

4.5. REGIME ESPECIFICO DE ABASTECIMENTO

Em aplicação do disposto no Capítulo III do Regulamento (UE) n.º 228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março, que estabelece as medidas específicas no setor agrícola a favor das regiões ultraperiféricas da União, nomeadamente de acordo com o estabelecido no número 1 do artigo 9.º, é instituído "um Regime Específico de Abastecimento para os produtos agrícolas enumerados no Anexo I do Tratado que são essenciais nas regiões ultraperiféricas para o consumo humano, para o fabrico de outros produtos ou como fatores de produção agrícola".

O número 2 do artigo acima mencionado indica que as necessidades anuais de abastecimento nos produtos referidos no número 1 são quantificadas por estimativa. A avaliação das necessidades das empresas transformadoras ou de acondicionamento de produtos destinados ao mercado local, tradicionalmente expedidos para o resto da Comunidade ou exportados para países terceiros no quadro de um comércio regional ou de um comércio tradicional pode ser objeto de uma estimativa separada.

O programa POSEI estabelecido de acordo com o n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º 228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março de 2013, incluiu um plano das previsões de abastecimento das regiões ultraperiféricas, com a indicação dos produtos, das respetivas quantidades e dos montantes das ajudas para o abastecimento a partir da União.

Tendo em conta o n.º 3 do artigo 30.º que prevê que os montantes atribuídos anualmente aos programas previstos no Capítulo II não poderão exceder 21,2 milhões de EUR para as Regiões dos Açores e da Madeira, apresenta-se o projeto das previsões de abastecimento da Região Autónoma dos Açores no montante global de 6,3 milhões de EUR.

O plano das previsões de abastecimento proposto pelas autoridades regionais no Programa POSEI apresentado à Comissão restringe-se a quatro produtos, cereais, arroz, azeite e açúcar em bruto de beterraba e em termos de ajudas unitárias não altera os montantes definidos no Regulamento (CE) n.º 14/2004, da Comissão de 30 de dezembro.

Pelas razões expostas anteriormente, houve a necessidade de fixar dois contingentes um de abastecimento comunitário em aplicação do Capítulo III do Título II do Regulamento de execução e um outro para abastecimento por importação de países terceiros em aplicação do Capítulo II do Título II do Regulamento de execução, de modo a assegurar que não há ruturas no abastecimento nas quantidades que se entendem como necessárias à Região.

Estimativa de Abastecimento Anual

Código	Produto	Contingente - toneladas			Encargo Financeiro	
		Total	Ajuda	Import./ Isenção	Ajuda unitária	Total
10019190 10019900	Trigo mole panificável	25.000	25.000	0	44,00 €	1.100.000,00 €
10019190 10019900 1002	Trigo mole forrageiro Centeio					
10039000 110710 110320	Cevada Malte Grumos, sêmolas e <i>pellets</i> de cereais					
10070000 10086000 10059000 12060099 12019000 10011900 230230 230240	Sorgo Triticale Milho Sementes Girassol Sementes Soja Trigo Duro Sêmeas de trigo Sêmeas de outros cereais	175.000	115.600	59.400	44,00 €	5.086.400,00 €
Total cereais		200.000	140.600	59.400		6.186.400,00 €
100630	Arroz branqueado	2.000	1.600	400	63,00 €	100.800,00 €
15099000 15091090	Azeite Azeite virgem	100 88	100 88	0 0	68,00 € 68,00 €	6.800,00 € 5.984,00 €
17011210 17011310 17011410	Açúcar bruto de cana e de beterraba	10.000	10.000		0	

5. CALENDÁRIO DE APLICAÇÃO E QUADRO FINANCEIRO INDICATIVO

As medidas propostas são aplicáveis a partir da data em que a Comissão Europeia notifique o Estado-Membro da aprovação do projeto de Programa POSEI de acordo com o procedimento estabelecido no artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º 228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de maio de 2013.

Consoante a tipologia de medidas adotadas¹, será definido o calendário de pagamento, nomeadamente:

- No que se refere às ajudas a título do regime específico de abastecimento, ao longo de todo o ano,
- No que se refere aos pagamentos diretos, em conformidade com o artigo 29.º do Regulamento (CE) n.º 73/2009 do Conselho,
- No que se refere aos outros pagamentos, no período compreendido entre 16 de outubro do ano em curso e 30 de junho do ano seguinte.

De acordo com o previsto no artigo 30.º do Regulamento (UE) n.º 228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março de 2013, a União financiará as medidas previstas nos capítulos III e IV do regulamento até ao montante máximo anual de 106,21 milhões de euros para os Açores e Madeira sendo que os montantes atribuídos aos programas previstos no capítulo III não poderão exceder os 21,2 milhões de euros para os Açores e Madeira.

Tendo em conta as mais recentes alterações e considerando o exercício de programação subjacente à apresentação do subprograma relativo à Região Autónoma dos Açores do Programa POSEI nacional a apresentar à Comissão Europeia as dotações indicativas são repartidas da seguinte forma:

- Regime Especifico de Abastecimento - **6,3 milhões de EUR**
- Medidas a Favor das Produções Agrícolas Locais – **73,726 milhões de EUR**

O quadro financeiro global dos recursos anuais a mobilizar por medida, é o seguinte:

¹ Apresenta-se no Anexo II e por ação prevista no programa global as ações do tipo “pagamento direto” (assinaladas com o símbolo X).

MEDIDA	LIMITE MÁXIMO ORÇAMENTAL (EUR)	FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO (EUR)	FINANCIAMENTO COMPLEMENTAR (EUR)
Regime Específico de Abastecimento	6.300.000	6.300.000	
Prémios às Produções Animais	60.996.229	57.746.229	3.250.000
Ajudas às Produções Vegetais	10.789.000	10.789.000	
Ajudas à Transformação	1.100.000	1.100.000	
Ajudas à Comercialização	840.000	840.000	
Total	80.025.229	76.775.229	3.250.000

O limite máximo orçamental para cada medida é indicativo, pois de acordo com o artigo 40.3 do Regulamento de Execução (UE) n.º 180/2014 da Comissão, os Estados-Membros ficam autorizados a fazer ajustamentos até 20% da dotação de cada medida, no que se refere aos programas de apoio à produção local.

Em consequência do artigo 19.2 (e) do Regulamento (UE) n.º 228/2013, considera-se igualmente que os limites máximos por ação definidos no projeto de programa são meramente previsionais, podendo ser aumentados ou diminuídos de acordo com as disponibilidades financeiras resultantes da aplicação da regra dos 20% de transferência entre medidas, ou seja, é necessário garantir que não há superação do montante total da despesa prevista para o Estado-Membro embora essa mesma despesa possa ser superado ao nível de cada medida e de cada ação em aplicação do disposto na regulamentação comunitária.

No que respeita aos prémios às produções animais, para evitar a aplicação de estabilizadores será autorizado o financiamento complementar através de fundos próprios da Região Autónoma dos Açores

6. COMPATIBILIDADE E COERÊNCIA

As medidas propostas são conformes com o direito comunitário e coerentes com as outras políticas comunitárias e com as medidas tomadas e a tomar com base nestas últimas.

São igualmente coerentes com os outros instrumentos da política agrícola comum, designadamente as organizações comuns de mercado, o desenvolvimento rural, a qualidade dos produtos, o bem-estar dos animais e a proteção do ambiente.

Também não constituem apoio suplementar em relação aos regimes de prémios ou de ajudas instituídos no quadro das OCM, apoio para projetos de investigação ou apoio às medidas previstas âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma dos Açores 2014-2020 (PRORURAL+) aprovado ao abrigo do Regulamento (UE) n.º 1305/2017, do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

O POSEI destaca-se claramente dos restantes instrumentos de política agrícola e de desenvolvimento rural, com os quais, no entanto, fortemente se articula.

As medidas propostas foram divididas em 3 grupos, quanto aos objetivos:

- Aprofundar a diversificação da base produtiva regional e aumentar a produção e a qualidade dos produtos alternativos à produção predominante da pecuária local e favorecer a sua comercialização;
- Apoiar as atividades económicas predominantes e a melhoria qualitativa da produção de carne de bovino e dos produtos da criação animal tradicional;
- Contribuir para a manutenção da produção interna e satisfazer os hábitos de consumo locais.

No seu conjunto, aqueles objetivos contribuem para a estratégia global de desenvolvimento regional, onde o desenvolvimento do Turismo é determinante, associado a uma forte valorização dos produtos tradicionais e específicos de qualidade, bem como à promoção da paisagem rural e natural.

A correspondência do POSEI com a estratégia definida pelas autoridades regionais é absoluta e isso ilustra a sua coerência com a futura aplicação de outros mecanismos comunitários de apoio, de que se destaca o FEADER.

A importância da contribuição do POSEI para diversos objetivos de Desenvolvimento Agrícola e Rural definidos para a Região é considerada decisiva.

De uma forma mais ou menos direta todas as intervenções apresentadas têm uma contribuição para melhorar o rendimento dos agricultores, melhorar a sustentabilidade dos processos produtivos, manter um tecido socioeconómico mínimo em todo o território, manter a paisagem rural. E estes são objetivos de fundo de todas as políticas comunitárias.

Além disso, através de modulações seletivas e de limitações por utilização de *plafonds* máximos, o POSEI permitirá, no seu conjunto, elevada equidade na repartição das ajudas públicas que lhe estão associadas, nomeadamente entre as diferentes ilhas dos Açores.

Objetivos	Aprofundar a diversificação da base produtiva regional e aumentar a produção e a qualidade dos produtos alternativos à produção predominante da pecuária local e favorecer a sua comercialização	Apoiar as atividades económicas predominantes e a melhoria qualitativa da produção de carne de bovino e dos produtos da criação animal tradicional	Contribuir para a manutenção da produção interna e satisfazer os hábitos de consumo locais
Ações			
Prémio à Vacas Aleitante		X	X
Prémio ao abate de bovinos		X	X
Prémio aos produtores de Ovinos e Caprinos	X	X	X
Prémio à Vaca Leiteira		X	X
Ajuda ao escoamento de jovens bovinos dos Açores		X	
Prémio aos produtores de Leite		X	X
Ajuda aos produtores de Culturas Arvenses		X	X
Ajuda à Inovação e à Qualidade das Produções Pecuárias Açorianas		X	
Ajuda aos Produtores de Tabaco	X		X
Ajudas à produção de culturas tradicionais	X		X
Ajuda à Manutenção da Vinha Orientada para a Produção de Vinhos com Denominação de Origem e	X		X

Vinhos com Indicação Geográfica			
Ajuda à produção de Ananás	X		X
Ajudas à produção de hortofrutícolas, flores de corte e plantas ornamentais	X		X
Ajuda à Banana	X		X
Ajuda à armazenagem privada de Queijos "Ilha" e "S. Jorge"		X	X
Ajuda à transformação das Beterrabas em Açúcar Branco	X		X
Ajuda à comercialização externa de Frutas, Produtos Hortícolas, Flores e Plantas Vivas, Chá, Mel e Pimentos	X		
Ajudas à melhoria da capacidade de acesso aos mercados	X	X	X

Indicadores para seguimento e avaliação

Na escolha dos indicadores e na sua quantificação (que teve em conta as metas a atingir) pretende-se gerar a informação que permita um melhor acompanhamento do programa, fornecendo a informação necessária para a avaliação que permita às autoridades regionais formular propostas de alteração ao programa o mais ajustadas às necessidades e à Comissão a recolha da informação que permita cumprir o previsto no n.º 2 do artigo 32.º do Regulamento (UE) n.º 228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de maio de 2013.

Prémio à Vaca Aleitante

- Taxa de execução (montante total gasto na ação / montante total do programa): 11,7%
- Número de beneficiários: 1.763
- Número de cabeças sujeitas ao prémio: 23.000
- Evolução do número de vacas aleitantes na RAA:> 16.664 (em 31 dezembro de 2004)

Prémio ao abate

- Taxa de execução (montante total gasto na ação / montante total do programa): 17,1%
- Número de beneficiários abrangidos pela medida: 6.685
- Número de cabeças sujeitas ao prémio: 52.000

Prémio aos produtores de Ovinos e Caprinos

- Taxa de execução (montante total gasto na ação / montante total do programa): 0,14%
- Número de beneficiários abrangidos pela medida:> 48
- Número de cabeças sujeitas ao prémio: 4.000
- Evolução do número de ovinos e caprinos na RAA:> 11 268 (a 31 de dezembro de 2004)

Prémio às Vacas Leiteiras

- Taxa de execução (montante total gasto na ação / montante total do programa): 19,3%
- Número de beneficiários: < 3.809
- Número de cabeças sujeitas ao prémio: 85.000
- Evolução do número de vacas leiteiras na RAA: < 101.444 (a 31 de dezembro de 2004)

Ajuda à armazenagem privada de Queijos “Ilha” e “S. Jorge”

- Taxa de execução (montante total gasto na ação / montante total do programa): 0,62%
- Quantidades de queijo objeto de ajuda: 1.234 ton para um tempo médio de 90 dias
- Proporção de queijo objeto de ajuda, em relação à produção total de queijos “Ilha” e “S. Jorge” e em relação à produção total de queijo da RAA: 35% e 5% prospectivamente.

Escoamento de jovens bovinos dos Açores

- Taxa de execução (montante total gasto na ação / montante total do programa): 1,3%
- Número de beneficiários: 766
- Número de cabeças sujeitas ao prémio: 20.000
- Evolução do número de jovens bovinos exportados sobre o total de bovinos exportados da RAA: < 2%

Ajuda à Inovação e à Qualidade das Produções Pecuárias Açorianas

- Número de projetos apoiados: 6
- Número de iniciativas de cooperação na fileira do leite apoiadas: 3
- Número de iniciativas de cooperação na fileira da carne apoiadas: 2

Prémio aos Produtores de Leite

- Taxa de execução (montante total gasto na ação / montante total do programa): 26,0%
- Número de beneficiários: 2.750
- Quantidade candidata (Ton.): 593.861
- Entregas de leite na fábrica (1.000 litros): 500.000

Ajuda aos produtores de Culturas Arvenses

- Taxa de execução (montante total gasto na ação / montante total do programa): 5,4%
- Área abrangida pela medida: 8.000 ha
- Evolução da área de culturas arvenses na RAA: (base será o 1.º ano de implementação do programa) objetivo é atingir a área máxima 8.000 ha.

Ajuda aos Produtores de Tabaco

- Taxa de execução (montante total gasto na ação / montante total do programa): 0,42%
- Área de tabaco em folha objeto de ajuda: 58 ha

Ajudas à produção de Culturas Tradicionais

- Taxa de execução (montante total gasto na ação / montante total do programa): 0,66%
- Número de beneficiários que recorreram à ação: > 199
- Área objeto de ajuda: 915 hectares
- Evolução da área de beterraba sacarina, batata de semente, chicória e chá na RAA (base será o 1.º ano de implementação do programa) objetivo é atingir a área máxima de 915 ha.

Ajuda à Manutenção da Vinha Orientada para a Produção de Vinhos com Denominação de Origem e Vinhos com Indicação Geográfica

- Taxa de execução (montante total gasto na ação / montante total do programa): 0,36%
- Área abrangida pela medida: 310 hectares
- Evolução da proporção da área de vinha para produção de Vinhos com Denominação de Origem e Vinhos com Indicação Geográfica relativamente ao total da área de vinha para produção de vinho (base será o 1.º ano de implementação do programa e objetivo é atingir a área máxima).

Ajuda à produção de Ananás

- Taxa de execução (montante total gasto na ação / montante total do programa): 4,3%
- Evolução da produção de ananás (quantidade e área) na RAA:> 2%.

Ajuda à transformação das Beterrabas em Açúcar Branco

- Taxa de execução (montante total gasto na ação / montante total do programa): 0,75%
- Quantidade de açúcar refinado objeto de ajuda: 4.834 ton de um total de 10.000 ton que podem ser transformadas localmente.
- Evolução da produção de açúcar na RAA (base será o 1.º ano de implementação do programa e objetivo é atingir o limite previsto para a quantidade objeto de ajuda)

Ajuda à Comercialização Externa de Frutas, Produtos Hortícolas, Flores e Plantas Vivas, Chá, Mel e Pimentos

- Taxa de execução (montante total gasto na ação / montante total do programa): 0,22%
- Número de produtores ou organizações de produtores abrangidos pela medida: >14 (n.º de beneficiários no ano civil 2005 da medida idêntica existente ao abrigo do Regulamento (CE) n. 43/2003)
- Valor e quantidades comercializadas (total e por OP), por género de produto (base será o 1.º ano de implementação do programa e objetivo é crescer 2% ao ano)

Ajudas à produção de hortofrutícolas, flores de corte e plantas ornamentais

- Taxa de execução (montante total gasto na ação / montante total do programa): 1,5%
- Área abrangida pela medida: 1.500 hectares
- Número de beneficiários que recorreram à medida (base será o 1.º ano de implementação do programa e objetivo é crescer 2% ao ano)

Ajuda à Banana

- Taxa de execução (montante total gasto na ação / montante total do programa): 0,87%
- Quantidade de banana abrangida pela medida: 1.167 ton.
- Número de beneficiários que recorrem à medida: 75
- Evolução anual da área de produção: 1%

Ajudas à melhoria da capacidade de acesso aos mercados

- Taxa de execução (montante total gasto na ação / montante total do programa): 0,82%
- N.º de contratos celebrados: 4 por ano
- N.º de produtos abrangidos pelo apoio: 4 por ano

Indicadores de avaliação da eficácia do subprograma POSEI para a Região Autónoma dos Açores

REGIME ESPECÍFICO DE ABASTECIMENTO (REA)

Indicador 1: Taxa de cobertura pelo REA das necessidades de abastecimento total da RAA, no respeitante aos produtos ou grupos de produtos incluídos na estimativa de abastecimento.

Os grupos de produtos a fornecer os dados são os seguintes:

Código Pautal	Designação
100111000; 10019099, 1002, 10030090, 10059000, 100700, 10089010; 110710, 12010090, 12060099, 230230, 230240	Cereais: Trigo duro, trigo mole, centeio, cevada, milho, sorgo, tritcale, malte, sementes de soja, sementes de girassol, sêmeas de trigo, sêmeas de outros cereais
100630	Arroz branqueado
1509	Azeite
17011210; 17011110	Açúcar: açúcar bruto de beterraba, açúcar bruto de cana

Indicador 2a: Comparação dos preços no consumidor da RAA de certos produtos ou grupos de produtos abrangidos pelo REA com os preços em Portugal.

Indicador 2b: Comparação do índice dos preços de um cabaz de produtos na RAA com o mesmo índice de preços em Portugal.

Os grupos de produtos a comparar os preços na RAA com os de Portugal são os seguintes: Arroz, Farinhas para usos industriais, Massas alimentícias, Azeite, Açúcar branco, Cervejas e Alimentos compostos para animais (rações).

Os índices dos preços a comparar da RAA com o mesmo índice de preços no Estado Membro são os seguintes:

COD. INE CEREAIS

01111	Arroz
01112	Pão e produtos de padaria, bolachas e biscoitos
01113	Massas alimentícias
01114	Produtos de pastelaria
01115	Outros produtos à base de cereais
	ÓLEOS E GORDURAS
01153	Azeite
	AÇÚCAR, CONFEITARIA, MEL E OUTROS PRODUTOS
01181	Açúcar
	BEBIDAS ALCOÓLICAS E TABACO
02131	Cerveja

Obs.: De acordo com orientações da COM, os resultados deste indicador devem ser expressos em percentagem convertida num número centesimal (100% = 1,00).

MEDIDAS A FAVOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA LOCAL (MFPAL)

Indicador 3: Taxa de cobertura das necessidades locais de determinados produtos essenciais produzidos localmente.

Produtos a considerar: Banana, Açúcar refinado, Carne, Leite, Frutos e produtos hortícolas para consumo local e Ananás.

Indicador 4a: Evolução da superfície agrícola utilizada (SAU) na RAA e em Portugal.

Indicador 4b: Evolução do efetivo, expresso em cabeças normais (CN), na RAA e em Portugal.

Indicador 4c: Evolução da produção de determinados produtos agrícolas locais na RAA.

Produtos a considerar: Banana, Beterraba sacarina, Carne, Leite, e Frutos e produtos hortícolas para consumo local.

Indicador 4d: Evolução das quantidades de certos produtos transformados na RAA a partir de produtos agrícolas.

Produtos a considerar: Açúcar refinado (a partir de beterraba sacarina), Queijos, Manteiga e logurte.

Indicador 4e: Evolução do emprego no setor agrícola na RAA e em Portugal.

Indicador 5a: Evolução do valor comercial do efetivo na RAA.

Indicador 5b: Evolução do valor comercial de certos produtos agrícolas locais da RAA.

Indicador 5c: Evolução do valor de certos produtos transformados na RAA a partir de produtos agrícolas locais.

Indicador 5d: Evolução do valor acrescentado gerado pela transformação de certos produtos agrícolas locais da RAA.

6.1. PERFIL AMBIENTAL DA APLICAÇÃO DO POSEI NOS AÇORES

Todos os agricultores que recebem ajudas diretas estão sujeitos ao cumprimento da **condicionalidade**, isto é, têm de cumprir, obrigatoriamente, um conjunto de regras comuns nos domínios do ambiente, saúde pública, sanidade animal e fitossanidade e bem-estar dos animais. Os agricultores são ainda obrigados a manter as terras em **boas condições agrícolas e ambientais**, definidas por cada Estado-membro (a RAA definiu as condições aplicáveis ao seu território). Os agricultores beneficiários estão sujeitos a um controlo rigoroso do cumprimento da condicionalidade, estando sujeitos a sanções pesadas em caso de incumprimento.

No Subprograma da Região Autónoma dos Açores para aplicação do Regulamento (UE) n.º 228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março de 2013, destacam-se alguns aspetos que permitem evidenciar a compatibilidade das opções tomadas com os princípios de atuação ambientalmente sustentáveis que têm norteado a atuação do Governo Regional dos Açores nos últimos anos:

- Limitação ao número de animais candidatos a determinados prémios;
- Suplemento ao Prémio ao Abate de Bovinos para os beneficiários que produzam segundo as especificações da Carne dos Açores – Indicação Geográfica Protegida. As

obrigações decorrentes do Caderno de Especificações determinam que este modo de produção tradicional seja absolutamente sustentável e compatível com o ambiente;

- Ajuda ao ananás produzido segundo o modo de produção tradicional cujo caderno de especificações garante a absoluta sustentabilidade e compatibilidade com o ambiente;

- Preferência no acesso às ajudas à melhoria da capacidade de acesso aos mercados pelos produtos de qualidade certificada entre os quais os de modo de produção biológico;

- Obrigatoriedade de aplicação da Condicionalidade às ajudas atribuídas no âmbito das produções animais e vegetais. Esta obrigação abrangerá a maioria dos beneficiários deste Programa garantindo o cumprimento das normas ambientais em vigor.

7. DISPOSIÇÕES ADOTADAS PARA ASSEGURAR UMA APLICAÇÃO EFICAZ NO NOVO PROGRAMA

A gestão, controlo e acompanhamento será realizado através de um sistema específico de gestão, controlo e acompanhamento, a ser estabelecido a nível regional.

De forma a assegurar uma adequada gestão, será desenvolvida uma ferramenta informática que permita uma gestão “*just in time*” do sistema de apoio, para comunicação à Comissão do previsto no artigo 38º do Regulamento de Execução (UE) n.º 180/2014 da Comissão, de 20 de fevereiro.

Esta ferramenta permitirá às entidades competentes, a gestão, o acompanhamento e o controlo, imprimindo aos processos celeridade e transparência.

O financiamento desta aplicação informática será de acordo com o artigo 9º do Regulamento Delegado (UE) nº 179/2014 da Comissão, de 6 de novembro.

O sistema de gestão, controlo e acompanhamento a criar, será responsável pela correta utilização dos fundos públicos, e terá em consideração os dispositivos regionais, nacionais e comunitários relevantes, os objetivos estabelecidos no programa, e prevenir a existência e detetar as irregularidades e fraudes.

O sistema de gestão, controlo e acompanhamento a implementar, terá em consideração a estrutura do programa, estando prevista dois subsistemas de gestão,

controlo e acompanhamento - um relativo ao Regime Específico de Abastecimento (REA), outro relativo às Medidas de Apoio às Produções Locais (MAPL).

Relativamente à gestão das candidaturas e ao controlo é aplicável o disposto nas secções 1, 2 e 3 do Capítulo II do Regulamento de Execução (UE) n.º 180/2014 da Comissão 20 de fevereiro.

Tendo em conta os destinatários e os objetivos a atingir, será elaborado um plano integrado de divulgação compreendendo os seguintes meios e suportes:

- Sessões públicas de divulgação para agricultores, técnicos e outros interessados;
- Participação em feiras e outros eventos com elevada presença de agricultores;
- Utilização do “AGRO-CULTURA”, programa de frequência semanal no canal de televisão regional;
- Inserção de publicidade nos meios de comunicação social escrita;
- Preparação de *spots* para rádios;
- Disponibilização de informação detalhada na “Internet”;
- Edição de brochuras com informação detalhada sobre cada medida;
- Edição de folhetos.

7.1 CONTROLO

Controlo

- **Princípios gerais**

O controlo será administrativo e no local.

O controlo administrativo será exaustivo e incluirá cruzamentos de informações, nomeadamente com os dados do sistema integrado de gestão e de controlo previsto no capítulo II do título V do Regulamento (UE) n.º 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro de 2013.

Com base numa análise de riscos as autoridades competentes efetuarão ações de controlo no local, por amostragem, em relação a, pelo menos, 5 % dos pedidos de ajuda. A amostra deve representar também, no mínimo, 5 % das quantidades objeto da ajuda.

Será utilizado o sistema integrado de gestão e de controlo em todos os casos adequados.

- **Controlo no local**

O controlo no local decorrerá sem aviso prévio. Todavia, desde que o objetivo do controlo não fique comprometido, pode ser dado um pré-aviso, com a antecedência estritamente necessária. Exceto em casos devidamente justificados, essa antecedência não pode exceder 48 horas.

Se for caso disso, o controlo no local será combinado com outras ações de controlo previstas nas disposições comunitárias.

Se um agricultor ou seu representante impedir uma ação de controlo no local, o pedido ou pedidos de ajuda em causa serão rejeitados.

Seleção dos agricultores a submeter a ações de controlo no local

Os agricultores a submeter a ações de controlo no local serão selecionados pela autoridade competente com base numa análise de riscos e na representatividade dos pedidos de ajuda apresentados. A análise de riscos terá em conta:

- a) O montante das ajudas;
- b) O número de parcelas agrícolas, a superfície e o número de animais objeto dos pedidos de ajuda ou a quantidade produzida, transportada, transformada ou comercializada;
- c) A evolução em relação ao ano anterior;
- d) O resultado das ações de controlo efetuadas nos anos anteriores;
- e) Outros fatores, a definir pelos Estados-Membros.

Para garantir representatividade, serão selecionados aleatoriamente entre 20 % e 25 % do número mínimo de agricultores a submeter ao controlo no local.

A autoridade competente conservará registos das razões da seleção de cada agricultor para o controlo no local. O inspetor que efetuar a ação de controlo no local será devidamente informado dessas razões antes de lhe dar início.

- **Relatório de Controlo**

Cada ação de controlo no local será objeto de um relatório, que precisará os vários elementos da ação. Esse relatório indicará, nomeadamente:

- a) Os regimes de ajuda e os pedidos sujeitos a controlo;
- b) As pessoas presentes;
- c) As parcelas agrícolas sujeitas a controlo, as parcelas agrícolas medidas, os resultados das medições, por parcela agrícola medida, e os métodos de medição utilizados;
- d) O número determinado de animais de cada espécie e, se for caso disso, os números das marcas auriculares, as inscrições no registo e na base de dados informatizada dos bovinos e os documentos comprovativos verificados, os resultados do controlo e, se for caso disso, observações específicas relativas a determinados animais ou ao seu código de identificação;
- e) A quantidade produzida, transportada, transformada ou comercializada sujeita a controlo;
- f) Se a visita foi anunciada ao agricultor e, em caso afirmativo, a antecedência dessa informação;
- g) Outras ações de controlo realizadas.

O agricultor ou seu representante terá a possibilidade de assinar o relatório, a fim de atestar a sua presença na ação de controlo e de acrescentar observações. Se forem detetadas irregularidades, o agricultor receberá uma cópia do relatório de controlo.

Reduções e exclusões, pagamentos indevidos

- **Ajuda que teve por base uma declaração de superfícies**

(Enquadram-se neste ponto as ajudas relativas à Medida 4.2 Ajudas às Produções Vegetais)

- **Base de cálculo no que diz respeito às superfícies declaradas**

Se se verificar que a superfície determinada é superior à declarada no pedido de ajudas, será utilizada para cálculo da ajuda a superfície declarada.

Sem prejuízo das reduções e exclusões, se verificar que a superfície declarada no pedido de ajuda é superior à determinada, a ajuda será calculada com base na superfície determinada.

- **Reduções e exclusões nos casos de sobre declaração**

Sempre que, a superfície declarada para efeito do regime de ajudas “superfície” for inferior a 2,0 ha, a ajuda será calculada com base na superfície determinada.

Nos restantes casos, quaisquer reduções ou exclusões a aplicar nos casos de sobre declaração da superfície serão calculadas nos termos do artigo 55º e do artigo 58º do Regulamento (CE) n.º 1122/2009.

As penalizações respeitantes a diferenças entre áreas declaradas e verificada só devem ser aplicadas se um produtor beneficiasse de um pagamento mais elevado, caso a diferença não tivesse sido detetada.

- **Ajuda que teve por base uma declaração de número de animais**

(Enquadram-se neste ponto as ajudas relativas à Medida 4.1 Prémios às Produções Animais)

- **Faltas de Animais**

Sempre que o número de animais declarado (D) for superior ao número de animais determinados, isto é verificados na ação de controlo (V), aplicam-se as penalidades de acordo com o seguinte quadro:

Irregularidade		Penalização
Inferior ou igual a 3 animais		$[D-V]/[V]$
Superior a 3 animais	$\leq 10\%$	$[D-V]/[V]$
	$> 10\%$ e $\leq 20\%$	$2 \times [D-V]/[V]$
	$> 20\%$	Total (100%)
	$> 50\%$	Além de não receber o prémio no próprio ano, o valor da ajuda que vier a ter direito nos três anos seguintes será diminuído do montante igual ao montante calculado com base na diferença entre o declarado e o verificado no ano da irregularidade

$[D-V]/[V] \times 100 =$ Irregularidade (%)

D= Número de animais declarado pelo agricultor ou limite de direitos que lhe estão atribuídos

V= Número de animais verificados quando dos controlos administrativos e/ou físicos

Em caso de irregularidades cometidas deliberadamente, a ajuda a que o agricultor tem direito, a título do regime de ajudas em causa, será recusada no que respeita ao período do prémio em questão. Além disso, caso a irregularidade seja superior a 20% o agricultor, além de não receber o prémio no próprio ano da irregularidade, verá descontado o montante igual ao valor da ajuda que seria paga em ajudas do setor, que venha a receber nos 3 anos seguintes.

As reduções e as exclusões das ajudas não são aplicáveis sempre que o beneficiário tenha apresentado informações factualmente corretas ou possa provar que não se encontra em falta.

- **Irregularidades no Sistema de Identificação Animal**

Um bovino que tenha perdido uma das duas marcas auriculares será considerado como determinado/verificado, se estiver clara e individualmente identificado pelos outros elementos de identificação.

Sempre que as irregularidades detestadas estejam relacionadas com inscrições incorretas no registo de existências e deslocações, ou nos passaportes dos animais, o animal em causa só será considerado não verificado se tais erros forem detestados em, pelo menos, dois controlos num período de 24 meses.

Em todos os outros casos, os animais em causa serão considerados não verificados logo depois da primeira deteção de irregularidades.

Controlos de outras ações que não tenham por base uma declaração de superfícies ou uma declaração de número de animais ou ações em que seja necessário prever um controlo secundário:

Ação 4.3.1 Ajuda à Armazenagem Privada de Queijos “Ilha” e “São Jorge”

Controlos previstos: Para cada lote de queijo em armazenagem e que seja objeto de um contrato de armazenagem celebrado entre o Armazenista e a Entidade Nacional responsável são efetuados, obrigatoriamente 3 ações de controlo físico/documental no local:

- Controlo de Armazenagem: Controlo efetuado aquando da colocação em armazém, nomeadamente com vista a garantir que os produtos armazenados sejam elegíveis para a ajuda e evitar qualquer possibilidade de substituição de produtos durante a armazenagem contratual.
- Controlo inopinado da presença de produtos em armazém, efetuado durante o período de armazenagem com vista a verificar a presença dos produtos em armazém. A amostra deste controlo deve ser representativa e corresponder a um mínimo de 10% da quantidade contratual global.
- Controlo da armazenagem: Controlo da presença dos produtos em armazém, efetuado no dia em que o lote é desarmazenado.

De cada ação de controlo resulta um relatório escrito e assinado por ambas as partes e que precise a data, a duração e as operações efetuadas durante o controlo.

Todos os contratos e pedidos de pagamento são sujeitos a um controlo documental/administrativo do qual resulta a elaboração de uma *chek-list*.

Sanções: Sempre que forem detetadas irregularidades durante as ações de controlo, que afetem 10%, ou mais, da quantidade total sujeita a controlo, a amostra do controlo inopinado deve ser aumentada e poderá implicar o não pagamento parcial ou total da ajuda correspondente a esse lote.

Se o beneficiário ou seu representante legal impedir uma ação de controlo no local, o pedido ou pedidos de ajuda em causa serão rejeitados.

Ação 4.3.2 Ajuda à Transformação das Beterrabas em Açúcar Branco

Controlos previstos

Verificação das quantidades candidatas de modo a assegurar o respeito pelas quantidades máximas anuais definidas no programa.

Verificação das provas de compra de beterraba

Verificação que não houve refinação no período em que foi feita a transformação da beterraba local.

Sanções:

Exceto em casos de força maior e circunstâncias excecionais, a apresentação de um pedido de ajuda após a data limite fixada em conformidade com o artigo 20.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 180/2014 da Comissão de 20 de fevereiro dará origem a uma redução, de 1% por dia útil, do montante a que o beneficiário teria direito se o pedido tivesse sido apresentado atempadamente. Se o atraso for superior a 25 dias a sanção será total pois o pedido de ajuda não será admissível.

Se o beneficiário ou seu representante legal impedir uma ação de controlo no local, o pedido ou pedidos de ajuda em causa serão rejeitados.

As quantidades indevidamente pagas são recuperadas aplicando-se uma majoração de acordo com a taxa normalmente utilizada para as recuperações análogas de acordo com o direito nacional.

Ação 4.4.1 Ajuda à Comercialização Externa de Frutas, Produtos Hortícolas, Flores e Plantas Vivas, Chá, Mel e Pimentos

Controlos previstos:

Todos os processos de comercialização apresentados são sujeitos a um **controlo administrativo** exaustivo.

Controlo contabilístico no local, efetuado aleatoriamente e sem aviso prévio a 5%, pelo menos, dos processos apresentados.

Os controlos incidirão sobre as quantidades objeto de ajuda e o destino dos produtos que vão beneficiar da ajuda.

A seleção dos processos a submeter a ações de controlo no local terá por base uma análise de riscos e a representatividade dos pedidos de ajuda apresentados.

Cada ação de controlo no local será objeto de um relatório que precisará os vários elementos da ação de controlo. Este relatório será assinado pelos técnicos de controlo e pelos agricultores/comerciantes sujeitos a controlo.

Sanções:

As situações irregulares detetadas durante as ações de controlo poderão conduzir ao não pagamento total ou parcial da ajuda, em função da gravidade das irregularidades detetadas.

Se o agricultor/produtor ou seu representante legal impedir uma ação de controlo no local, o pedido ou pedidos de ajuda em causa serão rejeitados.

Exceto em casos de força maior e circunstâncias excecionais, a apresentação de um pedido de ajuda após a data limite fixada em conformidade com o artigo 20.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 180/2014 da Comissão de 20 de fevereiro dará origem a uma redução, de 1% por dia útil, do montante a que o beneficiário teria direito se o pedido tivesse sido apresentado atempadamente. Se o atraso for superior a 25 dias a sanção será total pois o pedido de ajuda não será admissível.

7.2 Avaliação

É intenção das autoridades regionais desenvolver uma monitorização permanente e uma avaliação do nível de satisfação junto dos beneficiários das medidas propostas bem como do seu impacto na qualificação das produções de modo a que anualmente se possam propor os ajustamentos necessários a uma boa execução quantitativa e qualitativa do Programa POSEI, ou seja, pretende-se retirar o melhor partido do disposto no artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º 228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março de 2013 que dispõe, nomeadamente, que "Os Estados-Membros (...) podem apresentar à Comissão propostas devidamente fundamentadas para a alteração dessas medidas".

Para esta avaliação que se pretende vir a efetuar em permanência é intenção das autoridades regionais reforçar a intervenção ao nível dos órgãos consultivos da Secretaria Regional dos Recursos Naturais, nomeadamente, do Conselho Regional da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (CRAFDR).

8. AUTORIDADES COMPETENTES. CONSULTA DOS ORGANISMOS ASSOCIADOS E DOS PARCEIROS SOCIOECONÓMICOS

A coordenação da aplicação do programa na Região Autónoma dos Açores ficará a cargo da Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente, em estreita colaboração com as entidades nacionais.

O subsistema de gestão controlo e acompanhamento REA será da responsabilidade da Direção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade (DRAIC) da Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial, em estreita coordenação com a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT).

O subsistema de gestão controlo e acompanhamento do MAPL será da responsabilidade da Direção Regional do Desenvolvimento Rural (DRDR) da Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente, a qual associará à gestão das medidas do setor do vinho a Comissão Vitivinícola da Região Autónoma dos Açores (CVR Açores).

O Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. será a entidade responsável pelo pagamento das ajudas no âmbito do programa, o qual assumirá igualmente a coordenação nos procedimentos de controlo pré e pós pagamento.

O relacionamento entre as autoridades de gestão e de pagamento será regulado através de protocolo.

Consultas e parcerias

Na preparação do programa assumiu-se como processo de trabalho a participação organizada de várias entidades da Secretaria Regional dos Recursos Naturais e um processo de informação e debate junto dos parceiros do setor, que se processou através da participação em reuniões e de uma consulta escrita efetuada aos

representantes do setor com assento no Conselho Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural (órgão consultivo da Secretaria Regional dos Recursos Naturais).

A formulação do Regime Específico de Abastecimento foi efetuada tendo por base a consulta aos principais operadores que têm beneficiado deste regime no quadro do POSEI e em função das limitações orçamentais existentes.

ANEXOS

ANEXO I

Fatores de densidade animal utilizados para o cálculo do encabeçamento:

Bovinos machos e novilhas com mais de 24 meses de idade, vacas em aleitamento, vacas leiteiras	1,0 CN
Bovinos machos e novilhas com idade entre os 6 e os 24 meses	0,6 CN
Ovinos	0,15 CN
Caprinos	0,15 CN

ANEXO II

Apresentamos no quadro abaixo e por ação prevista no programa POSEI as ações do tipo “pagamento direto” (assinaladas com o símbolo X):

Ação do Programa	Pagamentos Diretos ²
Prémio à Vacas Aleitante	X
Prémio ao Abate de Bovinos	X
Prémio aos Produtores de Ovinos e Caprinos	X
Prémio à Vaca Leiteira	X
Ajuda ao Escoamento de Jovens Bovinos dos Açores	
Ajuda à Inovação e à Qualidade das Produções Pecuárias Açorianas	
Prémio aos Produtores de Leite	X
Ajuda aos Produtores de Culturas Arvenses	X
Ajuda aos Produtores de Tabaco	X
Ajudas à Produção de Culturas Tradicionais	X
Ajuda à Manutenção da Vinha Orientada para a Produção de Vinhos com Denominação de Origem e Vinhos com Indicação Geográfica	X
Ajuda à Produção de Ananás	X
Ajudas à Produção de Hortofrutícolas, Flores de Corte e Plantas Ornamentais	X
Ajuda à Banana	X
Ajuda à Armazenagem Privada de Queijos “Ilha” e “S. Jorge”	
Ajuda à Transformação das Beterrabas em Açúcar Branco	
Ajuda à Comercialização Externa de Frutas, Produtos Hortícolas, Flores e Plantas Vivas, Chá, Mel e Pimentos	
Ajudas à Melhoria da Capacidade de Acesso aos Mercados	

Aos pagamentos diretos efetuados aos produtores ao abrigo das ações previstas no Programa POSEI apresentado à Comissão Europeia ao abrigo do Regulamento (UE) N.º 228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março de 2013 é aplicável o disposto no Capítulo I do Título VI do Regulamento (UE) n.º 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro.

²Pagamento concedido diretamente aos agricultores de acordo com o estabelecido na alínea a) do artigo 1.º do Regulamento (UE) n.º 1307/2013

ANEXO II

SUB-PROGRAMA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Ano 2016

**A Política Agrícola da Região Autónoma da
Madeira Reconhecida e Apoiada pela União
Europeia**

APLICAÇÃO DO REGULAMENTO (UE) N.º 228/2013 DO
PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, DE 13 DE MARÇO
DE 2013

A Região Autónoma da Madeira é uma região que caracterizada por um conjunto de “handicaps” estruturais e económicos de carácter permanente, como a pequena superfície, relevo, dependência económica em relação a um reduzido número de produtos, um mercado de muito pequena dimensão, os quais são agravados pela situação geográfica excepcional e insularidade.

Estas características estão na base da definição de ultraperiféricidade, conceito reconhecido pela União através do artigo 349º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE).

A dimensão do território, a inexistência de recursos naturais, o seu isolamento, como consequência da sua situação geográfica e insularidade, o que constitui por si só constrangimentos a um desenvolvimento sustentável, são ainda agravados por um importante conjunto de fatores como:

- Os sobre custos de aprovisionamento em produtos essenciais, destinados ao consumo humano ou à transformação ou como fatores de produção;
- Custos acrescidos no escoamento das produções;
- Impossibilidade ou extrema dificuldade em realizar economias de escala;
- Exiguidade do território;
- Fragilidade das produções locais face a um aumento de competitividade no mercado global.

Com o objetivo de minimizar algumas das consequências que advêm destes handicaps o Parlamento Europeu e o Conselho adotaram o Regulamento (UE) n.º 228/2013, de 13 de março, que estabelece medidas específicas no domínio agrícola a favor das regiões ultraperiféricas da União Europeia, para compensar o afastamento, a insularidade, a ultraperiféricidade, a superfície reduzida, o relevo, e o clima difícil, assim como a dependência de um pequeno número de produtos.

Esse apoio será materializado através de um Programa Global a ser aprovado pela Comissão Europeia que comportará um plano de abastecimento de produtos incluídos no Anexo I do Tratado, o regime específico de abastecimento, e medidas a favor das produções locais.

O Programa Global agora apresentado encontra-se dividido em quatro partes, sendo a primeira relativa ao Regime Específico de Abastecimento e a segunda referente às Medidas a Favor das Produções Agrícolas Locais, a terceira respeita às Medidas de Assistência Técnica e a quarta parte resume o quadro financeiro indicativo global do subprograma da RAM.

A coordenação da aplicação do programa na Região Autónoma da Madeira ficará a cargo da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, em estreita colaboração com as entidades nacionais.

O subsistema de gestão controlo e acompanhamento do REA será da responsabilidade da Direção Regional de Economia e Transportes (DRET) da Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura do Governo Regional da Madeira, em estreita coordenação com a Autoridade Tributária e Aduaneira.

O subsistema de gestão controlo e acompanhamento do APL será da responsabilidade da Direção Regional de Agricultura (DRA) da Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, o qual associará na gestão das medidas do setor do vinho e da cana-de-açúcar o Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, IP (IVBAM).

O Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP (IFAP) será a entidade responsável pelo pagamento das ajudas no âmbito do programa, o qual assumirá igualmente a coordenação nos procedimentos de controlo pré e pós pagamento.

PARTE A

Título II

REGIME ESPECÍFICO DE ABASTECIMENTO

ÍNDICE

1. - Breve introdução histórica.....	6
2. - Plano de Abastecimento da RAM: Conteúdo e metodologia.....	8
2.1 - Produtos incluídos no Plano de Abastecimento	8
2.2 - Definição de contingentes	8
3 - Sistema de ajudas.....	10
3.1 - Metodologia para cálculo das ajudas.....	10
3.2 - Custos adicionais de transformação	10
4 - Custos de transportes	12
4.1 - A Região Autónoma da Madeira	12
4.2 - Origem dos produtos do REA	12
5 - Cálculo das ajudas	13
6 - Quadro da dotação financeira do REA.,	13
7 - Gestão do regime.....	16
7.1 - Repercussão das ajudas.....	16
7.2 - Gestão e acompanhamento do REA	16
7.3 – Controlos	17
ANEXO I – Resumo do balanço de aprovisionamento por origem	18
ANEXO II – Custos adicionais de transporte, insularidade e ultraperificidade	21

1. BREVE INTRODUÇÃO HISTÓRICA

O Regulamento (UE) nº 228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março de 2013 que estabelece as medidas específicas no setor agrícola a favor das regiões ultraperiféricas da União, institui no número 1 do artigo 9º um regime específico de abastecimento para os produtos agrícolas enumerados no Anexo I do Tratado que são, essenciais nas regiões ultraperiféricas para o consumo humano, para o fabrico de outros produtos ou como fatores de produção agrícolas.

O número 2 do artigo acima mencionado determina que “o Estado Membro estabelece uma estimativa de abastecimento para quantificar as necessidades anuais de abastecimento relativas aos produtos referidos no número 1. A avaliação das necessidades das empresas transformadoras ou de acondicionamento de produtos destinados ao mercado local, tradicionalmente expedidos para o resto da União ou exportados para países terceiros no quadro do comércio regional ou no contexto de correntes comerciais tradicionais pode ser objeto de uma estimativa separada”.

O artigo 40º do Regulamento de Execução nº 180/2014 da Comissão, de 20 de fevereiro, introduz três níveis de procedimentos de aprovação, em função do tipo das alterações propostas. O nº 1 do citado artigo apresenta as regras aplicáveis às alterações dos programas POSEI e abrange as alterações de tipo “normal”, ou seja, todas as alterações que não são contempladas pelas categorias específicas descritas nos seus nºs 2 e 3. Ao abrigo destas disposições os Estados Membros só podem apresentar à Comissão um pedido de alterações dos seus programas por ano civil e por programa global. As alterações devem ser propostas até 30 de setembro de cada ano.

O projeto de programa global, de acordo com o artigo 6º do Regulamento (UE) nº 228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março de 2013, incluirá uma estimativa de abastecimento das regiões ultraperiféricas, com a indicação dos produtos, das respetivas quantidades e dos montantes da ajuda para o abastecimento a partir da União.

O número 3 do artigo 30º do Regulamento (UE) nº 228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março de 2013, prevê que os montantes atribuídos em cada exercício financeiro, para financiar as medidas previstas no Capítulo III não poderão exceder 21,2 milhões de EUR para as Regiões dos Açores e da Madeira.

Assim, apresenta-se o projeto das previsões de abastecimento da Região Autónoma da Madeira, no montante global de € 10.706.070 (dez milhões setecentos e seis mil e setenta EUR) para o ano de 2016.

2. PLANO DE ABASTECIMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA: CONTEÚDO E METODOLOGIA

Do acordo com o nº 1 do artigo 6º do Regulamento (UE) nº 228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março de 2013, o programa a apresentar deverá incluir os seguintes elementos:

- Produtos a incluir no abastecimento
- Quantidades dos produtos
- Valor das ajudas a conceder para o abastecimento a partir da União

2.1 Produtos incluídos no Plano de Abastecimento

Os produtos incluídos no Plano de Abastecimento da Região Autónoma da Madeira, terão que constar no Anexo I do Tratado da CE.

O Plano de Abastecimento para a RAM que se propõe para 2016, inclui os produtos que existiam no anterior Plano de Abastecimento aprovado pela Comissão, pelo que não é proposta a introdução de novos produtos.

Isto não exclui a possibilidade de, nas futuras revisões do Plano de Abastecimento, poder-se vir a incluir novos produtos, de acordo com as necessidades e oportunidades que venham a ocorrer.

Apresenta-se no Anexo I, o Balanço de Aprovisionamento.

2.2 Definição de contingentes

Para estabelecer as quantidades de cada produto que fazem parte do Programa, tomou-se como referência os contingentes em vigor a 31 de dezembro de 2014, com as alterações temporárias efetuadas em maio de 2015 para alguns produtos. O balanço apresentado reflete a estimativa do consumo do próximo ano. Todavia e como tem sido hábito nas campanhas anteriores, existe a possibilidade de, no decurso da campanha, se esgotar o contingente de alguns produtos e surgir a necessidade de reforçar as suas quantidades, de forma a manter o regular abastecimento da Região. Os reforços não poderão ultrapassar os montantes financeiros definidos para a Região Autónoma da Madeira.

Com o objetivo de calcular o custo financeiro do Plano de Abastecimento da RAM e verificar que não ultrapassa o orçamento previsto, estimaram-se as quantidades que são introduzidas a partir da Comunidade, apresentadas no Ponto 6 - Quadro da dotação financeira do REA, as únicas com direito à obtenção de ajudas.

3. SISTEMA DE AJUDAS

3.1 Metodologia para cálculo das ajudas

O número 2 do artigo 10º do Regulamento (UE) nº 228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março de 2013 estabelece que, para garantir a satisfação das necessidades estabelecidas nos termos do nº 2 do artigo 9º a nível de preços e qualidade e procurando preservar a parte do abastecimento a partir da União, é concedida uma ajuda ao abastecimento das regiões ultraperiféricas em produtos da União que se encontrem em existências públicas, por aplicação de medidas de intervenção ou disponíveis no mercado da União.

O montante da ajuda é fixado para cada tipo de produto em causa tendo em conta os custos adicionais de transporte para as regiões ultraperiféricas e os preços praticados nas exportações para países terceiros, bem como, no caso de produtos para transformação ou de fatores de produção agrícola, outros custos adicionais associados à ultraperifericidade, nomeadamente à sua insularidade e às pequenas superfícies.

Por outro lado, o artigo 11º do Regulamento (CE) nº228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março de 2013, estabelece que o regime específico de abastecimento será aplicado de modo a tomar em consideração, designadamente:

- a) As necessidades específicas das regiões ultraperiféricas e, no caso dos produtos para transformação ou dos fatores de produção agrícola, as exigências de qualidade;
- b) As correntes comerciais com o resto da União;
- c) O aspeto económico das ajudas previstas.
- d) A necessidade de assegurar que a produção local existente não seja destabilizada, nem o seu desenvolvimento entravado.

3.2 Custos Adicionais de Transformação

A dimensão reduzida dos territórios, medida pela superfície útil, associada a um baixo nível populacional, reforça a estreiteza do mercado local. O mercado doméstico não permite considerar verdadeiras explorações de economia de escala.

No plano microeconómico, a subutilização do aparelho produtivo, geralmente sobredimensionado em relação às capacidades de escoamento da produção, conduz à ausência de massa crítica nas produções e aumenta fortemente os custos marginais das empresas e os limiares de rentabilidade da produção e dos investimentos em capital físico e humano.

A maior parte dos intervenientes socioeconómicos das regiões ultraperiféricas, devido à dimensão reduzida dos mercados, e à insuficiência de economias, não pode atingir a fronteira da eficiência relativa à sua produção. Isto tem por consequência a existência de sobrecustos devidos ao sobredimensionamento do aparelho produtivo, quantificáveis através do encargo financeiro que representa a aquisição de equipamentos produtivos adaptados ao volume de produção. Tem igualmente por consequência a existência de fenómenos mais intangíveis, em termos de quantificação, que não constituem propriamente sobrecustos, tais como a falta de rendimento resultante da subutilização do aparelho produtivo. Assim, a ausência de economias de escala significativas leva a que os produtos sofram uma forte imputação dos custos fixos de produção. Dela resulta igualmente uma subutilização das capacidades de produção.

Na obtenção desses valores, seguiu-se a metodologia definida no estudo sobre a identificação e estimativa dos efeitos quantificáveis das deficiências específicas das regiões ultraperiféricas e medidas aplicáveis para reduzir estas deficiências, estudo este desenvolvido por Louis Lengrand & Associés, pela Université Libré de Bruxelles, conjuntamente com um grupo de peritos, financiado pela Comissão Europeia.

4. CUSTO DE TRANSPORTES

4.1 A Região Autónoma da Madeira

A Região Autónoma da Madeira, está situada ao Norte do Oceano Atlântico, é composta pelas Ilhas da Madeira, Porto Santo e as inabitáveis Desertas e Selvagens. Repousando no Oceano Atlântico, a 545 km do norte de África e a 978 km de Lisboa, a Madeira tem uma área de 741 Km², 57 km de comprimento e 22 km de largura. Possui uma densidade populacional de 313,2 Hb/km² num total de 267.785 habitantes, dos quais 111.892 vivem no Funchal, e o restante disperso pelos vários Concelhos.

A região possui apenas um porto marítimo comercial, situado na parte leste da ilha, a cerca de 30 km da cidade do Funchal, onde chegam os produtos para abastecimento da Região, provenientes dos principais portos marítimos internacionais e da Região Autónoma dos Açores.

O transporte realiza-se, na maior parte dos casos, em contentores normais e refrigerados de 20', tendo em conta o tipo de produto, excetuando-se a indústria que utiliza o transporte a granel de cereais e o setor avícola que utiliza o meio aéreo para o transporte das aves.

4.2 Origem dos produtos do REA

Os produtos “importados” da União provêm de diversos pontos do continente europeu e da Região Autónoma dos Açores (RAA), e sendo-nos impossível estabelecer por cada produto uma ajuda diferente em função da sua origem, optou-se por considerar os custos de transporte via marítima do porto de Leixões, origem de grande parte do embarque de mercadorias com destino à Região, excetuando-se a batata de semente, que provem da Holanda, e os cereais, que são transportados a granel, oriundos de França, Alemanha e Reino Unido.

5. CÁLCULO DAS AJUDAS

Para calcular as ajudas dos produtos do Regime Específico de Abastecimento destinados ao consumo, foram tidos em atenção, os custos de transporte do território nacional para a Região, os custos de ruturas de cargas, custo do *stock* de segurança e os custos de armazenamento.

No cálculo dos custos adicionais de transporte, insularidade e ultraperificidade para os produtos destinados à transformação, foram também tidos em conta os custos adicionais específicos da transformação, que consistem na forte dependência face ao exterior em matérias-primas, no agravamento dos fatores de produção, na inexistência de economias de escala e nas limitações do mercado regional.

A metodologia utilizada para calcular este custo, consistiu em imputar como custos, a diferença entre os custos fixos unitários da produção atual e os custos fixos unitários da capacidade máxima de produção das empresas. Esta realidade resulta da reduzida dimensão do mercado regional, que obriga as empresas industriais a investir em tecnologias produtivas de capacidade de produção mínimas, mas que se revelam no entanto sobredimensionadas face às reais capacidades de mercado.

Atendendo às limitações do envelope financeiro, não é possível atribuir a todos os produtos uma ajuda equivalente aos custos adicionais de transporte, insularidade e ultraperificidade.

Apresenta-se no Anexo II, a metodologia para a definição dos custos adicionais de transporte, insularidade e ultraperificidade, que serviram de base à fixação das ajudas.

6. QUADRO DA DOTAÇÃO FINANCEIRA DO REA

De acordo com o nº 1 do artigo 6º do Reg. (UE) nº 228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março de 2013, apresenta-se o quadro síntese dos produtos do REA, abrangidos pelo regime de ajudas, totalizando uma dotação de 10.706.070 euros (dez milhões setecentos e seis mil e setenta euros).

ANO 2016

Código Pautal	Designação	2016		
		Estimativa (*)	Valor da Ajuda EUR/TON	Total de ajudas EUR
10019190, 10011900, 1003 9000, 1005 90 00	Cereais - consumo humano: Trigo Mole, Trigo Duro, Cevada, Milho	18.500.000	110,00	2.035.000,00
10019190, 10011900, 10039000, 1005 90 00, 1002, 23040000, 1214, 120100, 2306, 1507, 1004, 1103 e 12130000	Matérias-primas - transformação para consumo animal: Trigo Mole, Trigo Duro, Cevada, Milho, Centeio, Bagaços de Soja, Luzerna Desidratada, Feno, Soja mesmo triturada, Bagaço e outros resíduos sólidos, Óleo de Soja, Aveia, Grumos Sêmolas e <i>pellets</i> de cereais e Palha	20.500.000	100,00	2.050.000,00
1005 90 00, 1002, 23040000, 1214, 120100, 2306, 1004, 1103 e 12130000	Matérias-primas -fatores de produção agrícola: Milho, Centeio, Bagaços de Soja, Luzerna Desidratada, Feno, Soja, mesmo triturada, Bagaço e outros resíduos sólidos, Aveia, Grumos, sêmolas e <i>pellets</i> de cereais, e Palha	4.500.000	60,00	270.000,00
1103 13, 1107 10 e 1210	Sêmolas de Milho, Malte e Lúpulo	2.000.000	80,00	160.000,00
1006	Arroz	3.000.000	125,00	375.000,00
1006	Arroz (indústria transformadora)	270.000	162,00	43.740,00
1509	Azeite	1.600.000	250,00	400.000,00
1507 a 1516 (exceto 15 09 e 1510)	Óleos vegetais (com exceção do azeite): - Óleos vegetais	1.600.000	125,00	200.000,00
200820 200840 200860 200870 200897	Frutas e outras partes comestíveis de plantas, preparadas ou conservadas de outro modo, com ou sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes ou de álcool, não especificadas nem compreendidas noutras posições: -ananases -peras -cerejas -pêssegos -misturas	500.000	168,00	84.000,00
2009	Sumos concentrados de frutas (incluindo os mostos de uvas) ou de produtos hortícolas, não fermentados, sem adição de	100.000	253,00	25.300,00

	álcool, com ou sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes, para transformação			
1701 e 1702	Açúcar (consumo direto e indústria transformadora)	850.000	113,00	96.050,00
1701	Açúcar extra-quota (consumo direto e indústria transformadora) (1)	1.500.000	0,00	0,00
0402	Leite em pó (indústria transformadora)	150.000	1.080,00	162.000,00
0405	Manteiga	700.000	750,00	525.000,00
0405	Manteiga (indústria transformadora)	86.000	930,00	79.980,00
0406	Queijos	1.700.000	526,00	894.200,00
0201 e 0202	Carnes de animais da espécie bovina, frescas, refrigeradas e congeladas	4.300.000	375,00	1.612.500,00
0203	Carnes de animais da espécie suína doméstica, frescas, refrigeradas e congeladas – consumo direto e transformação	6.300.000	150,00	945.000,00
07011000	Batata de semente	1.300.000	141,00	183.300,00
020724 a 020727e 020741 a 020760	Carnes de peru, de pato, de ganso ou de pintadas, frescas, refrigeradas ou congeladas	425.000	200,00	85.000,00
020810	Carnes de coelho ou lebre, frescas, refrigeradas ou congeladas	100.000	200,00	20.000,00
0204	Carnes de animais das espécies ovina ou caprina, frescas, refrigeradas ou congeladas	200.000	200,00	40.000,00
010290 e 010229	Bovinos para engorda	3.000	140,00	420.000,00
TOTAL AJUDAS REGIME ESPECÍFICO DE ABASTECIMENTO				10.706.070,00

(*) Aplicam-se quilogramas a produtos e unidades a animais

Todos os certificados de importação AGRIM emitidos para a importação de produtos ao abrigo do Regime Específico de Abastecimento, serão preenchidos com a Nomenclatura Combinada (NC) a 8 dígitos.

(1) Previsto na alínea a) do nº 1 do artº 15º do Regulamento (CE) nº228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março de 2013 e alínea c) do art.º 61º do Regulamento nº 1234/2007, de 22 outubro.

(2) O benefício da ajuda, fica subordinado à engorda dos animais durante um período de sessenta dias, a contar do dia da sua chegada à Região Autónoma da Madeira e aí serem consumidos.

7. GESTÃO DO REGIME

7.1 Repercussão das ajudas

Com vista à verificação da evolução dos preços e repercussão dos benefícios no consumidor, serão analisadas de forma sistemática informações e estruturas de custos das empresas inerentes à formação dos preços.

As informações serão analisadas, sendo os preços e margens de comercialização comparados entre as empresas do circuito de comercialização a fim de concluir se em termos de mercado os benefícios se repercutem de forma satisfatória nos preços do consumidor.

Complementarmente e com os relatórios de controlo a efetuar no âmbito de aplicação do Regulamento (UE) nº 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, executados pela Direção de Serviços Anti - Fraude, organismo da Direção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, será efetuado o cruzamento das informações com vista a concluir da referida repercussão, em termos de mercado, dos benefícios aos preços do consumidor.

7.2 Gestão e acompanhamento do REA

A gestão e controlo do Regime Específico de Abastecimento, está regulamentada para as regiões ultraperiféricas portuguesas pela Portaria nº 1010/2002, de 9 de agosto, dos Ministérios das Finanças e da Agricultura e do Mar.

A gestão das quantidades das estimativas anuais de abastecimento, é da responsabilidade da Direção de Serviços de Licenciamento (DSL) da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), em coordenação com a Direção Regional de Economia e Transportes (DRET).

A ajuda ao abastecimento comunitário é paga pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP (IFAP).

A DRET em colaboração com a Direção Regional de Agricultura (DRA), submeterá ao Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP) do Ministério da Agricultura e do Mar, as alterações necessárias à gestão dos contingentes, para aprovação pela Comissão.

7.3 Controlos

Os controlos administrativos da importação, introdução, reexportação e reexpedição dos produtos agrícolas previstos no artigo 16º do Regulamento (UE) nº 180/2014, de 20 de fevereiro, serão efetuados pela Delegação Aduaneira da Alfândega em que se verificar a introdução no território regional (Funchal, Porto Santo Aeroporto ou Zona Franca da Madeira)

Os controlos previstos no Regulamento (CE) nº 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, serão efetuados pela Direção Serviços Antifraude da Autoridade Tributária e Aduaneira.

Nos animais vivos importados da RAA para a RAM, o IFAP, entidade que gere em Portugal o SNIRA - Sistema Nacional de Informação e Registo Animal, efetua o controlo cruzado dos animais, verificando se os animais alvo das ajudas na RAM não foram submetidos a ajudas na RAA.

ANEXO I

RESUMO DO BALANÇO DE APROVISIONAMENTO POR ORIGEM DA MERCADORIA

ANO 2016

Código Pautal (2)	DESIGNAÇÃO	Quantidades Comunidade	Quantidades Países Terceiros	Total (*)
1001 9190, 10011900, 1003 9000, 1005 90 00	Cereais - consumo humano: Trigo Mole, Trigo Duro, Cevada, Milho	18.500.000	0	18.500.000
10019190, 10011900, 10039000, 1005 90 00, 1002, 23040000, 1214, 120100, 2306, 1507, 1004, 1103 e 12130000	Matérias-primas - transformação para consumo animal: Trigo Mole, Trigo Duro, Cevada, Milho, Centeio, Bagaços de Soja, Luzerna Desidratada, Feno, Soja, mesmo triturada, Bagaço e outros resíduos sólidos, ..., Óleo de Soja, Aveia, Grumos, sêmolas e <i>pellets</i> de cereais, e Palha	20.500.000	0	20.500.000
1005 90 00, 1002, 23040000, 1214, 120100, 2306, 1004, 1103 e 12130000	Matérias-primas -fatores de produção agrícola: Milho, Centeio, Bagaços de Soja, Luzerna Desidratada, Feno, Soja, mesmo triturada, Bagaço e outros resíduos sólidos, Aveia, Grumos, sêmolas e pellets, de cereais, e Palha	4.500.000	0	4.500.000
1103 13, 1107 10 e 1210	Sêmolas de Milho, Malte e Lúpulo	2.000.000	0	2.000.000
1006	Arroz	3.270.000	1.000.000	4.270.000
1509	Azeite	1.600.000	0	1.600.000
1507 a 1516 (exceto 15 09 e 1510)	Óleos vegetais (com exceção do azeite): - Óleos vegetais	1.600.000	0	1.600.000
200820 200840 200860 200870 200897	Frutas e outras partes comestíveis de plantas, preparadas ou conservadas de outro modo, com ou sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes ou de álcool, não especificadas nem compreendidas noutras posições: -ananas -peras -cerejas -pêssegos -misturas	500.000	0	500.000
2009	Sumos concentrados de frutas (incluindo os mostos de uvas) ou de produtos hortícolas, não fermentados, sem adição de álcool, com ou sem adição de açúcar	100.000	0	100.000

	ou de outros edulcorantes, para transformação)			
1701 e 1702	Açúcar	850.000	4.000.000	4.850.000
1701	Açúcar – extra quota (1)	1.500.000	0	1.500.000
0402	Leite em pó (indústria transformadora)	150.000	0	150.000
0405	Manteiga	786.000	0	786.000
0406	Queijos	1.700.000	0	1.700.000
0201 e 0202	Carnes de animais da espécie bovina, frescas, congeladas e refrigeradas	4.300.000	3.550.000	7.850.000
0203	Carnes de animais da espécie suína doméstica, frescas, refrigeradas e congeladas (consumo direto e transformação)	6.300.000	0	6.300.000
07011000	Batata de semente	1.300.000	0	1.300.000
020724 a 020727e 020741 a 020760	Carnes de peru, de pato, de ganso ou de pintadas, frescas, refrigeradas ou congeladas	425.000	0	425.000
020810	Carnes de coelho ou lebre, frescas, refrigeradas ou congeladas	100.000	0	100.000
0204	Carnes de animais das espécies ovina ou caprina, frescas, refrigeradas ou congeladas	200.000	0	200.000
010290 e 010229	Bovinos para engorda	3.000	0	3.000

(*) Aplicam-se Kg a produtos e unidades a animais

Todos os certificados de importação AGRIM emitidos para a importação de produtos ao abrigo do Regime Específico de Abastecimento, serão preenchidos com a Nomenclatura Combinada (NC) a 8 dígitos

(1) O contingente do açúcar proveniente de países terceiros e o contingente do açúcar extra quota (quota C) podem ser permutáveis entre si, em face do impacto financeiro ser nulo.

Açúcar extra quota - previsto na alínea a) do nº 1 do artº 15º do Regulamento (UE) nº 228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março de 2013 e alínea c) do Art.º 61º do Regulamento nº 1234/2007, de 22 outubro.

ANEXO II

CUSTOS ADICIONAIS DE TRANSPORTE, INSULARIDADE E ULTRAPERIFICIDADE

O nº 2 do artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março de 2013, estabelece que “para garantir a satisfação das necessidades estabelecidas nos termos do nº 2 do artigo 9º, a nível de preços e qualidade e procurando preservar a parte do abastecimento a partir da União, é concedida uma ajuda ao abastecimento das regiões ultraperiféricas em produtos da União que se encontrem em existências públicas por aplicação de medidas comunitárias de intervenção, ou disponíveis no mercado da União.

O montante da ajuda será fixado para cada tipo de produto em causa tendo em conta os custos adicionais de transporte para as regiões ultraperiféricas e os preços praticados nas exportações para países terceiros, bem como, no caso de produtos para transformação ou de fatores de produção agrícola, outros custos adicionais associados à ultraperifericidade, nomeadamente à sua insularidade e às pequenas superfícies”.

Para calcular os custos adicionais de transporte, insularidade e ultraperifericidade para os produtos destinados ao consumo direto, foram tidos em atenção, os custos de transporte do território nacional para a Região, os custos de ruturas de cargas, custo do *stock* de segurança e os custos de armazenamento. Não foram considerados como custos adicionais de transporte, os verificados em Portugal Continental no transporte dos contentores ao porto de embarque, no entanto, a condição de ultra periferia obriga a um adequado acondicionamentos dos produtos constantes no REA, de forma a assegurar o seu transporte por via marítima, o que não sucede nas empresas sediadas no território continental, que recebam os produtos/matérias-primas a granel.

No cálculo dos custos adicionais de transporte, insularidade e ultraperifericidade para os produtos destinados à transformação, foram tidos em atenção os descritos no parágrafo anterior, acrescidos dos custos adicionais específicos da transformação que consistem na forte dependência face ao exterior em matérias-primas, nos meios de produção mais onerosos e nas limitações do mercado regional.

A metodologia utilizada para calcular este custo, consistiu em imputar como custos, a diferença entre os custos fixos unitário da produção atual e os custos fixos unitários da capacidade máxima de produção das empresas. Esta realidade resulta da reduzida

dimensão do mercado regional, que obriga as empresas industriais a investir em tecnologias produtivas de capacidade de produção mínimas, mas que se revelam no entanto sobredimensionadas face às reais capacidades de mercado.

Nos produtos que são destinados ao consumo e simultaneamente à transformação, arroz, manteiga e carne de suíno, mantém-se o coeficiente de majoração existente no Reg. (CE) nº 14/2004, de 30 de dezembro de 2003, sobre o valor das ajudas aos produtos destinados ao consumo direto, para quantificar as ajudas a atribuir ao setor da transformação.

Atendendo à existência de empresas regionais que se dedicam à atividade industrial, para as quais a atribuição das ajudas apuradas poderia desincentivar a produção regional, com os inerentes custos sociais e económicos daí decorrentes, opta-se por não atribuir ao setor da carne de suíno, o valor atribuído à carne de bovino.

Apresenta-se no Anexo II, os custos adicionais de transporte, insularidade e ultraperiféricidade para os cereais destinados à transformação de produtos para alimentação humana e como fatores de produção agrícola.

Seguidamente apresentam-se os quadros com os valores para cada tipo de produto.

Cereais e produtos cerealíferos destinados à alimentação humana

CEREAIS PARA O SETOR DA PANIFICAÇÃO

Unidade: EUR

TIPO DE CUSTO	DESCRIÇÃO	VALOR
CUSTO DE TRANSPORTE DESDE A ORIGEM ATÉ AO ARMAZÉM NA MADEIRA		
Carga	Transporte na origem até ao porto	
	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> na origem	
Recarga de combustíveis	<i>BAF</i>	
Frete e seguro	Porto de origem até à Madeira	524.273,89
Descarga	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> no destino	
	Taxas portuárias	
Outras despesas	Despesas com o despacho da mercadoria	12.602,79
Camionagem	Transporte no destino até armazém	0,00
CUSTOS DE RUTURA DE CARGAS - STOCK DE SEGURANÇA (*)		
Custos de armazenamento	Armazém, manuseamento e conservação	395.148,32
CUSTOS ADICIONAIS ESPECÍFICOS DA TRANSFORMAÇÃO LOCAL (*)		
Baixa competitividade e produtividade	Forte dependência face ao exterior em matérias-primas	1.357.658,86
	Meios produção mais onerosos	
	Limitação mercado regional	
TOTAIS		
CUSTO TOTAL	Transporte a granel - 20.640,858 toneladas	2.289.683,86
CUSTO UNITÁRIO	Quilograma (Custo total / quantidade)	0,111
	Custo tonelada	111,00
(*) Valores fornecidos pelas empresas industriais do setor		

CEREAIS PARA O SETOR INDUSTRIAL DA CERVEJA

Unidade: EUR

TIPO DE CUSTO	DESCRIÇÃO	VALOR
CUSTO DE TRANSPORTE DESDE A ORIGEM ATÉ AO ARMAZÉM NA MADEIRA		
Carga	Transporte na origem até ao porto	36,25
	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> na origem	
Recarga de combustíveis	<i>BAF</i>	72,50
Frete e seguro	Porto de origem até à Madeira	781,00
Descarga	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> no destino	150,00
	Taxas portuárias	136,70
Outras despesas	Despesas com o despacho da mercadoria	127,63
Camionagem	Transporte no destino até armazém	180,00
CUSTOS DE RUTURA DE CARGAS - STOCK DE SEGURANÇA (*)		
Custos de armazenamento	Armazém, manuseamento e conservação	22,82
CUSTOS ADICIONAIS ESPECÍFICOS DA TRANSFORMAÇÃO LOCAL (*)		
Baixa competitividade e produtividade	Forte dependência face ao exterior em matérias-primas Meios produção mais onerosos Limitação mercado regional	545,61
TOTAIS		
CUSTO TOTAL	Contentor 20' Normal – 18 toneladas	2.052,51
CUSTO UNITÁRIO	Quilograma (Custo total / quantidade)	0,114
	Custo Tonelada	114,00
(*) Valores fornecidos pelas empresas industriais do setor		

Cereais e produtos cerealíferos destinados à transformação para alimentação animal

Unidade: EUR

TIPO DE CUSTO	DESCRIÇÃO	VALOR
CUSTO DE TRANSPORTE DESDE A ORIGEM ATÉ AO ARMAZÉM NA MADEIRA		
Carga	Transporte na origem até ao porto	
	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> na origem	
Recarga de combustíveis	<i>BAF</i>	
Frete e seguro	Porto de origem até à Madeira	54.082,00
Descarga	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> no destino	
	Taxas portuárias	
Outras despesas	Despesas com o despacho da mercadoria	
Camionagem	Transporte no destino até armazém	26.584,49
CUSTOS DE RUTURA DE CARGAS - STOCK DE SEGURANÇA (*)		
Custos de armazenamento	Armazém, manuseamento e conservação	81.968,84
CUSTOS ADICIONAIS ESPECÍFICOS DA TRANSFORMAÇÃO LOCAL (*)		
Baixa competitividade e produtividade	Forte dependência face ao exterior em matérias-primas Meios produção mais onerosos Limitação mercado regional	191.999,08
TOTAIS		
CUSTO TOTAL	Transporte a granel - 2.953,832 toneladas	354.634,41
CUSTO UNITÁRIO	Quilograma (Custo total / quantidade)	0,120
	Custo tonelada	120,00
(*) Valores fornecidos pelas empresas industriais do setor		

Cereais e produtos cerealíferos destinados a fatores produção agrícola

Unidade: EUR

TIPO DE CUSTO	DESCRIÇÃO	VALOR
CUSTO DE TRANSPORTE DESDE A ORIGEM ATÉ AO ARMAZÉM NA MADEIRA		
Carga	Acondicionamento para transporte marítimo	
	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> na origem	
Recarga de combustíveis	<i>BAF</i>	
Frete e seguro	Porto de origem até à Madeira	235,00
Descarga	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> no destino	1.295,00
	Taxas portuárias	160,00
Outras despesas	Despesas com o despacho da mercadoria	185,72
Camionagem	Transporte no destino até armazém	250,00
CUSTOS DE RUPTURA DE CARGAS - STOCK DE SEGURANÇA (*)		
Custos de armazenamento	Armazém, manuseamento e conservação	
CUSTOS ADICIONAIS ESPECÍFICOS DA TRANSFORMAÇÃO LOCAL (*)		
Baixa competitividade e produtividade	Forte dependência face ao exterior em matérias-primas Meios produção mais onerosos Limitação mercado regional	
TOTAIS		
CUSTO TOTAL	Contentor 40´ normal - 23,5 toneladas	2.125,72
CUSTO UNITÁRIO	Quilograma (Custo total / quantidade)	0,090
	Custo tonelada	90,00

Arroz

Unidade: EUR

TIPO DE CUSTO	DESCRIÇÃO	VALOR
CUSTO DE TRANSPORTE DESDE A ORIGEM ATÉ AO ARMAZÉM NA MADEIRA		
Carga	Transporte na origem até ao porto	36,25
	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> na origem	160,00
Recarga de combustíveis	<i>BAF</i>	137,50
Frete e seguro	Porto de origem até à Madeira	980,00
Descarga	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> no destino	0,00
	Taxas portuárias	153,30
Outras despesas	Despesas com o despacho da mercadoria	202,09
Camionagem	Transporte no destino até armazém	185,00
CUSTOS DE RUTURA DE CARGAS - STOCK DE SEGURANÇA (*)		
Custos de armazenamento	Armazém, manuseamento e conservação	0,05/kg
CUSTOS ADICIONAIS ESPECÍFICOS DA TRANSFORMAÇÃO LOCAL		
Baixa competitividade e produtividade	Forte dependência face ao exterior em matérias-primas Meios produção mais onerosos Limitação mercado regional	
TOTAIS		
CUSTO TOTAL	Contentor 20´Normal - 21 toneladas	1.854,14
CUSTO UNITÁRIO	Quilograma (Custo total / quantidade)	0,138
	Custo Tonelada	138,00
	Custo Tonelada indústria transformadora	172,00
(*) Valor apresentado pelos operadores económicos		

Azeite e óleos vegetais

Unidade: EUR

TIPO DE CUSTO	DESCRIÇÃO	VALOR
CUSTO DE TRANSPORTE DESDE A ORIGEM ATÉ AO ARMAZÉM NA MADEIRA		
Carga	Transporte na origem até ao porto	36,25
	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> na origem	160,00
Recarga de combustíveis	<i>BAF</i>	137,50
Frete e seguro	Porto de origem até à Madeira	980,00
Descarga	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> no destino	0,00
	Taxas portuárias	153,30
Outras despesas	Despesas com o despacho da mercadoria	202,09
Camionagem	Transporte no destino até armazém	185,00
CUSTOS DE RUTURA DE CARGAS - STOCK DE SEGURANÇA (*)		
Custos de armazenamento	Armazém, manuseamento e conservação	0,12/kg
CUSTOS ADICIONAIS ESPECÍFICOS DA TRANSFORMAÇÃO LOCAL		
Baixa competitividade e produtividade	Forte dependência face ao exterior em matérias-primas Meios produção mais onerosos Limitação mercado regional	
TOTAIS		
CUSTO TOTAL	Contentor 20' Normal - 14 toneladas	1.854,14
CUSTO UNITÁRIO	Quilograma (Custo total / quantidade)	0,252
	Custo Tonelada	252,00
(*) Valores apresentados pelos operadores económicos		

Produtos transformados à base de frutas e produtos hortícolas

SUMOS DE FRUTAS (CONCENTRADOS)

Unidade: EUR

TIPO DE CUSTO	DESCRIÇÃO	VALOR
CUSTO DE TRANSPORTE DESDE A ORIGEM ATÉ AO ARMAZÉM NA MADEIRA		
Carga	Transporte na origem até ao porto	
	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> na origem	46,56
Recarga de combustíveis	<i>BAF</i>	
Frete e seguro	Porto de origem até à Madeira	169,15
Descarga	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> no destino	
	Taxas portuárias	80,32
Outras despesas	Despesas com o despacho da mercadoria	90,19
Camionagem	Transporte no destino até armazém	
CUSTOS DE RUTURA DE CARGAS - STOCK DE SEGURANÇA		
Custos de armazenamento	Armazém, manuseamento e conservação (*)	154,19
CUSTOS ADICIONAIS ESPECÍFICOS DA TRANSFORMAÇÃO LOCAL		
Baixa competitividade e produtividade	Forte dependência face ao exterior em matérias-primas Meios produção mais onerosos Limitação mercado regional	
TOTAIS		
CUSTO TOTAL	Contentor grupagem - 2139 kg	540,41
CUSTO UNITÁRIO	Quilograma (Custo total / quantidade)	0,253
	Custo tonelada	253,00
(*) Valores fornecidos pelas empresas industriais do setor		

Açúcar

Unidade: EUR

TIPO DE CUSTO	DESCRIÇÃO	VALOR
CUSTO DE TRANSPORTE DESDE A ORIGEM ATÉ AO ARMAZÉM NA MADEIRA		
Carga	Transporte na origem até ao porto	68,59
	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> na origem	160,00
Recarga de combustíveis	<i>BAF</i>	137,50
Frete e seguro	Porto de origem até à Madeira	980,00
Descarga	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> no destino	0,00
	Taxas portuárias	153,30
Outras despesas	Despesas com o despacho da mercadoria	65,02
Camionagem	Transporte no destino até armazém	185,00
CUSTOS DE RUTURA DE CARGAS - STOCK DE SEGURANÇA (*)		
Custos de armazenamento	Armazém, manuseamento e conservação	0,03/kg
CUSTOS ADICIONAIS ESPECÍFICOS DA TRANSFORMAÇÃO LOCAL		
Baixa competitividade e produtividade	Forte dependência face ao exterior em matérias-primas Meios produção mais onerosos Limitação mercado regional	0,00
TOTAIS		
CUSTO TOTAL	Contentor 20' Normal - 21 toneladas	1.749,41
CUSTO UNITÁRIO	Quilograma (Custo total / quantidade)	0,113
	Custo Tonelada consumo	113,00
(*) Valor apresentado pelos operadores económicos		

Leite e produtos lácteos

LEITE EM PÓ

Unidade: EUR

TIPO DE CUSTO	DESCRIÇÃO	VALOR
CUSTO DE TRANSPORTE DESDE A ORIGEM ATÉ AO ARMAZÉM NA MADEIRA		
Carga	Transporte na origem até ao porto	12,50
	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> na origem	88,00
Recarga de combustíveis	<i>BAF</i>	0,00
Frete e seguro	Porto de origem até à Madeira	683,72
Descarga	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> no destino	0,00
	Taxas portuárias	119,25
Outras despesas	Despesas com o despacho da mercadoria	92,69
Camionagem	Transporte no destino até armazém	225,00
CUSTOS DE RUTURA DE CARGAS - STOCK DE SEGURANÇA (*)		
Custos de armazenamento	Armazém, manuseamento e conservação	1.777,60
CUSTOS ADICIONAIS ESPECÍFICOS DA TRANSFORMAÇÃO LOCAL (*)		
Baixa competitividade e produtividade	Forte dependência face ao exterior em matérias-primas Meios produção mais onerosos Limitação mercado regional	25.978,40
TOTAIS		
CUSTO TOTAL	Contentor 20' Normal - 16 toneladas	28.977,16
CUSTO UNITÁRIO	Quilograma (Custo total / quantidade)	1,811
	CUSTO TONELADA	1.811,00
(*) Valores fornecidos pelas empresas industriais do setor		

MANTEIGA

Unidade: EUR

TIPO DE CUSTO	DESCRIÇÃO	VALOR
CUSTO DE TRANSPORTE DESDE A ORIGEM ATÉ AO ARMAZÉM NA MADEIRA		
Carga	Transporte na origem até ao porto	40,75
	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> na origem	160,00
Recarga de combustíveis	<i>BAF</i>	135,00
Frete e seguro	Porto de origem até à Madeira	1.231,10
Descarga	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> no destino	0,00
	Taxas portuárias	153,30
Outras despesas	Despesas com o despacho da mercadoria	202,09
Camionagem	Transporte no destino até armazém	185,00
CUSTOS DE RUTURA DE CARGAS - STOCK DE SEGURANÇA (*)		
Custos de armazenamento	Armazém, manuseamento e conservação	0,05/Kg
CUSTOS ADICIONAIS ESPECÍFICOS DA TRANSFORMAÇÃO LOCAL		
Baixa competitividade e produtividade	Forte dependência face ao exterior em matérias-primas Meios produção mais onerosos Limitação mercado regional	
TOTAIS		
CUSTO TOTAL	Contentor 20' frio 6,6 Toneladas	2.107,24
CUSTO UNITÁRIO	Quilograma (Custo total / quantidade)	0,369
	Custo Tonelada	369,00
(*) Valores fornecidos pelos operadores económicos		

QUEIJO

Unidade: EUR

TIPO DE CUSTO	DESCRIÇÃO	VALOR
CUSTO DE TRANSPORTE DESDE A ORIGEM ATÉ AO ARMAZÉM NA MADEIRA		
Carga	Transporte na origem até ao porto	40,75
	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> na origem	160,00
Recarga de combustíveis	<i>BAF</i>	135,00
Frete e seguro	Porto de origem até à Madeira	1.231,10
Descarga	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> no destino	0,00
	Taxas portuárias	153,30
Outras despesas	Despesas com o despacho da mercadoria	202,09
Camionagem	Transporte no destino até armazém	185,00
CUSTOS DE RUTURA DE CARGAS - STOCK DE SEGURANÇA (*)		
Custos de armazenamento	Armazém, manuseamento e conservação	0,16/kg
CUSTOS ADICIONAIS ESPECÍFICOS DA TRANSFORMAÇÃO LOCAL		
Baixa competitividade e produtividade	Forte dependência face ao exterior em matérias-primas Meios produção mais onerosos Limitação mercado regional	
TOTAIS		
CUSTO TOTAL	Contentor 20' frio 10 Toneladas	2.107,24
CUSTO UNITÁRIO	Quilograma (Custo total / quantidade)	0,371
	Custo Tonelada	371,00
(*) Valores fornecidos pelos operadores económicos		

CARNE DE BOVINO E DE SUÍNO

Unidade: EUR

TIPO DE CUSTO	DESCRIÇÃO	VALOR
CUSTO DE TRANSPORTE DESDE A ORIGEM ATÉ AO ARMAZÉM NA MADEIRA		
Carga	Transporte na origem até ao porto	40,75
	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> na origem	160,00
Recarga de combustíveis	<i>BAF</i>	135,00
Frete e seguro	Porto de origem até à Madeira	1.231,10
Descarga	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> no destino	0,00
	Taxas portuárias	153,30
Outras despesas	Despesas com o despacho da mercadoria	202,09
Camionagem	Transporte no destino até armazém	185,00
CUSTOS DE RUTURA DE CARGAS - STOCK DE SEGURANÇA (*)		
Custos de armazenamento	Armazém, manuseamento e conservação	0,18/kg
CUSTOS ADICIONAIS ESPECÍFICOS DA TRANSFORMAÇÃO LOCAL		
Baixa competitividade e produtividade	Forte dependência face ao exterior em matérias-primas Meios produção mais onerosos Limitação mercado regional	0,00
TOTAIS		
CUSTO TOTAL	Contentor 20´ frio - 6 toneladas	2.107,24
CUSTO UNITÁRIO	Quilograma (Custo total / quantidade)	0,531
	Custo Tonelada	531,00
(*) Valores fornecidos pelos operadores económicos		

Setor das carnes de borrego, cabrito, peru, patos e coelhos

Unidade: EUR

TIPO DE CUSTO	DESCRIÇÃO	VALOR
CUSTO DE TRANSPORTE DESDE A ORIGEM ATÉ AO ARMAZÉM NA MADEIRA		
Carga	Transporte na origem até ao Porto	40,75
	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> na origem	160,00
Recarga de combustíveis	<i>BAF</i>	135,00
Frete e seguro	Porto de origem até à Madeira	1.231,10
Descarga	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> no destino	0,00
	Taxas portuárias	153,30
Outras despesas	Despesas com o despacho da mercadoria	202,09
Camionagem	Transporte no destino até armazém	185,00
CUSTOS DE RUTURA DE CARGAS - STOCK DE SEGURANÇA		
Custos de armazenamento	Armazém, manuseamento e conservação	0,10/kg
CUSTOS ADICIONAIS ESPECÍFICOS DA TRANSFORMAÇÃO LOCAL		
Baixa competitividade e produtividade	Forte dependência face ao exterior em matérias-primas	0,00
	Meios produção mais onerosos	
	Limitação mercado regional	
TOTAIS		
CUSTO TOTAL	Contentor 20' refrigerado - 15 toneladas	2.107,24
CUSTO UNITÁRIO	Kilograma (Custo total / Ton)	0,240
	Custo Tonelada	240,00 €
(*) Valores fornecidos pelos operadores económicos		

BATATA DE SEMENTE

ORIGEM: HOLANDA/ROTTERDAM

Unidade: EUR

TIPO DE CUSTO	DESCRIÇÃO	VALOR
CUSTO DE TRANSPORTE DESDE A ORIGEM ATÉ AO ARMAZÉM NA MADEIRA		
Carga	Transporte na origem até ao porto	
	<i>Taxa Terminal Handling Charge</i> na origem	
Recarga de combustíveis	<i>BAF</i>	770,00
Frete e seguro	Porto de origem até à Madeira	2.377,00
Descarga	<i>Taxa Terminal Handling Charge</i> no destino	300,00
	Taxas portuárias	272,82
Outras despesas	Despesas com o despacho da mercadoria	92,15
Camionagem	Transporte no destino até armazém	108,00
CUSTOS DE RUTURA DE CARGAS - STOCK DE SEGURANÇA (*)		
Custos de armazenamento	Armazém, manuseamento e conservação	105,00
CUSTOS ADICIONAIS ESPECÍFICOS DA TRANSFORMAÇÃO LOCAL		
Baixa competitividade e produtividade	Forte dependência face ao exterior em matérias-primas Meios produção mais onerosos Limitação mercado regional	
TOTAIS		
CUSTO TOTAL	Contentor 40'Normal - 25 toneladas	4.096,97
CUSTO UNITÁRIO	Quilograma (Custo total / quantidade)	0,164
	Custo Tonelada	164,00
(*) Valores fornecidos pelos operadores económicos		

Criação de bovinos

BOVINOS - ANIMAIS VIVOS PARA ENGORDA E ABATE

ORIGEM: AÇORES

Unidade: EUR

TIPO DE CUSTO	DESCRIÇÃO	VALOR
CUSTO DE TRANSPORTE DESDE A ORIGEM ATÉ AO ARMAZÉM NA MADEIRA		
Carga	Transporte na origem até ao porto	
	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> na origem	
Recarga de combustíveis	<i>BAF</i>	
Frete e seguro	Porto de origem até à Madeira	816,00
Descarga	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> no destino	
	Taxas portuárias	133,84
Outras despesas	Despesas com o despacho da mercadoria	279,59
Camionagem	Transporte no destino até armazém	137,50
CUSTOS DE RUTURA DE CARGAS - STOCK DE SEGURANÇA (*)		
Custos de armazenamento	Armazém, manuseamento e conservação	30,00
CUSTOS ADICIONAIS ESPECÍFICOS DA TRANSFORMAÇÃO LOCAL (*)		
Baixa competitividade e produtividade	Forte dependência face ao exterior em matérias-primas Meios produção mais onerosos Limitação mercado regional	10,00
TOTAIS		
CUSTO TOTAL	Contentor aberto - 10 animais	1407,56
CUSTO UNITÁRIO	Animal (Custo total / quantidade)	141,00
(*) Valores fornecidos pelos operadores económicos		

Frutas Concentradas

Unidade: EUR

TIPO DE CUSTO	DESCRIÇÃO	VALOR
CUSTO DE TRANSPORTE DESDE A ORIGEM ATÉ AO ARMAZÉM NA MADEIRA		
Carga	Acondicionamento para transporte marítimo	36,25
	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> na origem	160,00
Recarga de combustíveis	<i>BAF</i>	137,50
Frete e seguro	Porto de origem até à Madeira	980,00
Descarga	Taxa <i>Terminal Handling Charge</i> no destino	0,00
	Taxas portuárias	153,30
Outras despesas	Despesas com o despacho da mercadoria	202,09
Camionagem	Transporte no destino até armazém	185,00
CUSTOS DE RUTURA DE CARGAS - STOCK DE SEGURANÇA (*)		
Custos de armazenamento	Armazém, manuseamento e conservação	0,03/kg
CUSTOS ADICIONAIS ESPECÍFICOS DA TRANSFORMAÇÃO LOCAL (*)		
Baixa competitividade e produtividade	Forte dependência face ao exterior em matérias-primas Meios produção mais onerosos Limitação mercado regional	
TOTAIS		
CUSTO TOTAL	Contentor 20' normal - 18,0 Toneladas	1.854,14
CUSTO UNITÁRIO	Quilograma (Custo total / quantidade)	0,133
	Custo Tonelada	133
(*) Valor apresentado pelos operadores económicos		

PARTE B

Título III

MEDIDAS A FAVOR DAS PRODUÇÕES AGRÍCOLAS LOCAIS

Índice

1. ÁREA GEOGRÁFICA DE APLICAÇÃO	42
1.1 A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA MADEIRENSE	42
1.2 OS INSTRUMENTOS PRINCIPAIS DE APOIO À AGRICULTURA.....	43
1.3 PONTOS FORTES, PONTOS FRACOS, OPORTUNIDADES E AMEAÇAS (SWOT)	43
2. ESTRATÉGIA PARA AGRICULTURA E PARA O POSEIMA	46
2.1 AS ESTRATÉGIAS ALTERNATIVAS	46
2.2 ADOÇÃO DE UMA NOVA ESTRATÉGIA (PRIORIDADES).....	47
2.3 QUANTIFICAÇÃO DE OBJETIVOS.....	48
2.4 AVALIAÇÃO DO IMPACTO ESPERADO	48
3. AS MEDIDAS PROPOSTAS	49
3.1 APOIO BASE AOS AGRICULTORES MADEIRENSES (MEDIDA 1)	49
3.2 APOIO À PRODUÇÃO DAS FILEIRAS AGROPECUÁRIAS DA RAM (MEDIDA 2)	50
3.2.1 Fileira da Cana-de-açúcar (Ação 2.1)	51
3.2.2. Fileira do Leite (Ação 2.2)	54
3.2.3. Fileira da Carne (Ação 2.3)	56
3.2.4. Fileira do Vinho (Ação 2.4)	61
3.2.5. Fileira da Banana (Ação 2.5).....	64
3.2.6. Apoio à transformação de produtos agropecuários (Ação 2.6).....	65
3.3 APOIO À COLOCAÇÃO NO MERCADO DE CERTOS PRODUTOS DA RAM (MEDIDA 3)	67
3.3.1 Apoio à expedição de certos produtos originários da RAM (Ação 3.1).....	67
3.3.2 Apoio à comercialização de certos produtos originários da RAM, no mercado local (Ação 3.2).....	69
4. CALENDÁRIO DE APLICAÇÃO E QUADRO FINANCEIRO INDICATIVO	72

5. COMPATIBILIDADE E CONSISTÊNCIA DAS MEDIDAS	74
(ENTRE SI, E COM AS RESTANTES MEDIDAS, DE DESENVOLVIMENTO RURAL E OCMS)	
5.1 APOIO BASE AOS AGRICULTORES (AJUDA TRANSVERSAL).....	74
5.2 APOIO À PRODUÇÃO DAS FILEIRAS AGROPECUÁRIAS DA RAM (FILEIRAS)	75
5.3 APOIO À COLOCAÇÃO NO MERCADO DE CERTOS PRODUTOS DA RAM.....	76
5.4 ANÁLISE GLOBAL	76
6. DISPOSIÇÕES ADOTADAS PARA ASSEGURAR UMA APLICAÇÃO EFICAZ	77
7. AUTORIDADES COMPETENTES	88

1. Área geográfica de aplicação

Região Autónoma da Madeira.

1.1. A multifuncionalidade da agricultura madeirense

O setor agrícola na Região Autónoma da Madeira é marcado por uma matriz multifuncional que se pode sintetizar em três categorias de funções:

■ **Ambiental**

- ▶ Paisagem, rica e diversificada, onde o reticulado de parcela agricultadas, constituídas maioritariamente em socalcos, são um elemento preponderante;
- ▶ Biodiversidade, quer ao nível das culturas praticadas quer ao nível das espécies endémicas de elevado valor ambiental;
- ▶ Conservação dos solos e luta contra a erosão, mediante a preservação dos muros de suporte e defesa das linhas de água;
- ▶ Ocupação do território, impedindo por um lado o seu abandono, fortemente indesejável e, por outro, o excessivo crescimento das áreas urbanas.

■ **Social**

- ▶ Proporcionando uma ocupação económica a um conjunto maioritário de agricultores de camada etária elevada e com fraco poder de compra;
- ▶ Complementando os rendimentos de muitas famílias, que se ocupam da agricultura a tempo parcial;
- ▶ Amortecendo potenciais crises sociais ligadas a eventuais situações de dificuldade e desemprego noutros setores da economia regional e podendo diminuir os fluxos migratórios.

■ **Económica**

- ▶ Abastecendo os mercados locais e diminuindo os fluxos provenientes do exterior;
- ▶ Contribuindo para a exportação ao nível de produtos com reconhecimento fora da região, promovendo igualmente a divulgação regional (vinho, flores e banana);

- ▶ Constituinto um setor gerador de valor acrescentado e emprego e contribuindo para o crescimento económico regional.

Baseado neste conjunto de funções, a atividade agrícola surge como relevante suporte para outros setores económicos regionais.

De facto, o setor agrícola está sendo cada vez mais considerado como um elemento de apoio ao setor mais importante da economia regional - o **Turismo**.

Importa assim destacar as principais contribuições da agricultura para o turismo:

- ▶ **Preservação da paisagem**, que constitui um dos principais fatores de atração regional;
- ▶ **Fornecimento de produtos reconhecidos como regionais**, resultantes de especificidades e saber-fazer regionais e que apresentam forte procura turística (vinho, banana, cana, flores, vimes,...);
- ▶ **Fornecimento de produtos de qualidade**, que permitam a constituição de ementas com sabores e atributos específicos resultantes da frescura (fator proximidade), de modos de produção específicos ou mesmo de produção biológica.

1.2. Os Instrumentos principais de apoio à agricultura

No período de programação, que vigora entre 2014 e 2020, o enquadramento do apoio à agricultura na RAM é concretizado através de três instrumentos (a política de preços e mercados, a política de desenvolvimento rural e o POSEIMA) já que a política de desenvolvimento rural, a concretizar através do fundo FEADER, agrupa todas as medidas estruturais.

1.3. Pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças (SWOT)

Tendo em consideração a situação atual e evolução recente do setor, enumeram-se, de forma sintética, os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças, que em nosso entender deverão ser tidos em conta na definição da estratégia da Agricultura e Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira.

1. Pontos Fortes

- ✓ Património natural e paisagístico rico e diversificado;
- ✓ Património de variedades vegetais com valor cultural e económico importante e diversificado;
- ✓ Relevância do papel das explorações agrícolas na preservação e ocupação do espaço rural;
- ✓ Pluriatividade das explorações agrícolas;
- ✓ Desempenho de uma função basilar para a manutenção e conservação da paisagem humanizada característica da Região;
- ✓ Desenvolvimento de programas inovadores, pelo menos à escala comunitária, de luta autócida contra pragas que afetam as produções hortofrutícolas regionais;
- ✓ Existência de um conjunto de serviços aos agricultores – campos de ensaio e demonstração de culturas, unidades laboratoriais, centros de formação profissional.

2. Pontos Fracos

- ✓ Estrangulamentos estruturais inultrapassáveis (condições geomorfológicas, orográficas, etc.);
- ✓ Elevado custo dos fatores de produção importados;
- ✓ Abandono das terras agrícolas;
- ✓ Elevado nível etário da população rural em geral e dos produtores agrícolas em particular;
- ✓ Baixo nível de qualificação dos agricultores;
- ✓ Grande exigência em mão de obra;
- ✓ Impossibilidade de mecanização;
- ✓ Produção agrícola atomizada e com claras limitações ao nível da recetividade à inovação e à modernização;

- ✓ Reduzida dimensão da produção regional face ao mercado;
- ✓ Fraca organização interprofissional e clusterização;
- ✓ Riscos de degradação dos solos (erosão)

3. Oportunidades

- ✓ A riqueza, diversidade e elevado grau de conservação do espaço rural permite dar resposta adequada às necessidades, preocupações e exigências crescentes da sociedade em matéria de preservação de recursos naturais e defesa do meio ambiente;
- ✓ A preservação do património paisagístico, dos recursos naturais e da qualidade ambiental, constituem elementos essenciais quer para o equilíbrio ecológico e social da Região, quer enquanto importante atributo da oferta turística;
- ✓ A possibilidade de orientar a produção para corresponder a novas exigências de um segmento de procura que valorizam alimentos saudáveis;
- ✓ Desenvolvimento de programas inovadores de controlo de pragas.

4. Ameaças

- ✓ Pressões sobre a biodiversidade e os valores naturais, qualidade e capacidade potencial de recursos hídricos;
- ✓ Pressão sobre os rendimentos agrícolas;
- ✓ Liberalização dos mercados, com conseqüente diminuição da proteção comunitária;
- ✓ Aumento da concorrência externa assente em estratégias de baixos custos;
- ✓ Orientação estratégica de grande distribuição alimentar tende a desvalorizar que despreze as “pequenas produções regionais”;
- ✓ Abandono da atividade agrícola;
- ✓ Abandono dos espaços rurais;
- ✓ Fraca sustentabilidade económica das infraestruturas e serviços em meio rural.

2. Estratégia para agricultura e para o POSEIMA

2.1. As estratégias alternativas

Importa portanto definir uma clara estratégia de apoio à agricultura madeirense, havendo, desde logo, um conjunto de alternativas dicotómicas, com diferentes lógicas, ainda que com naturezas diversas, mas que se não excluem necessariamente umas às outras:

- ▶ **Lógica económica** – Agricultura viável, produtora potencial de bens valorizáveis através do mercado. Essa lógica implica concentrar o apoio no acréscimo de competitividade das empresas que a prazo poderão obter no mercado a remuneração adequada para os seus produtos, privilegiando portanto uma lógica de fileira destinada ao mercado;
- ▶ **Lógica social** – Agricultura não concorrencial mas cuja preservação é vital por razões de natureza diversa. Implica valorizar a agricultura como sendo baseada em explorações a tempo parcial e viabilizar as atividades através de subsídios ao rendimento, ainda que eventualmente atribuídos através de formas indiretas;

- ▶ **Lógica seletiva** – implica apoiar privilegiadamente empresas, agricultores e setores estratégicos, com maiores possibilidades de sucesso ao nível da produção e mesmo da exportação;
- ▶ **Lógica transversal** - implica distribuir o apoio essencialmente associado às funções da agricultura não remuneradas pelo mercado e assegurando um rendimento mínimo aos agricultores locais no quadro de uma estratégia de ocupação territorial.

- ▶ **Lógica conservacionista e extensificadora** - implica promover a manutenção de técnicas de cultivo bem adaptadas ao ambiente embora produtoras de menor quantidade de produtos
- ▶ **Lógica intensificadora e produtivista** – implica promover o progresso técnico e a utilização crescente de fatores de produção, de forma a aumentar as quantidades produzidas

- ▶ **Lógica de rutura** - implica alterar significativamente o tipo de apoios, o sistema como têm sido atribuídos e os respetivos níveis de exigência
- ▶ **Lógica de continuidade** – implica continuar a apoiar o setor de forma semelhante ao que tem acontecido ao longo dos últimos Quadros Comunitários de Apoio

2.2. Adoção de uma nova estratégia (prioridades)

Essa estratégia repousa em duas orientações complementares apoiadas em diferentes instrumentos de política. A primeira, de melhoria da competitividade, económica, seletiva e intensificadora, a segunda, de ocupação do território, social, transversal e conservacionista, com as seguintes características principais:

- ▶ Orientação seletiva, económica, resultante da concentração dos apoios em atividades económicas remuneradas principalmente pelo mercado, onde se reduzirá, quer o número de setores a apoiar, quer o conjunto de beneficiários dos sistemas de apoio;
- ▶ Orientação territorial, de compensação de handicaps naturais e estruturais, valorizando e apoiando as pequenas unidades familiares (destinadas quer à produção de bens para autoconsumo, quer para o mercado) e as funções de ocupação de preservação e de valorização do espaço e da paisagem.

2.3. Quantificação de objetivos

Os grandes objetivos a alcançar são, por um lado, o não abandono da agricultura e a manutenção da atividade e, por outro lado, a sua modernização e melhoria qualitativa dos produtos considerados importantes na estratégia global de desenvolvimento da região.

Assim sendo, os objetivos quantificados são os seguintes:

- ▶ Manter a superfície agrícola utilizada (SAU), próxima dos níveis atuais, bem como as boas condições agronómicas e as práticas agrícolas melhor adaptadas do ponto de vista ambiental e paisagístico;
- ▶ Atenuar a taxa de redução anual do número de agricultores, mantendo-a inferior a 2% ao ano, sendo que atualmente essa taxa se situa entre 3 e 4%;
- ▶ Aumentar para 80% o número de agricultores madeirenses beneficiários de apoio público com influência no rendimento (atualmente, cerca de, 60%);
- ▶ Aumentar produção, a produtividade, a qualidade e a competitividade dos produtos e fileiras objeto de apoio. A quantificação destes objetivos é difícil nas condições em que a agricultura na Madeira é praticada. Contudo, quantifica-se como objetivo que se verifique um acréscimo de, pelo menos, 30% da produção valorizada através do mercado. Este indicador, a ser alcançado, traduzirá muito claramente um aumento da produção para o mercado e, tendo em conta as condições a que os produtos terão de obedecer e competir, isso significará uma melhoria considerável da produção, da produtividade e da qualidade.

2.4. Avaliação do impacto esperado

A avaliação feita das medidas propostas é a de que elas contribuirão significativamente para aumentar o rendimento agrícola na Região. Em primeiro lugar, através do efeito do aumento dos apoios que passarão a representar entre 5 e 8% do valor absoluto gerado pelo setor. Em segundo lugar, através da indução aos aumentos de produção, de produtividade e de qualidade que as medidas propostas provocarão. Admite-se que estas

se repercutirão no valor acrescentado do setor e no valor acrescentado médio por pessoa com atividade agrícola, cujo crescimento se espera ser de 20% até 2020.

Quanto ao impacto social, designadamente em termos de emprego, espera-se que o emprego global do setor se mantenha, ou se reduza muito pouco significativamente, com taxas inferiores às que atualmente se verificam.

Finalmente, em termos ambientais, as medidas propostas são muito positivamente avaliadas. Em primeiro lugar, por que visam contrariar o abandono da atividade e assim garantir a manutenção da paisagem, tão característica e tão apreciada na Madeira. Em segundo lugar, porque as ajudas propostas são condicionadas pelas boas práticas agrícolas. Finalmente, o objetivo de acentuar o desenvolvimento da agricultura biológica, terá também efeitos positivos no ambiente.

3. As medidas propostas

3.1. Apoio Base aos Agricultores Madeirenses (Medida1)

Objetivos

Apoiar de forma clara e relevante os sistemas de produção agrícola de pequena dimensão.

Esta ajuda, justificada pelos condicionalismos especiais da produção da Região Ultraperiférica da Madeira resultantes do afastamento, insularidade, ultraperiféricidade, disponibilidade de mão-de-obra e dependência económica de um pequeno número de produtos, fatores geradores de custos adicionais ao nível da produção, destina-se a evitar o abandono das áreas agrícolas com a consequente diminuição das produções locais e desestruturação do meio rural.

Beneficiários

Todos os agricultores que detenham uma área de exploração igual ou superior a 500 m² dedicada à prática de culturas agrícolas, anuais ou permanentes.

Compromissos

Obrigatoriedade de explorar de forma produtiva as suas parcelas, nomeadamente procedendo aos cuidados culturais necessários ao bom desenvolvimento das culturas ao longo de todo o ciclo anual, com um mínimo de 500 m².

Regime de Ajuda

A ajuda, de carácter transversal, será concedida por agricultor, que se comprometa a desenvolver atividade agrícola produtiva e independentemente do tipo de produção efetuada:

- Com áreas inferiores a 5.000 m² a ajuda será de 500 EUR por agricultor;
- Para áreas iguais ou superiores a 5.000 m² a ajuda será de 1000 EUR por agricultor.

Montante Máximo Anual

Estima-se que a ajuda será aplicada a um montante anual relativo a 10.000 explorações, número que se aproxima da totalidade das explorações agrícolas da RAM o que corresponderá a uma dotação anual de 5.211.210 EUR.

3.2. Apoio à produção das fileiras agropecuárias da RAM (Medida 2)

A medida visa incentivar a produção e a comercialização de produtos característicos da Região Autónoma da Madeira que, pelas suas características, são considerados importantes para a estratégia global da Região.

Através do conjunto de ações proposto pretende-se fomentar a produção para o mercado dos produtos mais interessantes para a RAM, melhorando a qualidade, a produtividade e a competitividade dessas produções.

A medida anteriormente apresentada (Medida 1) será, deste modo, complementada por um conjunto de apoios, dirigidos aos produtores e às unidades de processamento/comercialização, numa ótica de fileira, de forma a permitir uma valorização mais elevada das matérias-primas locais e aumentar a qualidade e a rentabilidade de processamento/transformação dos produtos locais minimizando as dificuldades de

competitividade face à dimensão do mercado regional e à concorrência acrescida que as produções locais sofrem no contexto do mercado global.

Regime Base de Funcionamento

Pagamento das ajudas diretamente aos produtores ou através das entidades de concentração, processamento/transformação, conservação e/ou embalagem sob o compromisso de estas efetuarem um pagamento mínimo aos produtos originários da RAM. Será adotada a estratégia de fileira, sendo apoiadas as unidades que utilizem matérias-primas regionais.

Consideram-se três categorias principais de produtos:

- Produtos tradicionais da região, que fazem parte da matriz cultural regional e fortemente procurados pela população e pelo setor turístico (vinho de mesa e licoroso, mel e rum de cana-de-açúcar e flores);
- Produtos de agricultura biológica com forte potencial de crescimento do consumo associado ao turismo de qualidade e de natureza;
- Frutos e hortícolas frescos e produtos de origem animal, que face ao caráter de insularidade, podem desempenhar um importante papel de abastecimento do mercado regional.

3.2.1. Fileira da Cana-de-açúcar (Ação 2.1)

3.2.1.1 Transformação (Sub ação 2.1.1)

Objetivos

Preservar a produção e transformação da cana-de-açúcar, destinada à produção de mel de cana e rum agrícola. São produtos tradicionais que, face às características e tipicidade do processo produtivo, se tornam muito caros e, conseqüentemente, pouco concorrenciais. Será admitida a transformação da cana-de-açúcar noutros produtos de modo a permitir a diversificação da produção e o fortalecimento do setor.

Recentemente a concorrência de produtos importados, de preço extremamente baixo e de qualidade muito inferior, com graves repercussões nos produtos tradicionais (bolo de mel de cana e rum agrícola) tem feito decrescer a procura exercendo forte descida dos preços, a ponto de ameaçar a viabilidade do setor da transformação e conseqüentemente a produção regional de cana.

Pretende-se, deste modo, preservar o setor da produção e transformação incrementando a sua competitividade no mercado.

Beneficiários

Beneficiarão do regime de ajudas as indústrias de transformação de cana-de-açúcar.

Regime de Ajuda

Será pago às unidades de transformação um montante de 160 EUR por ton. de cana entregue.

A ajuda é paga desde que tenha sido pago ao produtor de cana-de-açúcar um preço mínimo a determinar. O preço mínimo é aplicado a uma cana de qualidade sã, integra e comercializável, de teor sacarimétrico normal.

O preço de compra da cana será estabelecido anualmente por concertação entre o Governo Regional e organismos sectoriais (Indústrias e Produtores de Cana), bem como a tabela de bonificações e de reduções a aplicar sempre que o teor sacarimétrico da cana entregue seja diferente do teor sacarimétrico normal.

Compromissos

Para os **transformadores** – Devem produzir exclusivamente com base em matérias-primas regionais e segundo as tecnologias tradicionais da região.

Previsão das quantidades objeto de ajuda

Estima-se que anualmente a quantidade de cana-de-açúcar objeto de ajuda seja de 7.680 ton, o qual corresponderá uma dotação anual da ajuda de 1.228.800 EUR anuais.

3.2.1.2. Envelhecimento de Rum da Madeira (Sub ação 2.1.2)

Objetivos

Elevar a qualidade do Rum da Madeira, nomeadamente através do envelhecimento.

A ajuda destina-se a compensar os muito elevados custos de envelhecimento, nomeadamente as grandes quebras resultantes do envelhecimento em recipientes de madeira, que não são compensados pelo mercado face a runs novos.

Beneficiários

Produtores e outras entidades que adquiram e que pretendam proceder ao envelhecimento de lotes de Rum da Madeira armazenados numa mesma data em recipientes de madeira de carvalho e cujas instalações se situem no território da RAM.

Regime de Ajuda

A ajuda ao envelhecimento corresponderá a 0,25 € por hectolitro de rum expresso em álcool puro por dia de armazenamento, sendo paga relativamente às quantidades armazenadas em recipientes de madeira de carvalho durante um período contínuo de envelhecimento nunca inferior a três anos.

Compromissos

Os produtores e outras entidades que envelheçam Rum da Madeira deverão respeitar um período de envelhecimento com duração mínima de 3 anos.

Quantidade máxima por Campanha de Envelhecimento

A ajuda será concedida até ao máximo de 700 hectolitros de Rum da Madeira, expresso em álcool puro por campanha de envelhecimento.

Estima-se que a quantidade anual de Rum da Madeira objeto de ajuda por campanha de envelhecimento seja de 700 hectolitros, expressa em álcool puro, o que corresponde a uma dotação da ajuda para o ano de 2016 de 79.466,00 €.

O pagamento da ajuda, no âmbito de cada campanha, é efetuado anualmente sendo sempre referente ao envelhecimento ocorrido no ano civil anterior.

3.2.2. Fileira do Leite (Ação 2.2)

3.2.2.1. Transformação (Sub ação 2.2.1)

Objetivos

Promover a qualidade e a quantidade do leite de bovino fresco produzido da RAM com destino a produtos regionais de qualidade.

Refira-se que atualmente 2/3 da produção leiteira é destinada à produção de queijo fresco e requeijão, em algumas unidades especializadas de pequena dimensão.

A ajuda destina-se a compensar os muito elevados custos de recolha e transporte até às unidades de transformação existentes e, simultaneamente, estimular a produção local de leite que tem evidenciado pouca dinâmica, com reduções muito significativas dos efetivos produtores (3145 vacas em 1989, 907 em 1999, 331 em 2004 e 390 em 2009).

Beneficiários

- **Unidades de transformação** de leite em natureza. São consideradas elegíveis as unidades industriais ou artesanais, devidamente licenciadas para o efeito de acordo com o artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 854/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, que estabelece regras específicas de organização dos controlos oficiais de produtos de origem animal destinados ao consumo humano e ~~portadoras de Número de controlo veterinário emitido pela DGAV~~, que adquiram leite cru para ser utilizado na produção de leite de consumo ou de produtos lácteos.

Regime de Ajuda

A ajuda será paga às unidades de transformação, num montante de 200 EUR por ton de leite inteiro entregue.

A ajuda é paga desde que tenha sido pago ao produtor de leite um preço mínimo a determinar.

O preço mínimo de compra do leite será estabelecido anualmente por concertação entre o Governo Regional e os organismos sectoriais (Indústrias e Produtores de Leite).

Compromissos

As **unidades de transformação** comprometem-se a manter uma contabilidade, onde constem as quantidades de leite adquirido a cada produtor regional e as quantidades de produtos lácteos produzidos e comercializados.

Quantidade Máxima Anual

Estima-se que a quantidade anual de leite objeto de ajuda seja de 1000 toneladas, o que corresponde a uma dotação anual da ajuda estimada de 200.000 EUR.

3.2.2.2. Ajuda à vaca leiteira (Sub ação 2.2.2)

Objetivos

Atualmente, a produção de leite apesar de destinar-se essencialmente à indústria transformadora não é suficiente para satisfazer as necessidades deste setor em matéria-prima.

Pretende-se, com esta ajuda, incentivar a produção de leite quer para consumo em natureza, quer para transformação em produtos lácteos.

Beneficiários

Produtores de vacas leiteiras.

As informações inerentes à posse dos animais e que darão elegibilidade ao animal, serão fornecidos pela base de dados nacional referente à identificação e registo de animais (SNIRA).

Regime de Ajuda e Valor da Ajuda

Serão elegíveis as vacas leiteiras para as quais foi apresentado um pedido de ajuda e que produzam leite, em algum momento, no período considerado de 1 de janeiro a 31 de dezembro da campanha em causa.

No caso do animal ter beneficiado de ajuda à aquisição de bovinos reprodutores de raça pura fêmeas, no âmbito da subação 2.3.3 do MAPL, a ajuda à vaca leiteira não será concedida nesse ano.

A ajuda é de 200,00€ por vaca leiteira.

Compromissos

Ser produtor de acordo com a alínea c) do artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º1788/2003 do Conselho, de 29 de setembro;

Manter na sua exploração, durante um período de 6 meses, a contar da data de apresentação do pedido, o número de vacas leiteiras em relação ao qual apresentou um pedido de ajuda.

Previsão do número de animais objeto de ajuda

Estima-se que esta ajuda abranja 150 animais pelo que a dotação estimada é de 30.000 €.

3.2.3.Fileira da Carne (Ação 2.3)

3.2.3.1.Ajuda ao abate de bovinos (Sub ação 2.3.1)

Objetivos

Apoiar a manutenção de pequenos núcleos de produção em explorações familiares onde são elevadas as interdependências entre pecuária e agricultura, nomeadamente ao nível do aproveitamento dos subprodutos agrícolas e dos estrumes.

Melhorar a qualidade geral das carcaças abatidas na RAM.

A ajuda destina-se a compensar os muito elevados custos de produção motivados pela insularidade e a promover a melhoria da qualidade das carcaças produzidas regionalmente.

Destaque-se que nos 20 últimos anos o efetivo bovino diminuiu 47.5% e embora a dimensão média tenha crescido (situando-se, em 2009, em 6 animais/exploração) a grande maioria das explorações (85%) têm entre 1 e 4 cabeças.

Beneficiários

Produtores bovinos de carne que apresentem os animais nas unidades de abate (centros de abate);

As informações inerentes à posse dos animais, período de retenção, idades, e eventualmente pesos e categorias das carcaças bem como do abate, que darão elegibilidade ao animal, serão fornecidos pela base de dados nacional referente à identificação e registo de animais (SNIRA).

Serão elegíveis os animais:

a) Nascidos na RAM ou que, tendo sido adquiridos ao exterior, aí permaneçam na posse do produtor por um período mínimo de dois meses consecutivos cujo termo tenha tido lugar menos de um mês antes do abate. No caso de vitelos abatidos antes dos três meses de idade, o período de retenção é de um mês.

b) Nascidos na RAM ou que, tendo sido adquiridos ao exterior, sejam abatidos com idade ao abate entre 12 e 24 meses, para todas as classificações da carcaça com exceção da classificação P, segundo a escala de classificação do sistema EUROP, e que tenham permanecido por mais de 4 meses em explorações de pequena dimensão (até 10 Cabeças Normais (CN)) ou, em explorações com efetivos superiores desde que respeitem os limites definidos para a produção regional extensiva (2 CN/ha de superfície forrageira).

Regime de Ajuda e Valor da Ajuda

A) Animais com mais de 8 meses que tenham estado na posse do produtor por um período mínimo de 2 meses, o valor da ajuda é de **140€/animal**; Vitelos com mais de um mês e menos de 8 meses de idade e com um peso de carcaça inferior a 160 kg, que tenham estado na posse do produtor por um período mínimo de 2 meses, ou no caso de serem abatidos antes dos três meses de idade o período de retenção é de um mês – **50 €/animal**;

B) Animais com idade compreendida entre 12 e 24 meses, para todas as classificações da carcaça com exceção da Classificação P segundo a escala de classificação do sistema EUROP, que tenham permanecido nas explorações elegíveis por um período mínimo de 4 meses, a ajuda será de **200 €/animal**, sendo de **400€/animal** quando o animal for nascido na Região. Para animais produzidos de acordo com o modo de produção biológico, a ajuda será de 240 €/animal e de 480 €/animal, respetivamente.

As ajudas não são cumuláveis.

Compromissos

Os produtores de bovino deverão respeitar as regras das boas condições agrícolas e ambientais e as normas relativas à higiene e bem-estar animal.

Previsão do número de animais objeto de ajuda

Ajuda referida na alínea a):

A ajuda deverá abranger 2460 animais, pelo que a dotação máxima prevista será de 344,4 mil EUR.

Ajuda referida na alínea b):

A ajuda aos animais nascidos na RAM deverá abranger, 195 animais (dos quais 15 animais no âmbito da produção biológica), pelo que a dotação máxima prevista será de 79,2 mil EUR.

Para os animais não nascidos na RAM a ajuda deverá abranger, na maturidade do programa, 90 animais (dos quais 10 animais no âmbito da produção biológica), sendo a dotação máxima prevista de 18,4 mil EUR.

A dotação global estimada para esta ajuda é de 442 mil EUR.

3.2.3.2. Ajuda ao abate de suínos (Sub ação 2.3.2)

Objetivos

Promover o abate de suínos em centros de abate especializados melhorando as condições de higiene e segurança alimentar.

A ajuda destina-se a compensar os muito elevados custos de produção motivados pela insularidade e pela baixa escala de produção e, simultaneamente, estimular a produção local de carne de suíno que tem evidenciado pouca dinâmica.

Estima-se que poderão ser abrangidas 2500 explorações com suínos.

Beneficiários

Produtores de suínos que apresentem os animais nas unidades de abate (centros de abate) desde que estes tenham permanecido na sua exploração pelo período mínimo de 15 dias antes do abate.

As informações inerentes à posse dos animais, período de retenção e abate, que darão elegibilidade ao animal, serão fornecidos por um sistema de registos onde constam os elementos de identificação e de registo dos suínos conforme definido na Diretiva 2008/71/CE, nomeadamente o número de animais existentes na exploração e as deslocações dos animais com indicação, consoante o caso, da origem ou do destino dos animais e a respetiva data.

Regime de Ajuda e Valor da Ajuda

A ajuda será de 10 €/animal abatido nos centros de abate. Esta ajuda será majorada em 20% para animais produzidos segundo o modo de produção biológico.

Não será aplicado rateio aos primeiros 100 animais abatidos e candidatos à ajuda, por beneficiário.

Compromissos

Os produtores de suíno deverão respeitar as regras das Boas Condições Agrícolas e Ambientais e as normas relativas à higiene e bem-estar animal.

Previsão do número de animais objeto de ajuda

A ajuda deverá abranger 500 animais (dos quais 30 animais são produzidos no âmbito da produção biológica), pelo que a dotação máxima prevista será de 5,06 mil EUR.

3.2.3.3. Ajuda à Aquisição de Reprodutores (Sub ação 2.3.3)

Objetivos

Compensar os produtores regionais dos elevados custos associados à ultraperiféricidade para a aquisição de animais bovinos reprodutores de raça pura fêmeas, (código pautal 010291 a 010229) e pintos para multiplicação e reprodução (código pautal 010511).

Beneficiários

Empresas regionais que adquiram animais vivos, bovinos reprodutores de raça pura e pintos para multiplicação e reprodução.

Regime de Ajuda e Valor da Ajuda

A ajuda será gerida no quadro do regime específico de abastecimento (REA).

Os reprodutores de raça pura da espécie bovina, deverão manter-se em exploração, pelo menos, durante 12 meses contados a partir da data de entrada na RAM, exceto por motivos devidamente justificados.

A ajuda por tipo de animal e a estimativa de abastecimento é a seguinte:

Código Pautal	Designação	Estimativa do n.º de animais	Valor da ajuda
010291 a 010229	Bovinos reprodutores	36	327,00
010511	Pintos para multiplicação e reprodução	18.000	0,18

A dotação máxima prevista para esta ajuda é de 15,012 mil EUR.

3.2.4. Fileira do Vinho (Ação 2.4)

3.2.4.1. Produção (Sub ação 2.4.1)

Objetivos

Promover produção de uvas de qualidade destinadas à produção de vinho com indicação geográfica protegida (IGP) «Terras Madeirenses» e de vinhos com denominação de origem protegida (DOP) «Madeirense» ou «Madeira»;

Beneficiários

- **Produtores de uvas** que comercializem a sua produção para indústrias de transformação regionais e produtores engarrafadores;

Regime de Ajuda

A ajuda será paga em função da quantidade e variedade de uva produzida:

Produtor de Terrantez (Folgasão) – Produtor 1350 €/ ton

Produtor de Verdelho, Sercial, Malvasia Cândida, Malvasia-Cândida Roxa, Bastardo e Listrão – Produtor 1000 €/ ton

Produtor de Tinta Negra e Complexa – Produtor – 55 €/ ton

Produtor de outras Castas Autorizadas e Recomendadas – Produtor – 81 €/ ton

Compromissos

Os **produtores de uvas** deverão respeitar as regras das boas condições agrícolas e ambientais. A produção candidata a esta ajuda deve ser proveniente de parcelas de vinha plantadas exclusivamente com castas recomendadas ou autorizadas.

Os beneficiários devem ter registos e declarações de colheita e de produção em conformidade com os regulamentos CE.

Previsão das quantidades objeto de ajuda

Estima-se que a anualmente a quantidade de uva objeto de ajuda seja de 3,5mil toneladas, pelo que a dotação anual da ajuda será de 426 mil EUR.

3.2.4.2. Transformação (Subação 2.4.2)

Objetivos

Promover a qualidade e a apresentação dos produtos vínicos originários da Madeira.

A ajuda destina-se a compensar os muito elevados custos de transporte até às unidades de produção e a compensar os sobre custos de vinificação e engarrafamento motivados pela pequena dimensão da atividade e, principalmente, pela insularidade e ultraperiféricidade.

Beneficiários

- Entidades **compradoras e transformadoras** que produzam vinho com indicação geográfica protegida (IGP) «Terras Madeirenses» e vinhos com denominação de origem protegida (DOP) «Madeirense» ou «Madeira». São consideradas elegíveis as unidades devidamente licenciadas.

Regime de Ajuda

A ajuda será paga em função da quantidade de uva transformada.

Transformador – 50 €/ton

Compromissos

As entidades compradoras e transformadoras terão de se comprometer em manter uma contabilidade, onde constem as quantidades de uva adquirida a cada produtor regional e as quantidades de produtos víquicos produzidos.

As unidades de transformação terão de utilizar exclusivamente uvas originárias da RAM.

Os beneficiários devem ter registos e declarações de colheita e de produção em conformidade com os regulamentos CE.

Previsão das quantidades objeto de ajuda

Estima-se que a anualmente a quantidade de uva objeto de ajuda seja de 3,5 mil toneladas, pelo que a dotação anual da ajuda será 175 mil EUR.

3.2.4.3. Envelhecimento de vinhos com denominação de origem protegida (DOP) «Madeira» (Sub ação 2.4.3)

Objetivos

Elevar a qualidade dos vinhos com DOP «Madeira», nomeadamente através de um maior período de envelhecimento.

A ajuda destina-se a compensar os muito elevados custos de envelhecimento, uma vez que o mercado não permite ainda a obtenção de mais-valias face a vinhos que cumpram apenas o período de estágio obrigatório.

Beneficiários

Produtores e outras entidades que adquiram e que pretendam proceder ao envelhecimento de lotes de vinho com DOP «Madeira» armazenados numa mesma data e cujas instalações se situem no território da RAM.

Regime de Ajuda

A ajuda ao envelhecimento corresponderá a 0,05 € por hectolitro de vinho, por dia de armazenamento, sendo paga relativamente às quantidades armazenadas por um período contínuo de envelhecimento nunca inferior a cinco anos.

Compromissos

Os produtores e outras entidades que adquiram e que pretendam proceder ao envelhecimento de lotes de vinhos com DOP «Madeira» deverão respeitar um período de envelhecimento com duração mínima de 5 anos.

Os beneficiários devem ter registos e declarações de colheita e de produção em conformidade com os regulamentos CE e /ou comprovativos da aquisição.

Quantidade máxima por Campanha de Envelhecimento

A ajuda será concedida até ao máximo de 15 mil hectolitros de vinhos com DOP «Madeira», por campanha de envelhecimento.

Estima-se que a quantidade anual de vinho objeto de ajuda por campanha de envelhecimento seja de 15 mil hectolitros, o que corresponde a uma dotação da ajuda para 2016 de 1.196.452 EUR.

O pagamento da ajuda, no âmbito de cada campanha, é efetuado anualmente após o final de cada ano, sendo sempre referente ao envelhecimento ocorrido no ano civil anterior.

3.2.5. Fileira da Banana (Ação 2.5)

Objetivos

Garantir um rendimento mínimo aos produtores de banana da Madeira, assegurando a continuidade da cultura e a manutenção de uma produção comercializável.

Beneficiários

Produtores de banana que entreguem a sua produção para comercialização numa entidade com meios técnicos adequados para o acondicionamento e comercialização de banana, reconhecida pela Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais.

Regime de Ajuda

A ajuda será paga ao produtor de banana através da entidade que acondiciona e comercializa a banana, tendo por base a quantidade de banana entregue (peso líquido) com características mínimas para ser comercializável.

Compromissos

Os produtores devem efetuar a produção de acordo com as regras das boas condições agrícolas e ambientais.

As entidades que acondicionam e comercializam, deverão possuir um sistema de registos próprio com as quantidades entregues de cada produtor, bem como a superfície declarada por cada produtor, com identificação de parcelar.

Cálculo da Ajuda

A ajuda foi calculada tendo por base a área de 696 ha e uma produção de 18.000 toneladas.

Montante da Ajuda

O montante de ajuda será de 0,446 €/kg de banana.

Os produtores receberão um montante de ajuda no pró rata das quantidades entregues no limite do envelope financeiro.

Estima-se que o valor global da ajuda seja 8.028.000 EUR.

3.2.6. Apoio à transformação de produtos agropecuários originários da RAM (Ação 2.6)

Objetivos

Promover a sustentabilidade e a competitividade do setor agropecuário através do apoio à transformação agroindustrial de produtos vegetais e animais regionais.

Beneficiários

São beneficiários desta ajuda as indústrias de transformação de produtos vegetais e de produtos animais regionais.

Compromissos

As **unidades de transformação** comprometem-se a manter uma contabilidade, onde constem as quantidades de produto (vegetal ou animal) adquirido a cada produtor regional e as quantidades de produtos transformados e comercializados.

Regime de Ajuda e Valor da Ajuda

A ajuda será paga ao transformador que processe produtos regionais. São consideradas elegíveis as unidades devidamente licenciadas.

A ajuda será paga em função da quantidade de matéria-prima regional transformada:

- Produtos de 4.^a gama e Produtos hortofrutícolas transformados, excluindo a banana e o Aloé Vera – 100 €/ton
- Bebidas, com exclusão do vinho e do Rum da Madeira -100 €/ton
- Produtos transformados de banana ou de Aloé Vera – 50 €/ton
- Produtos animais transformados – 100 €/ton

Previsão das quantidades objeto de ajuda

- Produtos de 4.^a gama e Produtos hortofrutícolas transformados, excluindo a banana e o Aloé Vera – 700 ton
- Bebidas, com exclusão do vinho e do Rum da Madeira - 100 ton
- Produtos transformados de banana ou de Aloé Vera – 700 ton
- Produtos animais transformados – 350 ton

A dotação estimada para esta ajuda é de 25.000 €.

3.3. Apoio à colocação no mercado de certos produtos da RAM (Medida 3)

3.3.1. Apoio à expedição de certos produtos originários da RAM (Ação 3.1)

Objetivos

Incentivar a produção e a comercialização, numa ótica de fileira de produtos da Região Autónoma da Madeira que, pelas suas características, são considerados importantes para a estratégia global da Região.

Com este grupo de ações pretende-se fomentar a produção para o mercado externo dos produtos que mais projetam a imagem da RAM, melhorando a qualidade, produtividade e a competitividade dessas produções.

No que respeita às bebidas espirituosas, esta ajuda visa dinamizar este setor aumentando a sua competitividade no exterior. Os elevados custos de produção e de distribuição associados às limitações resultantes da condição de região ultraperiférica têm-se traduzido numa expedição muito reduzida destas bebidas para fora da RAM.

Regime Base de Funcionamento

Pagamento das ajudas através das entidades que efetuarem a expedição de produtos exclusivamente originários da Madeira. É ainda de salientar que a ajuda se destinará ao setor dos vinhos com DOP «Madeira», bebidas espirituosas, frutos temperados e subtropicais (com exceção da banana), hortícolas, cana-de-açúcar e produção de flores, consideradas como os que apresentam áreas mais sensíveis e com alguma capacidade exportadora.

Beneficiários

Entidades que efetuem expedições com produtos originários exclusivamente da RAM.

As entidades que se dediquem à expedição de produtos agrícolas e agroindustriais exclusivamente originários da Madeira, abrangendo os vinhos com DOP «Madeira», vinho com DOP «Madeirense», vinho com IGP «Terras Madeirenses», as bebidas espirituosas,

os frutos (com exceção da banana), os hortícolas, cana-de-açúcar, as flores, folhagens, e as plantas vivas.

Regime de Ajuda

A ajuda deverá compensar os custos de comercialização acrescidos resultantes da ultraperifericidade da RAM, tendo como limite o valor de 10% do valor da produção comercializada.

O montante da ajuda será elevado para 13% do valor da produção comercializada no caso em que os beneficiários sediados na Região Autónoma da Madeira sejam uma associação, união ou organização de produtores.

Os pagamentos serão efetuados *à posteriori* mediante a apresentação das faturas - recibo de venda, e documentos específicos de transporte ou conhecimento marítimo.

Compromissos

Comercializar os produtos objeto de ajuda exclusivamente dentro do espaço comunitário.

Expedir exclusivamente produtos originários da RAM com indicação da sua origem.

Quantidade Máxima Anual

- Vinhos com DOP «Madeira», vinho com DOP «Madeirense», vinho com IGP «Terras Madeirenses»: 2.4 milhões de litros/ano;
- Bebidas espirituosas: 200 mil litros/ano;
- Flores cortadas e folhagem: 5.000.000 unidades/ano;
- Estacas e outras plantas vivas: 7.000.000 unidades/ano;
- Hortofrutícolas frescos: 1.500 toneladas/ano;
- Cana-de-açúcar (NC 1212 99 20): 100 toneladas/ano.
- Mel-de-cana da Madeira (NC 17011190): 1 tonelada/ano;

- Bolo de mel-de-cana da Madeira: 1 tonelada/ano
- Broas de mel-de-cana da Madeira: 0,7 tonelada/ano

A dotação máxima prevista para esta ação é de 770.000,00 €.

3.3.2. Apoio à comercialização de certos produtos originários da RAM, no mercado local (Ação 3.2)

Objetivos

Incentivar a produção e a comercialização, numa ótica de fileira de produtos da Região Autónoma da Madeira que, pelas suas características, são considerados importantes para a estratégia global da Região.

Reforçar a competitividade da produção local face à crescente concorrência externa, motivada principalmente pelas alterações dos circuitos de distribuição que incutiram novos hábitos aos consumidores e alteraram a estrutura de abastecimento regional.

O apoio à comercialização dos produtos biológicos complementar as ajudas à agricultura biológica no âmbito das Medidas Agroambientais.

Pretende-se deste modo:

- Incrementar a produção para o mercado da Região, o setor dos vinhos com DOP «Madeirense» e IGP «Terras Madeirenses», incluindo a agroindústria de produtos frescos FHF de qualidade (frutos, com exceção da banana, hortícolas, raízes e tubérculos comestíveis; flores e plantas vivas);
- Aumentar a qualidade comercial dos produtos locais, melhorando nomeadamente a sua apresentação, embalagem, rotulagem, e condições de rastreabilidade, assim como os níveis de garantia da sua segurança alimentar, tornando-os mais concorrenciais com os produtos equivalentes do exterior da Região;
- Fomentar uma melhor orientação dos produtores para os modelos modernos de distribuição de FHF;

- Aumentar a competitividade da produção local biológica.

Beneficiários

Os produtores individuais ou agrupados que se dediquem à produção de FHF e que coloquem os seus produtos no mercado local.

As entidades que se dediquem à produção e comercialização de vinhos com DOP «Madeirense» e/ou de vinhos com IGP «Terras Madeirenses» e que os coloquem no mercado local.

Regime de Ajuda

1. FHF:

O apoio será concedido por unidade de produto comercializado, cabendo uma majoração de 20% para os produtos biológicos.

O apoio será concedido em função dos sobrecustos estimados à adequada preparação comercial ou processamento de produtos frutícolas com exceção da banana e da uva destinada à produção de vinho, produtos hortícolas, excluindo a cana-de-açúcar, flores, folhagens e plantas vivas.

2. Vinhos com DOP «Madeirense» ou IGP «Terras Madeirenses»:

Dada a pequena dimensão do mercado, a grande distância em relação ao território continental, a escassez de recursos, o relevo e clima difícil e a grande dependência externa, que se traduzem em elevados custos de produção, de transporte, de armazenagem e de distribuição, agravados pelo facto de haver uma grande concorrência de outros vinhos provenientes do exterior com custos de produção mais baixos, verifica-se que a acumulação de todos estes fatores têm sido determinante para uma fraca competitividade e baixa expectativa de crescimento, constatando-se um diferencial cada vez mais significativo entre a produção e a comercialização.

A ajuda deverá compensar os custos acrescidos resultantes da ultraperiféricidade da RAM.

Compromissos

1. FHF:

Os produtores deverão respeitar, entre outras, as regras da condicionalidade.

Os produtores de produtos biológicos, deverão respeitar as regras do modo de produção biológico e apresentar os seus produtos em conformidade com as normas comuns fixadas.

As unidades que processam produtos biológicos, deverão estar reconhecidas.

2. Vinhos com DOP «Madeirense» ou IGP «Terras Madeirenses»:

Comercializar os vinhos objeto desta ajuda, exclusivamente no mercado local.

Previsão do valor da ajuda

1. FHF:

Os níveis de ajuda a conceder são os apresentados no quadro seguinte:

GRUPO	UNIDADE	VALOR DA AJUDA	
		Convencional	Biológico
FLORES, FOLHAGENS E PLANTAS VIVAS	EUR / 1000 UNIDADES	116,0	139,2
FRUTAS E PRODUTOS HORTÍCOLAS	EUR / TONELADA		

Estima-se que o valor de ajuda para os FHF seja de 700.000 €.

2. Vinhos com DOP «Madeirense» ou IGP «Terras Madeirenses»:

A ajuda a conceder é de 0,65 €/litro de vinho comercializado. Estima-se que as quantidades objeto de ajuda sejam de 153 mil litros por ano, e que o valor da ajuda respeitante à comercialização no mercado local de Vinhos com DOP «Madeirense» ou IGP «Terras Madeirenses» seja de 100.000€.

Estima-se que o valor global de ajuda seja de 800.000 €.

4. Calendário de aplicação e quadro financeiro indicativo

As medidas propostas são aplicáveis a partir da data de aprovação do presente projeto de Programa, por parte da Comissão Europeia.

O quadro financeiro global dos recursos máximos anuais a mobilizar, é o seguinte.

Ajuda	Montante (EUR)
Medida 1	5.211.210
Medida 2	11.850.790
Medida 3	1.570.000
Total	18.632.000

Conforme previsto no projeto de regulamento que estabelece as normas de execução do Reg. (UE) 228/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, pode ser alterado, no máximo em 20%, para mais ou para menos, a dotação financeira de cada medida.

Se para uma dada medida, e após a eventual aplicação da regra estabelecida no parágrafo anterior, o número total de pedidos exceder o montante disponível, tal facto dará origem a uma redução proporcional aplicável a todos os requerentes, com exceção das ajudas ao envelhecimento do Rum da Madeira (Sub ação 2.1.2) e dos vinhos com DOP «Madeira» (Sub ação 2.4.3) e da ajuda ao abate de suínos (Sub ação 2.3.2) em que não será aplicado rateio aos primeiros 100 animais abatidos e candidatos à ajuda, por beneficiário.

No âmbito da sub ação 2.1.2 quando a dotação anual a pagar ultrapassar a dotação máxima de 117.000 €, será dada prioridade na campanha de envelhecimento que se inicia e nas candidaturas propostas aos runs das colheitas mais recentes até ao esgotamento dessa dotação anual.

Para a sub ação 2.4.3 quando as candidaturas propostas numa dada campanha de envelhecimento ultrapassarem a quantidade máxima de 15 mil hectolitros, será dada

prioridade aos vinhos com DOP «Madeira» das colheitas mais recentes até ao esgotamento dessa quantidade máxima.

No âmbito da aplicação eventual da disciplina orçamental, e igualmente a fim de respeitar os prazos de pagamento, as ações do tipo “pagamento direto” são as que constam do quadro abaixo:

Medida/Ação do Programa	Pagamentos Diretos
Medida 1 – Apoio Base aos Agricultores Madeirenses	X
Medida 2 – Apoio à produção das fileiras agropecuárias da RAM	
Ação 2.1 – Fileira da cana-de-açúcar	
Sub ação 2.1.1 - Transformação	
Sub ação 2.1.2 – Envelhecimento de Rum da Madeira	
Ação 2.2 – Fileira do leite	
Sub ação 2.2.1 - Transformação	
Sub ação 2.2.2 – Ajuda à vaca leiteira	X
Ação 2.3 – Fileira da carne	
Sub ação 2.3.1 – Ajuda ao abate de bovinos	X
Sub ação 2.3.2 – Ajuda ao abate de suínos	X
Sub ação 2.3.3 – Ajuda à aquisição de reprodutores	
Ação 2.4 – Fileira do vinho	
Sub ação 2.4.1 – Produção	X
Sub ação 2.4.2 – Transformação	
Sub ação 2.4.3 – Envelhecimento de vinhos com DOP «Madeira»	
Ação 2.5 – Fileira da banana	X
Ação 2.6 – Apoio à transformação de produtos agropecuários originários da RAM	
Medida 3 – Apoio à colocação no mercado, de certos produtos da RAM	
Ação 3.1. – Apoio à expedição de certos produtos originários da RAM	
Ação 3.2. – Apoio à comercialização de certos produtos originários da RAM, no mercado local	

5.Compatibilidade e consistência das medidas

(entre si, e com as restantes medidas, de Desenvolvimento Rural e OCMs)

A análise das medidas propostas na ótica da sua relação com outras medidas previstas, ou em vigor, de modo a evitar-se a sua eventual sobreposição e a clarificar-se a consistência global do conjunto das medidas propostas relativamente aos objetivos do POSEIMA, não pode deixar de considerar:

- a dimensão económica de cada medida em termos da sua repercussão sobre as explorações agrícolas da Madeira;
- os seus efeitos sobre o funcionamento do mercado;
- os seus efeitos sobre os dispositivos de controlo.

Por outro lado, as medidas deste programa não se sobrepõem às que foram implementadas no contexto do desenvolvimento rural no âmbito do programa PRODERAM 2014-2020, mas são medidas complementares, pelo que as autoridades tomarão todas as medidas necessárias para evitar o risco de duplo financiamento.

5.1. Apoio base aos agricultores madeirenses (ajuda transversal)

A ajuda transversal apesar da semelhança com outras ajudas como a IC's, são diferentes, embora complementares.

Elas não se sobrepõem, elas completam-se e não existe o risco de duplo financiamento.

De facto, elas têm objetivos diferentes e critérios de acesso diferentes, ainda que ambas sejam destinadas a apoiar os rendimentos dos agricultores microfunditários da Madeira.

A ajuda transversal é independente da SAU, ainda que se destine a dois escalões de SAU, que determinam exigências de mão-de-obra completamente diferentes.

A “ajuda transversal” aplica-se a todas as culturas e atividades agrícolas.

A ajuda transversal propõe alargar, justamente, o apoio a todas as culturas praticadas na Região, aproveitando uma oportunidade soberana de simplificar brutalmente os processos

envolvidos, reduzindo, a uma única medida, os apoios destinados a compensar os sobrecustos da produção local Regional devidos à ultraperificidade.

Esse alargamento, traduz-se numa grande simplificação administrativa, e revela-se indispensável, uma vez que a medida, para além de compensar os enormes sobrecustos e aumentar os rendimentos dos produtores, visa, igualmente, combater o abandono e, por essa via, combater a descaraterização da paisagem madeirense que garante à região um interesse turístico impar, indispensável à sua economia.

O elemento mais crítico da agricultura madeirense, que por falta de familiaridade com a realidade da região é bastante desconhecido no resto da Europa, é a limitadíssima dimensão média das suas explorações agrícolas (0,4 ha por exploração) a que se adiciona uma repartição em parcelas de terreno cuja dimensão não tem equivalência, nem mesmo nas restantes regiões ultraperiféricas.

Foi, aliás, a insuficiência dos instrumentos já disponíveis no acervo jurídico da PAC que determinou o estabelecimento de medidas específicas no domínio agrícola a favor das regiões ultraperiféricas, quer através de novas medidas, quer majorando prémios e ajudas já existentes.

Além das dificuldades naturais em zonas de montanha – cujas desvantagens deverão ser compensadas com pagamentos específicos suportados pelo FEADER - as regiões ultraperiféricas, apresentam significativos sobrecustos resultantes da particularidade sua posição geográfica.

Finalmente, julga-se que não existe risco de duplo financiamento ou que o mesmo apresenta um risco negligenciável.

5.2. Apoio à produção das fileiras agropecuárias da RAM (fileiras)

Tendo em conta os objetivos e a formulação das medidas propostas, não se preveem sobreposições, nem incompatibilidades, com as medidas previstas no âmbito das OCMs. Trata-se de um conjunto de medidas que visam claramente o apoio às produções (fileiras) locais mas também melhorar a sua qualidade:

- no caso da cana-de-açúcar, o produto final, mel-de-cana e aguardente, não conflitua com a OCM do açúcar; no caso do leite e da carne, a ajuda visa fazer face aos muitos elevados custos de recolha e de transporte de leite e à dificuldades em manter uma produção de carne com um mínimo de viabilidade na Região;
- no caso do vinho, a qualidade é o primeiro objetivo visado, sendo que as ajudas são absolutamente necessárias para fazer face aos elevadíssimos custos de produção e de vinificação na Região;
- no caso da fileira da banana, face à publicação do Regulamento (CE) n.º 2013/2006 do Conselho de 19 de dezembro de 2006, que revogou os títulos II e III do Regulamento (CEE) n.º 404/93, deixou de existir ao abrigo da OCM banana regime de apoio aos produtores, pelo que não existem na ação agora proposta sobreposições ou incompatibilidades com as medidas previstas na OCM.

5.3. Apoio à colocação no mercado, de certos produtos da RAM

Tratando-se de expedição de produtos exclusivamente originários da RAM e visando a ajuda a compensação dos sobrecustos de transporte, não se prevê qualquer incompatibilidade ou sobreposição com outras medidas.

No caso do apoio à comercialização de frutas, hortícolas, flores e produtos biológicos no mercado da RAM, a qualidade e o fomento da sua venda no mercado em boas condições de apresentação, são os objetivos principais. Para a comercialização dos vinhos com DOP «Madeirense» e IGP «Terras Madeirenses», pretende-se compensar os sobrecustos associados ao transporte dos materiais necessários ao engarrafamento, que têm que ser adquiridos no exterior da RAM.

5.4. Análise global

No conjunto, as três medidas propostas constituem uma grande simplificação no âmbito da componente de apoio às produções locais do POSEIMA. São mais controláveis, mais

claras e mais compreensíveis em termos dos objetivos visados. Constituirão um apoio não negligenciável à economia da produção na RAM.

Finalmente, não haverá sobreposições entre as medidas, o que facilitando o seu funcionamento as tornará mais eficazes face aos seus objetivos específicos.

6. Disposições adotadas para assegurar uma aplicação eficaz

Tendo em conta o número de agricultores madeirenses, potenciais beneficiários das medidas propostas (atualmente entre 10.000 e 12.000), consideram-se ainda as seguintes ações:

- **Divulgação**

Preparação de uma brochura contendo todas as disposições práticas para as candidaturas, a divulgar através das associações de agricultores, Casas do Povo e das Juntas de Freguesia.

Preparação de um *spot* publicitário a ser divulgado nos meios de comunicação social locais (televisão, rádio e imprensa escrita).

Realização de sessões de apresentação das medidas nas Casas do Povo e Juntas de Freguesia da Madeira.

- **Controlo**

- **Princípios gerais**

O controlo será administrativo e no local.

O controlo administrativo será exaustivo e incluirá cruzamentos de informações, nomeadamente com os dados do sistema integrado de gestão e de controlo previsto no capítulo II do Regulamento (UE) n.º 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro.

Com base numa análise de riscos as autoridades competentes efetuarão ações de controlo no local, por amostragem, em relação a, pelo menos, 5 % dos pedidos de ajuda. A amostra deve representar também, no mínimo, 5 % das quantidades objeto da ajuda.

Será utilizado o sistema integrado de gestão e de controlo em todos os casos adequados.

- **Controlo no local**

Desde que o seu objetivo não fique comprometido, os controlos in loco podem ser objeto de aviso prévio. O aviso prévio é dado com a antecedência estritamente necessária, que não pode exceder 14 dias. Contudo, para controlos in loco relativos a pedidos de ajuda «animais», o aviso prévio, exceto em casos devidamente justificados, não pode exceder 48 horas.

Se for caso disso, o controlo no local será combinado com outras ações de controlo previstas nas disposições comunitárias.

Se um agricultor ou seu representante impedir uma ação de controlo no local, o pedido ou pedidos de ajuda em causa serão rejeitados.

- **Seleção dos agricultores a submeter a ações de controlo no local**

Os agricultores a submeter a ações de controlo no local serão seleccionados pela autoridade competente com base numa análise de riscos e na representatividade dos pedidos de ajuda apresentados. A análise de riscos terá em conta:

- a) O montante das ajudas;
- b) O número de parcelas agrícolas, a superfície e o número de animais objeto dos pedidos de ajuda ou a quantidade produzida, transportada, transformada ou comercializada;
- c) A evolução em relação ao ano anterior;

- d) O resultado das ações de controlo efetuadas nos anos anteriores;
- e) Outros fatores, a definir pelos Estados-Membros.

Para garantir representatividade, serão selecionados aleatoriamente entre 20% e 25% do número mínimo de agricultores a submeter ao controlo no local.

A autoridade competente conservará registos das razões da seleção de cada agricultor para o controlo no local. O(s) controlador(es) que efetuar(em) a ação de controlo no local será(ão) devidamente informado(s) dessas razões antes de lhe dar início.

- **Relatório de Controlo**

Cada ação de controlo no local será objeto de um relatório, que precisará os vários elementos da ação. Esse relatório indicará, nomeadamente:

- a) Os regimes de ajuda e os pedidos sujeitos a controlo;
- b) As pessoas presentes;
- c) As parcelas agrícolas sujeitas a controlo, as parcelas agrícolas medidas, os resultados das medições, por parcela agrícola medida, e os métodos de medição utilizados;
- d) O número determinado de animais de cada espécie e, se for caso disso, os números das marcas auriculares, as inscrições no registo e na base de dados informatizada dos bovinos e os documentos comprovativos verificados, os resultados do controlo e, se for caso disso, observações específicas relativas a determinados animais ou ao seu código de identificação;
- e) A quantidade produzida, transportada, transformada ou comercializada sujeita a controlo;
- f) Se a visita foi anunciada ao agricultor e, em caso afirmativo, a antecedência dessa informação;
- g) Outras ações de controlo realizadas.

O agricultor ou seu representante terá a possibilidade de assinar o relatório, a fim de atestar a sua presença na ação de controlo e de acrescentar observações. Se forem detetadas irregularidades, o agricultor receberá uma cópia do relatório de controlo.

- **Reduções e exclusões, pagamentos indevidos**

Ajuda “Apoio Base aos Agricultores Madeirenses”

Base de cálculo no que diz respeito às superfícies declaradas

Quando se verificar que a superfície determinada é superior à declarada no pedido de ajudas, será utilizada, para cálculo da ajuda, a superfície declarada.

Sem prejuízo das reduções e exclusões, quando se verificar que a superfície declarada no pedido de ajuda é superior à determinada, a ajuda será calculada com base na superfície determinada.

- **Reduções e exclusões nos casos de sobre declaração**

Quaisquer reduções ou exclusões a aplicar nos casos de sobre declaração da superfície serão calculadas nos termos do artigo 19.º do Regulamento (Delegado (UE) n.º 640/2014 da Comissão, de 11 de março).

As penalizações respeitantes a diferenças entre áreas declaradas e verificadas só devem ser aplicadas se um produtor beneficiasse de um pagamento mais elevado, caso a diferença não tivesse sido detetada.

Exceto em casos de força maior e circunstâncias excecionais, a apresentação de um pedido de ajuda após a data limite fixada pelas autoridades competentes dará origem a uma redução, de 1 % por dia útil, do montante a que o agricultor teria direito se o pedido tivesse sido apresentado atempadamente. Se o atraso for superior a 25 dias, o pedido não será admissível.

- **Controlos**

Ajuda “Apoio à produção das fileiras agropecuárias da RAM”

Ação 2.1 – Fileira da Cana-de-açúcar

Verificação das quantidades candidatas.

Verificação das provas de compra da cana-de-açúcar.

Verificação da transformação da cana em rum agrícola ou mel-de-cana.

Verificação das quantidades armazenadas (sub ação 2.1.2).

Ação 2.2 – Fileira do Leite

Verificação das quantidades candidatas.

Verificação das provas de compra do leite.

Verificação das quantidades transformadas.

Verificação das condições de acesso (sub ação 2.2.2)

Ação 2.3 – Fileira Carne

Verificação da origem do animal (subação 2.3.1 e 2.3.3)

Verificação das condições de acesso.

Verificação da qualidade da carcaça (subação 2.3.1)

Ação 2.4 – Fileira Vinho

Verificação das quantidades candidatas.

Verificação das provas de compra das uvas.

Verificação das quantidades transformadas.

Verificação das quantidades armazenadas (sub ação 2.4.3).

Ação 2.5 – Fileira da Banana

O controlo será administrativo e no local.

O controlo administrativo será exaustivo e incluirá cruzamentos de informações.

Com base numa análise de riscos, as autoridades competentes efetuarão ações de controlo no local, por amostragem, em relação a, pelo menos, 5 % dos pedidos de ajuda. A amostra deve representar também, no mínimo, 5 % das quantidades objeto da ajuda e de produtores.

Ação 2.6 - Apoio à transformação de produtos agropecuários originários da RAM

Verificação das quantidades candidatas.

Verificação das provas de compra dos produtos agropecuários.

Verificação das quantidades transformadas.

Ajuda “Apoio à Colocação no Mercado de certos Produtos da RAM”

Ação 3.1. - Apoio à Expedição de certos produtos originários da RAM

Ação 3.2. – Apoio à Comercialização de certos produtos originários da RAM no mercado local

Verificação do processo de comercialização através do controlo administrativo/documental exaustivo dos contratos (caso existam) ou declarações de produções e pedidos de pagamento.

Controlo contabilístico no local.

Verificação das quantidades objeto de ajuda e do destino dos produtos.

Verificação dos requisitos para que o produto possa ser considerado como produzido no modo de produção biológico, independentemente do estágio de conversão.

- **Diferença entre a ajuda solicitada e a ajuda devida (caso haja adiantamentos)**

Sempre que se verifique que a ajuda solicitada no âmbito da medida de “Apoio à produção das fileiras agropecuárias da RAM” é superior ao montante devido, proceder-se-á à redução do montante de ajuda devido da seguinte forma:

- Se a diferença for inferior ou igual a 20%, a redução será igual à diferença. Caso a ajuda já tiver sido paga ao beneficiário, este reembolsará a diferença majorada da taxa de juro aplicável no âmbito das recuperações a título de disposições nacionais.
- Se a diferença for superior a 20% e igual ou inferior a 30%, o beneficiário será penalizado no dobro da diferença constatada. Caso a ajuda já tiver sido paga ao beneficiário, este reembolsará o dobro da diferença majorada da taxa de juro aplicável no âmbito das recuperações a título de disposições nacionais.
- Se a diferença for superior a 30% o beneficiário perderá o direito à ajuda.

- **Não transformação das quantidades entregues objeto de ajuda**

Se uma unidade de transformação não proceder à transformação da totalidade da quantidade adquirida e objeto de ajuda, será penalizado no montante igual ao dobro do montante unitário da ajuda multiplicado pela quantidade de matéria-prima não transformada em causa.

- **Irregularidades no Sistema de Identificação Animal**

Um bovino que tenha perdido uma das duas marcas auriculares será considerado como determinado/verificado, se estiver clara e individualmente identificado pelos outros elementos de identificação.

Sempre que as irregularidades detetadas estejam relacionadas com inscrições incorretas no registo de existências e deslocações, ou nos passaportes dos animais, o animal em

causa só será considerado não verificado se tais erros forem detetados em, pelo menos, dois controlos num período de 24 meses.

Em todos os outros casos, os animais em causa serão considerados não verificados logo depois da primeira deteção de irregularidades.

- **Exceções à aplicação de reduções e exclusões**

As reduções e exclusões referidas não são aplicáveis se o beneficiário tiver apresentado informações factualmente corretas ou puder provar, de qualquer outro modo, que não se encontra em falta.

As reduções e exclusões não serão aplicáveis às partes do pedido de ajuda relativamente às quais o beneficiário comunicar, por escrito, à autoridade competente que contém incorreções ou se tornaram incorretas depois da apresentação do pedido, desde que a autoridade competente não tenha informado o beneficiário da sua intenção de efetuar uma ação de controlo no local, nem o tenha já informado da existência de irregularidades no pedido.

O pedido de ajuda será alterado com base nas informações transmitidas pelo beneficiário em conformidade com o primeiro parágrafo, de modo a refletir a realidade.

- **Recuperação de pagamentos indevidos, penalização**

1. Em caso de pagamento indevido, aplicar-se-á o artigo 7.º do Regulamento de execução (UE) n.º 809/2014, da Comissão.

2. Se o pagamento indevido resultar de falsas declarações, de documentos falsos ou de negligência grave do beneficiário, será igualmente aplicada uma penalização igual ao montante indevidamente pago, acrescido de um juro calculado em conformidade com o n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento de execução (UE) n.º 809/2014, da Comissão.

- **Força maior e circunstâncias excecionais**

Os casos de força maior e as circunstâncias excecionais, na aceção do n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento (UE) n.º 1306/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho,

serão comunicados à autoridade competente, em conformidade com o n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento Delegado (UE) n.º 640/2014 da Comissão.

- **Acompanhamento**

Será criada uma Comissão Mista de Acompanhamento com três secções especializadas, uma para cada grupo de medidas. Integrarão a Comissão a Direção Regional de Agricultura (DRA), o Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, I. P. (IVBAM), o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP) e os representantes das Associações de agricultores da Madeira. A Comissão Mista de Acompanhamento será apoiada administrativamente pela DRA e reunirá, em princípio e no primeiro ano, de 3 em 3 meses com os seguintes objetivos:

- Avaliar a execução e implementação das medidas;
- Propor eventuais ajustamentos por forma a torná-las mais eficazes;
- Verificar a compatibilidade da sua evolução com o quadro financeiro disponível.

- **Avaliação**

A avaliação do POSEIMA será feita intercaladamente, durante o segundo semestre de 2009 e no fim do período de programação dos fundos estruturais em 2013 por uma equipa de avaliadores independentes. Além da avaliação da realização física e financeira do Programa, tendo por referência os objetivos quantificados mencionados anteriormente (vd. Cap. 3, 3.3), a avaliação deverá incluir um inquérito aos agricultores beneficiários das medidas, realizado com base numa amostra representativa. Nesse inquérito, averiguar-se-á a eficácia das medidas, da forma como as mesmas são percecionadas e do grau de satisfação dos agricultores.

A lista de indicadores a utilizar na avaliação é a seguinte:

Lista de indicadores					
Medida	Ação	Indicador	Situação de partida	Meta5 anos)	
Medida 1 - Apoio Base aos Agricultores Madeirenses	Única	N.º de agricultores apoiados pelo Poseima	6000 (2005)	11.500	
		Superfície Agrícola Útil	5100 ha (2003)	Manutenção	
Medida 2 - Apoio à Produção das Fileiras Agropecuárias da RAM	Ação 2.1 - Fileira Cana-de-açúcar	Produção de cana entregue na fábrica	4064 ton (2005)	6500 ton	
		Quantidade de rum sujeito a envelhecimento nunca inferior a 3 anos por campanha de envelhecimento		1000 hl em a.a. (*)	
	Ação 2.2 - Fileira do Leite	N.º de Bovinos de Leite	331 (2004)	400	
		Leite entregue nas unidades industriais	900 ton	1200 ton	
	Ação 2.3 - Fileira da Carne	N.º animais reprodutores	600	800	
		N.º de abates de animais nascidos na RAM	600	800	
		N.º de abates de animais criados na RAM	2500	2000	
		Evolução da qualidade das carcaças	Incrementar a % classificação mínima de R	25%	
	Ação 2.4 - Fileira do Vinho	Aumento da área de vinhas de verdejo, malvasia, cândida, sercial e terrantez	43 ha	15%	
		Quantidade de vinho sujeito a envelhecimento nunca inferior a 5 anos por campanha de envelhecimento	5,7 mil hl (2006-2011)	12000 hl (**)	
	Ação 2.5 - Fileira da Banana	Volume de banana entregue para comercialização	18.000 ton	Manutenção	
	Ação 2.6 – Apoio à transformação de produtos agropecuários originários da RAM	Quantidade de produtos agropecuários regionais, transformados	-	2 000 ton	
			Quantidade colocada fora da RAM de Vinho DOP "Madeira"	20.000 hl	

Medida 3 - Apoio à Colocação no Mercado de certos Produtos da RAM	Ação 3.1 - Apoio à Expedição de certos Produtos Originários da RAM	Quantidade colocada fora da RAM de bebidas espirituosas	-	
		Flores cortadas e Folhagem		3.000.000 un/ano
		Estacas e outras plantas vivas		5.000.000 un/ano
		Horto frutícolas frescos		1.500 ton/ano
		Cana-de-açúcar		20 ton/ano
	Ação 3.2 - Apoio à Comercialização de certos produtos originários da RAM, no mercado local	Quantidade comercializada Frutas e Hortícolas Categ. A (ton)	91	4000
		Quantidade Comercializada Frutas e Hortícolas Categ. B (ton)	1227	2500
		N.º de Flores	3.220.000	Manutenção
		Percentagem de Produtos Biológicos comercializados com apoio, face ao total de Produtos comercializados		5%
		Quantidade comercializada de Vinho com DOP «Madeirense» e IGP «Terras Madeirenses»	-	1.500 hl

(*) Poderão estar a decorrer simultaneamente 3 campanhas de envelhecimento pagas anualmente à razão de 1/3.

(**) Poderão estar a decorrer simultaneamente 5 campanhas de envelhecimento pagas anualmente à razão de 1/5.

7. Autoridades competentes

O subsistema de gestão controlo e acompanhamento do APL será da responsabilidade da Direção Regional de Agricultura da Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, o qual associará à gestão das medidas do setor do vinho e da cana sacarina o Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira.

O Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas será a entidade responsável pelo pagamento das ajudas no âmbito do programa, o qual assumirá igualmente a coordenação nos procedimentos de controlo pré e pós pagamento.

O relacionamento entre as autoridades de gestão e de pagamento será regulado através de protocolo.

CONSULTAS E PARCERIAS

Na preparação do programa assumiu-se como processo de trabalho a participação organizada de várias entidades da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais e um processo de informação e debate junto dos parceiros do setor, que se processou através da participação em reuniões.

A formulação do programa APL, tal como apresentado, teve por base a experiência acumulada nos últimos anos na execução do atual POSEIMA e uma análise profunda da situação do setor. Para esta análise foi decisivo o contributo das associações de agricultores, que evidenciaram também a necessidade reorientar a arquitetura dos apoios, focando-os mais na realidade específica regional. Esta filosofia impôs uma rutura com a linha vigente, introduzindo uma perspetiva de “fileira”, procurando igualmente uma clarificação e simplificação dos apoios a conceder.

PARTE C

INDICADORES DE AVALIAÇÃO DO SUB-PROGRAMA POSEI PARA A RAM

INDICADORES DE AVALIAÇÃO DO SUB-PROGRAMA POSEI PARA A RAM

Com o objetivo de permitir à COM assegurar uma avaliação homogénea e regular do regime, as autoridades portuguesas utilizarão o conjunto de indicadores definidos pelos serviços da DG AGRI na avaliação da eficácia dos programas POSEI abaixo identificados, cujos resultados serão integrados nos relatórios anuais de execução que os Estados Membros apresentam à Comissão até 31 de julho do ano seguinte, em conformidade com n.º 2 do artigo 32.º do Regulamento (UE) n.º 228/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março.

REGIME ESPECÍFICO DE ABASTECIMENTO (REA)

INDICADOR 1

OBJETIVO: Garantir o abastecimento das regiões ultraperiféricas (RUP) em produtos essenciais para consumo humano ou para transformação e como fatores de produção agrícola.

INDICADOR: Taxa de cobertura pelo REA das necessidades de abastecimento total da RAM, no respeitante aos produtos ou grupos de produtos incluídos na estimativa de abastecimento.

Os grupos de produtos a fornecer os dados são os seguintes:

Código Pautal	Designação
1001 90 99, 1001 1000, 1003 00 90, 1005 90 00, 1002, 2304, 1214, 120100, 2306, 1507, 1004, 1103 e 1213	Cereais: Trigo mole, Trigo duro, Cevada, Milho, Centeio, Bagaços de soja, Luzerna desidratada, Feno, Soja, mesmo triturada, Bagaço e outros resíduos sólidos, ..., Óleo de soja, Aveia, Grumos, sêmolas e <i>pellets</i> de cereais e Palha
1103 13, 1107 10	Sêmolas de Milho e Malte
100630	Arroz branqueado
1509	Azeite
2009	Sumos concentrados para transformação

1701 e 1702	Açúcar
0402	Leite em pó desnatado ou completo
0405	Manteiga
0406	Queijos
0102	Animais vivos para engorda e abate
0201 e 0202	Carnes de animais da espécie bovina, frescas, refrigeradas ou congeladas
0203	Carnes de animais da espécie suína doméstica, frescas, refrigeradas ou congeladas
020724 a 020727e 020741 a 020760	Carnes de Peru, de Pato, de ganso ou de pintadas, frescas, refrigeradas ou congeladas
020810	Carnes de Coelho ou lebre, frescas, refrigeradas ou congeladas
0204	Carnes de animais das espécies ovina ou caprina, frescas, refrigeradas ou congeladas
1507 a 1516	Óleos vegetais (com exceção do azeite):
20 08	Frutas e outras partes comestíveis de plantas, preparadas ou conservadas de outro modo.
07011000	Batata de semente

INDICADOR 2

OBJETIVO: Garantir um nível equitativo dos preços dos produtos essenciais para consumo direto ou para alimentação animal.

INDICADOR: Comparação dos preços no consumidor das RUP de certos produtos ou grupos de produtos abrangidos pelo REA com os preços no Estado Membro.

MEDIDAS A FAVOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA LOCAL (MAPL)

INDICADOR 3

OBJETIVO: Incentivar a produção agrícola local destinada ao auto abastecimento alimentar das RUP e à manutenção ou ao desenvolvimento da produção para exportação

INDICADOR: Taxa de cobertura das necessidades locais de determinados produtos essenciais produzidos localmente.

Produtos a considerar:

- ❖ Bananas
- ❖ Carne
- ❖ Leite
- ❖ Frutos e produtos hortícolas para consumo local
- ❖ Vinho e bebidas espirituosas

INDICADOR 4

OBJETIVO: Manutenção/desenvolvimento da produção agrícola local

Indicador 4a: Evolução da superfície agrícola utilizada (SAU) nas RUP e nos E-M.

Indicador 4b: Evolução do efetivo, expresso em cabeças normais (CN), nas RUP e nos E-M.

Indicador 4c: Evolução da produção de determinados produtos agrícolas locais na RUP.

Indicador 4d: Evolução das quantidades de certos produtos transformados nas RUP a partir de produtos agrícolas locais.

Indicador 4e: Evolução do emprego no setor agrícola nas RUP e nos EM.

PARTE D

Título IV

MEDIDAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

ÍNDICE

1 Programa de Assistência Técnica	95
1.1- Introdução	95
1.2 - Eixo 1 - Medidas de Assistência Técnica	95
1.3 - Eixo 2 – Impacto do Regime de Abastecimento	95
1.4 – Eixo 3 – Elaboração de relatórios, comunicações, estudos e auditorias do Programa	96

1. PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

1.1 Introdução

O Artigo 9º do Regulamento delegado (UE) n.º 179/2014, da Comissão de 6 de novembro, prevê o financiamento de estudos, projetos de demonstração, formação e medidas de assistência técnica, com vista à execução do programa aprovado, em conformidade com o artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º 228/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março, até ao máximo de 1,00% do montante total do financiamento do programa em causa.

Com base nesta disposição, pretende a Região Autónoma da Madeira continuar a obter os meios necessários para satisfazer as necessidades de todos os intervenientes no Programa, nomeadamente as comunicações e os Relatórios a prestar à Comissão Europeia, conforme previsto nos artigos 38º e 39º do Regulamento de execução (UE) n.º 180/2014 da Comissão, de 20 de fevereiro.

Este programa de assistência técnica assenta em três eixos:

1.2 Eixo um - MEDIDAS ASSISTÊNCIA TÉCNICA

1.2.1 - Criação de condições para um desenvolvimento eficaz das atividades de preparação, coordenação, informação, gestão, controlo, acompanhamento e avaliação do POSEI, dotando as entidades intervenientes de meios para a gestão, controlo e acompanhamento da aplicação do Programa.

São consideradas elegíveis as despesas decorrentes da aquisição e manutenção de bens e equipamentos, a aquisição de serviços, a elaboração e difusão de informação e publicidade, diretamente imputáveis às atividades descritas.

1.3 Eixo dois – Estudos do Impacto do Regime de Abastecimento

1.3.1 - Nas Produções Locais

Tem como objetivo apresentar os resultados da análise, avaliação e verificação da compatibilidade e coerência das medidas do Regime Específico de Abastecimento com

as medidas da fileira de produção agrícola, através da definição e avaliação de critérios e indicadores quantitativos.

1.3.2 - Na Avaliação da Efetiva Repercussão das Vantagens do Regime de Abastecimento no Utilizador Final

O artigo 6º do Regulamento de execução (UE) n.º 180/2014 da Comissão, de 20 de fevereiro, prevê que as autoridades competentes tomarão as medidas adequadas para controlar a repercussão efetiva no utilizador final, nomeadamente, através da análise das margens comerciais e dos preços praticados pelos diferentes operadores inscritos no Registo de Operadores.

A Região Autónoma da Madeira pretende continuar a efetuar um estudo que englobe estes dois impactos do Regime Específico de Abastecimento, de forma a avaliar a sua aplicabilidade.

Este estudo será efetuado por uma entidade externa, de modo a assegurar uma perfeita isenção e transparência em termos de resultados.

1.4 - Eixo três – Elaboração de relatórios, comunicações, estudos e auditorias do Programa

Pretende-se obter os meios necessários para satisfazer as necessidades de todos os intervenientes no Programa, nomeadamente, as Comunicações e os Relatórios a prestar à Comissão Europeia, de acordo com os artigos 38º e 39º do Regulamento de execução (UE) n.º 180/2014 da Comissão, de 20 de fevereiro.

Serão considerados elegíveis e financiados a 100%, os custos relativos às despesas incluídas na “Parte D” do Programa da Região Autónoma da Madeira, até ao montante anual estimado em 93.930 €, para os três eixos das Medidas de Assistência Técnica.

Não estão abrangidos os custos administrativos a suportar pelas autoridades regionais/nacionais.

PARTE E

QUADRO FINANCEIRO INDICATIVO GLOBAL

**QUADRO FINANCEIRO INDICATIVO GLOBAL DO SUB-PROGRAMA POSEI
PARA A RAM**

Ajuda	Montante (EUR)
Regime específico de abastecimento (REA)	10.706.070
Medidas de apoio às produções locais (MAPL)	
Medida 1	5.211.210
Medida 2	11.850.790
Medida 3	1.570.000
Sub-total	18.632.000
Medidas de Assistência Técnica	93.930
Total POSEI - Madeira	29.432.000